



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Strictu Sensu* EM GEOGRAFIA

ALESSANDRA RODRIGUES GUIMARÃES

**A PRODUÇÃO DE ABACAXI: estratégias de reprodução da agricultura  
familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)**

CATALÃO (GO)

2015

ALESSANDRA RODRIGUES GUIMARÃES

**A PRODUÇÃO DE ABACAXI: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia e Ordenamento do Território

**Linha de Pesquisa:** Ordenamento do Território e Estudos Rurais

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Salazar Pessôa

CATALÃO (GO)

2015

# TERMO DE APROVAÇÃO

ALESSANDRA RODRIGUES GUIMARÃES

## **A PRODUÇÃO DE ABACAXI: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)**

### **BANCA EXAMIDADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa – Orientadora (UFG/CAC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Erlan Inocêncio (UEG/PIRES DO RIO)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Patrícia Francisca de Matos (UFU/FACIP)

Catalão (GO), 27 de fevereiro de 2015

Resultado: Aprovada

*Aos meus familiares, em especial aos meus pais, Sandra Maria Rodrigues e Márcio Ricardo Teixeira Guimarães, que dedicaram suas vidas para que nós pudéssemos seguir as nossas. Exemplos de perseverança, luta, dedicação, amor e carinho. Aos meus irmãos Carolina Rodrigues Guimarães e Eduardo Rodrigues Guimarães, que desde pequenos me ensinaram diversas maneiras de olhar a vida e compreendê-la. Ao meu companheiro de toda a vida, Túlio Gonçalves Gomes, pelo apoio, carinho, atenção, companheirismo e compreensão, por muitas vezes eu estar ausente, e também por nunca ter deixado desistir do meu sonho.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Deus por proporcionar essa conquista e a realização de um sonho.

Agradeço de coração e alma a minha orientadora Professora Vera Lúcia Salazar Pessoa que me ensinou a ser uma pesquisadora e uma pessoa melhor, com seu carisma, delicadeza, gentileza, compreensão, dedicação, atenção e carinho, sempre com muita paciência e disposição para esclarecer dúvidas e auxiliar no que fosse preciso. Muito obrigada.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), pela bolsa no período de 2013 a 2015, a qual viabilizou muitas participações em congressos, compra de livros e outros materiais importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos Agricultores Familiares produtores de abacaxi no município de Monte Alegre de Minas, sem eles não haveria pesquisa nem dissertação, demonstram que com luta, garra, esforço, trabalho e muito suor, conseguem ter e permanecer em suas terras, continuando na tradição do cultivo desta cultura.

Agradeço também aos agrônomos da EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) do município de Monte Alegre de Minas, Juliana e Romeu, pelas informações sobre os agricultores familiares e sobre os assentamentos rurais do município. Obrigada pela ajuda.

Aos amigos que a geografia me proporcionou, Valquíria, Thaís e Rogério que, desde a graduação, me acompanham nessa caminhada, pelos momentos de desabafo, de distração e apoio, obrigada por fazerem parte da minha vida.

Ao Valdeir Gervásio de Freitas, colega e amigo de graduação, onde dividiu comigo sua experiência em ser produtor de abacaxi, me auxiliando e ajudando nos trabalhos de campo com os agricultores, o meu muito obrigada!

Ao Túlio Gonçalves Gomes, por ter auxiliado nos trabalhos de campo, na confecção dos gráficos e no apoio em toda caminhada do Mestrado, muito obrigada!

A Alexandra e Lívia, pela presença em minha vida desde o início da faculdade, por serem amigas *de e para* sempre, obrigada pela amizade de vocês.

A todos os colegas e amigos de Mestrado: Aiany, Alexandre, Claudia, Cleudimar, Crislane, Cristiane, Deanne, Elvisley, Gislei, Luciana, Maria Aparecida, Marli, Polliana, Priscila, Roberta, Rosiane, Sandra, Simone, Tarcísio e Valmir Crispim, pela companhia, pela amizade, pelos diálogos na sala do mestrado ou no intervalo das aulas, pelas correrias que

passamos juntos no mestrado.

Agradeço a todos os professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia pelas contribuições teóricas e pela amizade, em especial para Carmem Lúcia Costa, Estevane de Paula Pontes Mendes, Idelvone Mendes Ferreira e Magda Valéria da Silva, pelos ensinamentos geográficos.

A Priscila Quirino, secretária do Programa de Pós-Graduação, pelos tantos esclarecimentos e auxílios nestes dois anos de pesquisa.

Meus agradecimentos a professora Patrícia Francisca de Matos que, desde a graduação, me ensina e me acompanha na pesquisa, contribuindo para a realização deste trabalho. Obrigada pelas valiosas sugestões na qualificação e na defesa.

Ao professor Marcelo Cervo Chelotti, agradeço pela atenção e pelas oportunas considerações feitas na qualificação, que contribuíram para uma melhor estruturação da mesma.

A professora Maria Erlan Inocêncio, pela contribuição na defesa da dissertação, sugerindo melhorias e ótimas sugestões para a pesquisa.

A todos os entrevistados pela valiosa contribuição na efetivação dessa pesquisa.

A todos que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a concluir esta dissertação e tornar o meu sonho uma realidade, muito obrigada!

*Cansado da lida com o gado e o trabalho pesado entre a plantação  
O homem trabalhador, pobre agricultor deixa seu chão.  
Quem produz o melhor alimento dando sustento ao nosso Brasil  
Se sentindo encantado por lavouras e gados extensos a mil.*

*Tá tudo tão diferente  
Mudou toda a vida da gente  
Trocaram as plantas e o gado  
Tudo é forçado, o homem e o chão.  
De origem em países distantes  
Animais sofrem mais que os de antes  
São grandes as plantações vulneráveis às pragas  
Veneno aos montões.*

*E agora distante do campo procura seu canto na aglomeração  
Entre tijolos e concretos, futuro incerto nessa imensidão.  
Realidade da cidade grande que se expande sem planejar  
Na disputa por emprego e salário, pobre operário sem qualificar.*

*Aqui tudo é tão diferente  
Óh, meu Deus ajude essa gente  
Que assim como as plantas e o gado  
São transplantados sem compreensão.  
Desterritorializados  
Por outro mundo aculturados  
Talentos e sonhos sufocados, suburbanizados  
Desleal ilusão.*

*(Fábio Borges – Agricultor)*

*Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=v11ZnnffB28>>*

## RESUMO

As atividades agropecuárias sempre foram a base da economia do município de Monte Alegre de Minas. No que se refere à produção do abacaxi, a história desse cultivo no município iniciou-se na década de 1940, por um produtor natural de Caicó (RN). Desde então, a produção começou a se expandir no município. A década de 1980 foi o período auge de produção. O município foi reconhecido, nacionalmente, como a “Capital Nacional do Abacaxi”, pois tinha uma produção anual de 149 milhões de frutos colhidos. Entretanto, no final da década de 1990, esta produção começou a decair, devido a diversos fatores, como o custo de produção, falta de incentivos, a inserção da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro, o cultivo da soja e do milho. E, com isso, muitos produtores interromperam o cultivo do fruto, pois estavam obtendo mais lucro plantando outras lavouras, do que com o próprio cultivo do abacaxi. Mesmo apresentando decréscimo na produção, o cultivo de abacaxi em Monte Alegre de Minas causou uma (re)organização produtiva no município. Desse modo, a presente pesquisa visa compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG). Os procedimentos metodológicos que ampararam a pesquisa foram centrados em revisão teórica, em teses, dissertações, livros e artigos que abordam a temática da pesquisa, além de dados em fonte no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da realização de trabalho de campo com observação assistemática, registro fotográfico e entrevistas. Assim, pudemos constatar que, mesmo diante de todas as dificuldades existentes, os agricultores familiares persistem, resistem e (re)existem em suas propriedades, enfrentando os obstáculos que os cercam. Os agricultores familiares produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas são um exemplo. Mesmo sendo pressionados pela inserção das monoculturas no município, persistem em cultivar abacaxi e dar continuidade a esta tradição.

**Palavras-chave:** Cultivo de abacaxi. Agricultura familiar. Territorialidades. Monte Alegre de Minas (MG).

## ABSTRACT

Agricultural activities have always been the basis of the economy of the municipality of Monte Alegre de Minas. With regard to the production of pineapple, the history of this crop in the county began in the 1940s, by a natural producer of Caicó (RN). Since then, production began to expand in the city. The 1980s was the peak period of production. The city was recognized nationally as the "National Pineapple Capital" because he had an annual output of 149 million harvested. However, in the late 1990s, this production began to decline, due to several factors such as the cost of production, lack of incentives, the insertion of cane sugar in the Minas Triangle, the cultivation of soybeans and corn. And with that, many producers stopped the cultivation of fruit, they were getting more profit planting other crops than with the actual cultivation of pineapple. Even with decreased production, pineapple cultivation in Monte Alegre de Minas caused a (re) productive organization in the city. Thus, this research aims to understand the reproductive strategies of family farmers pineapple farmers, faced with socio-spatial and economic transformations in Monte Alegre de Minas (MG). The methodological procedures that bolstered the research were focused on theoretical review in theses, dissertations, books and articles that address the theme of research, and source data at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the completion of fieldwork with observation, photographic records and interviews. Thus, we found that, despite all the difficulties, farmers continue resisting and (re) exist in their properties, facing obstacles that surround them. Family farmers pineapple producers in Monte Alegre de Minas are an example. Even under pressure from insertion of monocultures in the city, persist in cultivating pineapple and continue this tradition.

**Key-words:** Pineapple production. Family farming. Territoriality. Monte Alegre de Minas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - Localização do Município de Monte Alegre de Minas (MG).....	20
FOTO 1 - Monte Alegre de Minas: Igreja de São Francisco das Chagas.....	21
GRÁFICO 1 - Monte Alegre de Minas (MG): área plantada (hectares) - cana-de-açúcar, milho e soja -1990-2012.....	25
GRÁFICO 2 - Monte Alegre de Minas (MG): área plantada (hectares) - arroz e feijão -1990-2012.....	26
MAPA 2 - Cultivo de abacaxi no município de Monte Alegre de Minas (MG) em 1980.....	38
MAPA 3 - Cultivo de abacaxi no município de Monte Alegre de Minas (MG) em 2010.....	39
FOTO 2 - Técnica <i>mulching</i> utilizada para o plantio de abacaxi.....	84
FOTO 3 - Monte Alegre de Minas (MG): comercialização dos frutos em barracas na rodovia BR 365.....	89
FOTO 4 – Monte Alegre de Minas (MG): barracas no perímetro urbano que vendem produtos artesanais (comidas típicas da região, doces, queijos, farinhas, polvilho).....	89
QUADRO 1 - Monte Alegre de Minas (MG): assentamentos rurais.....	100
MAPA 4 - Localização dos assentamentos APARMA II, Quilombo e Vale do Sol II no município de Monte Alegre de Minas (MG).....	101
FOTO 5 - Monte Alegre de Minas (MG): produção de monoculturas: a) Colheita de milho mecanizada; b) Colheita de sorgo mecanizada.....	105
GRÁFICO 3 - Monte Alegre de Minas (MG): diversificação da produção pelos agricultores familiares.....	109
FOTO 6 - Monte Alegre de Minas (MG): cultivo de abacaxi a esquerda e cultivo de mandioca a direita da foto em uma propriedade familiar no município.....	110
FOTO 7 – Monte Alegre de Minas (MG): confecção de polvilho: a) Máquina artesanal utilizada para descascar mandioca; b) Ralador artesanal; c) Polvilho pronto para ser consumido e/ou comercializado.....	111
CROQUI 1 - Divisão da propriedade familiar no Assentamento Vale do Sol II.....	112
GRÁFICO 4 - Monte Alegre de Minas (MG): utilização da assistência técnica pelos agricultores familiares.....	115
FLUXOGRAMA 1 - Processo produtivo do abacaxi.....	116

GRÁFICO 5 - Monte Alegre de Minas (MG): utilização de Equipamento de Proteção Pessoal (EPP) pelos agricultores familiares.....	117
GRÁFICO 6 - Monte Alegre de Minas (MG): destinação das embalagens pelos agricultores familiares.....	118
FOTO 8 - Município de Monte Alegre de Minas (MG): lavoura de abacaxi. No detalhe, a utilização de jornais para proteger o fruto da incidência dos raios solares....	119
GRÁFICO 7 - Monte Alegre de Minas (MG): área destinada para o plantio de abacaxi pelos agricultores familiares.....	120
GRÁFICO 8 - Monte Alegre de Minas (MG): motivações para plantar abacaxi.....	121
FOTO 9 - Monte Alegre de Minas (MG): abacaxi tipo pérola.....	123
GRÁFICO 9 - Monte Alegre de Minas (MG): entrevistados que utilizam financiamento agrícola.....	125
FOTO 10 - Monte Alegre de Minas (MG): residência familiar no Assentamento Vale do Sol II.....	127
FOTO 11 - Monte Alegre de Minas (MG): residência familiar.....	128
GRÁFICO 10 - Monte Alegre de Minas (MG): nível de escolaridade dos agricultores familiares.....	129

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Monte Alegre de Minas (MG): evolução da população de 1950 a 2010.....	22
TABELA 2 - Monte Alegre de Minas (MG): Produto Interno Bruto de 1999 à 2011.....	23
TABELA 3 - Monte Alegre de Minas (MG): área plantada e quantidade produzida de abacaxi (1990 a 2012).....	86
TABELA 4 - Frutal (MG): área plantada e quantidade produzida de abacaxi (1990 à 2012).....	87
TABELA 5 - Monte Alegre de Minas (MG): distribuição dos estabelecimentos rurais segundo tamanho.....	91
TABELA 6 - Monte Alegre de Minas (MG): número de estabelecimentos e condição do produtor em relação à terra em 1970 a 2006.....	92
TABELA 7 - Monte Alegre de Minas (MG): uso da terra entre os anos de 1970 à 2006.....	92

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: tecendo a investigação no município de Monte Alegre de Minas (MG)</b> .....	19
<b>2.1</b>	<b>Na terra do abacaxi: a área da pesquisa</b> .....	19
<b>2.2</b>	<b>O ponto de partida: o tema, o problema</b> .....	27
<b>2.3</b>	<b>Território: categoria para compreender a realidade</b> .....	29
<b>2.4</b>	<b>O universo da pesquisa: os agricultores familiares produtores de abacaxi</b> .....	36
<b>2.5</b>	<b>As fases da investigação</b> .....	42
2.5.1	<i>A pesquisa qualitativa: uma relação entre pesquisador e sujeito</i> .....	42
2.5.2	<i>A pesquisa teórica: entendendo a teoria para aplicar na empiria</i> .....	46
2.5.3	<i>A pesquisa documental: a importância dos documentos</i> .....	47
2.5.4	<i>Trabalho de campo: etapa importante para entender a realidade</i> .....	49
2.5.5	<i>O uso de mapas e fotografias: recursos importantes para a leitura da realidade</i> .....	52
<b>3</b>	<b>A AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF: uma parceria do pós 1990</b> ...	55
<b>3.1</b>	<b>Agricultura familiar: considerações teórico-metodológicas</b> .....	55
<b>3.2</b>	<b>O PRONAF: política pública para a agricultura familiar</b> .....	64
<b>3.2.1</b>	<i>Considerações sobre políticas públicas</i> .....	64
<b>3.2.2</b>	<i>A criação e os objetivos do PRONAF</i> .....	68
<b>3.2.3</b>	<i>Análises sobre a aplicabilidade do PRONAF</i> .....	72
<b>4</b>	<b>AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS (MG)</b> .....	75
<b>4.1</b>	<b>A modernização da agricultura no Brasil: (re)visitando essa discussão para entender as transformações no município</b> .....	75
<b>4.2</b>	<b>Modernização da Agricultura em Minas Gerais</b> .....	81
<b>4.3</b>	<b>As transformações socioespaciais e econômicas no município</b> .....	85
4.3.1	<i>O significado do cultivo do abacaxi</i> .....	85
4.3.2	<i>A estrutura fundiária, a exploração dos estabelecimentos e o uso da terra</i> .....	90
4.3.3	<i>A criação e legitimação dos assentamentos rurais</i> .....	93
<b>5</b>	<b>AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE ÀS MONOCULTURAS</b> .....	103

<b>5.1</b>	<b>O enlace da agricultura familiar: terra, trabalho e família.....</b>	<b>103</b>
<b>5.2</b>	<b>As estratégias de reprodução familiar: o uso da terra e a diversificação da produção.....</b>	<b>108</b>
<b>5.3</b>	<b>O nível técnico e as técnicas de produção no plantio do abacaxi.....</b>	<b>114</b>
<b>5.4</b>	<b>As políticas de créditos para os agricultores familiares.....</b>	<b>124</b>
<b>5.5</b>	<b>As condições de vida dos produtores e o nível de escolaridade.....</b>	<b>126</b>
<b>5.6</b>	<b>O cultivo de abacaxi frente às monoculturas.....</b>	<b>130</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>136</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os agricultores familiares produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas (MG).....</b>	<b>146</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXO A - Termo de ciência e de autorização para disponibilizar as teses e dissertações eletrônicas (TEDE) na biblioteca digital da UFG .....</b>	<b>151</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar assumiu grande importância na economia e na produção capitalista, pois é produtora de alimentos para abastecer as áreas urbanas, geradora de emprego e de renda, e ainda faz manutenção das pessoas ocupadas no campo. E mesmo ocupando funções importantes, este setor ainda carece de uma série de fatores, como a falta de políticas agrárias e agrícolas, o baixo valor agregado aos produtos que são produzidos em suas propriedades e a dificuldade de comercializar.

A produção realizada na propriedade familiar é destinada para o autoconsumo da família, suprimindo as necessidades básicas desta em relação ao consumo de alimentos, e o excedente da produção é destinado para a comercialização nos centros urbanos, provendo o abastecimento dos comércios locais com os produtos básicos da alimentação, como o feijão, arroz, mandioca, hortaliças, frutas, carnes (bovinos, suínos e aves), leite, milho, dentre outros produtos presentes na mesa da população brasileira.

A lógica da agricultura familiar é baseada no cultivo dos produtos pela própria família, mas, em alguns casos, há contratação de trabalhadores temporários para auxiliar no cultivo ou na colheita nas épocas em que a família não consegue suprir o trabalho existente na propriedade familiar.

O cultivo de alimentos pelos agricultores familiares é expressivo para a economia brasileira, pois este setor é responsável por mais de 60% da produção de alimentos básicos para o consumo da população. Dentre os produtos cultivados, as frutas representam importante classificação de alimentos produzidos no país, sendo um importante produtor e exportador de frutas (FAO, 2010).

A produção de frutas no Brasil é significativa, abrangendo uma área total cultivada de 2,2 milhões de hectares distribuídos pelo país, e emprega em torno de 5,6 milhões de pessoas, correspondendo a 34% da mão-de-obra rural (IBGE, 2014). Nesse contexto, o país é o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas da China e da Índia. A produção em 2010, conforme a FAO foi de 39 milhões de toneladas de frutas, o que representa 6% da produção mundial. A produção brasileira está voltada para frutas tropicais e subtropicais. Em virtude do solo e das condições climáticas favoráveis. Dentre as frutas produzidas, destacam-se a manga, maçã, banana, melancia, uva, laranja e abacaxi. Em relação à produção de abacaxi, a mesma está concentrada, principalmente na região Nordeste e Sudeste do país. No Nordeste, o destaque é para o estado da Paraíba, principal produtor de

abacaxi do território brasileiro e no Sudeste, o estado de Minas Gerais lidera o ranking de terceiro produtor do país (FAO, 2010).

A fruticultura brasileira, contemplando o cultivo de várias espécies, alcança dia-a-dia maior expressão na agricultura nacional e conta com amplas possibilidades de expansão, pois o país dispõe de extensas áreas agricultáveis, com condições de clima e de solos favoráveis, proporcionando a adoção da irrigação para o plantio dos frutos, além de possuir mercado consumidor, tanto interno como externo.

A produção de frutas é considerada uma das atividades mais dinâmicas da economia brasileira, apresentando uma evolução contínua. Atende o mercado interno e vem ganhando espaço no mercado internacional, com frutas tropicais, subtropicais e de clima temperado, aumentando o volume das exportações. O número de propriedades rurais<sup>1</sup> que está aderindo a este tipo de produção, as variedades de frutas exportadas, como a laranja, a uva, a melancia, e o abacaxi, faz com que o contingente produzido no país aumente cada vez mais. As propriedades rurais que cultivam e produzem frutas no Brasil são importantes para a produção e comercialização desses alimentos, proporcionando ao país uma produção significativa, além de empregar grande parte da mão-de-obra rural.

Em virtude da diversidade climática e das tecnologias existentes no Brasil, é possível produzir frutas, praticamente, o ano inteiro, o que não ocorre nas principais regiões fruticultoras do mundo, como a China e a Índia (FAO, 2010). A fruticultura demanda mão-de-obra intensiva, fazendo com que as famílias que produzem a fruta estejam diretamente ligadas ao meio rural, proporcionando melhores condições de vida para uma família que tenha uma pequena área agrícola, como renda garantida ao colher o fruto.

Dentre as frutas produzidas no país, o abacaxi, tanto para o Brasil, quanto para Minas Gerais é um fruto importante, pois abastece o mercado interno e também o mercado externo, sendo que em Minas Gerais, 94% da produção de abacaxi estão concentradas no Triângulo Mineiro<sup>2</sup>, sobretudo, em Monte Alegre de Minas (IBGE, 2013), onde sua produção é significativa pelos agricultores familiares.

Esta fruta possui importância econômica e social para o município, objeto de estudo desta pesquisa, pois na década de 1980 a cidade foi reconhecida nacionalmente como a “Capital Nacional do Abacaxi”, devido à sua produção anual de 149 milhões de frutos

---

<sup>1</sup> A terminologia de propriedade rural será utilizada no decorrer do texto para referir-se à forma usada pelos agricultores familiares, enquanto a terminologia de estabelecimento rural refere-se à classificação do IBGE.

<sup>2</sup> A expressão refere-se à Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, de acordo com a classificação do IBGE.

colhidos. O abacaxi em Monte Alegre de Minas, assim como em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil, é cultivado, em sua maioria, por agricultores familiares (Informação verbal, EMATER, 2013).

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG). A razão para essa pesquisa remete ao ano de 2011, onde foi elaborado o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título é “A produção de abacaxi como forma de (re)produção da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas (MG)”, do curso de Graduação em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. Ao realizar a pesquisa, surgiram mais indagações a respeito do tema, possibilitando, assim, dar continuidade ao estudo.

A opção para estudar o município de Monte Alegre de Minas deve-se ao fato de não possuir pesquisa referente à produção de abacaxi pelos agricultores familiares e à reorganização produtiva que está ocorrendo no referido município, não apenas pelo cultivo do abacaxi, mas também por novas lavouras como soja, milho, cana-de-açúcar. Esse município também foi escolhido pelo fato da afinidade com o lugar, pois a pesquisadora em questão passou boa parte da vida morando na área rural do município, vivendo e observando toda a história que o abacaxi representa para os montealegrenses, principalmente para os agricultores familiares que, mesmo diante de todas as dificuldades, esse grupo ainda resiste, criando novas alternativas de produção, lutando por melhores condições de sobrevivência e de produção.

A concretização de uma pesquisa envolve muita dedicação, esforço e trabalho, pois o pesquisador, ao lidar com a realidade a ser estudada, depara com diferentes cenários, podendo ter sucesso e conseguir realizar todas as etapas da pesquisa, ou ter uma certa dificuldade em completar as etapas propostas, já que nem todo o processo depende do pesquisador. Geralmente é realizado um trabalho de campo onde são feitas entrevistas com diferentes pessoas, e essa é a principal barreira na realização de uma pesquisa científica. O acesso a determinados sujeitos e também às suas respostas, podem ficar restritos dependendo do objetivo da pesquisa.

Na Ciência Geográfica, a efetivação de uma pesquisa se desenvolve de diferentes formas, o pesquisador pode optar pela pesquisa quantitativa, qualitativa ou quantiqualitativa. Esta escolha está em consonância com a postura filosófica do pesquisador. Nossa opção foi pela pesquisa qualitativa.

Ao escolher a temática sobre a agricultura familiar procuramos contribuir para o debate sobre as dificuldades e os problemas enfrentados por esses agricultores, e também

mostrar como os agricultores familiares são importantes para a produção de alimentos básicos para a população brasileira, além também de evidenciar a preservação dos recursos naturais e socioculturais presentes em diversas unidades familiares espalhadas pelo território brasileiro.

Assim, a importância da pesquisa justifica-se por tratar-se de uma temática inserida em um contexto não apenas local ou regional, mas nacional, que é a reprodução da agricultura familiar, que dá a base e a sustentação para a continuidade de tradições e modo de vida.

Para a organização da discussão, o trabalho foi dividido em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção, intitulada “**O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA:** tecendo a investigação no município de Monte Alegre de Minas”, foram esboçados os caminhos e os procedimentos metodológicos percorridos durante a pesquisa. Apresentamos também uma discussão sobre a formação socioespacial do município de Monte Alegre de Minas (MG), a localização e delimitação da área de estudo, além da discussão sobre o tema proposto e os agricultores familiares que cultivam abacaxi.

Na terceira seção, “**A AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF:** uma parceria do pós 1990” tecemos uma discussão acerca da terminologia da agricultura familiar e sobre as Políticas Públicas direcionadas para este segmento, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os objetivos e críticas ao Programa.

Na quarta seção, “**AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS (MG)**” foram apresentadas uma discussão sobre a modernização da agricultura no Brasil e as transformações que ocorreram no município oriundas desse processo.

E por fim, na quinta seção, “**AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE ÀS MONOCULTURAS**”, foi feita uma discussão sobre a inserção da cana-de-açúcar, da soja e do milho no município, destacando o papel da produção de abacaxi para a reprodução da agricultura familiar, analisando o perfil dos agricultores familiares que cultivam o abacaxi, além de diagnosticar as estratégias de sobrevivência e de reprodução das famílias frente ao avanço das monoculturas em Monte Alegre de Minas.

## **2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA:** tecendo a investigação no município de Monte Alegre de Minas (MG)

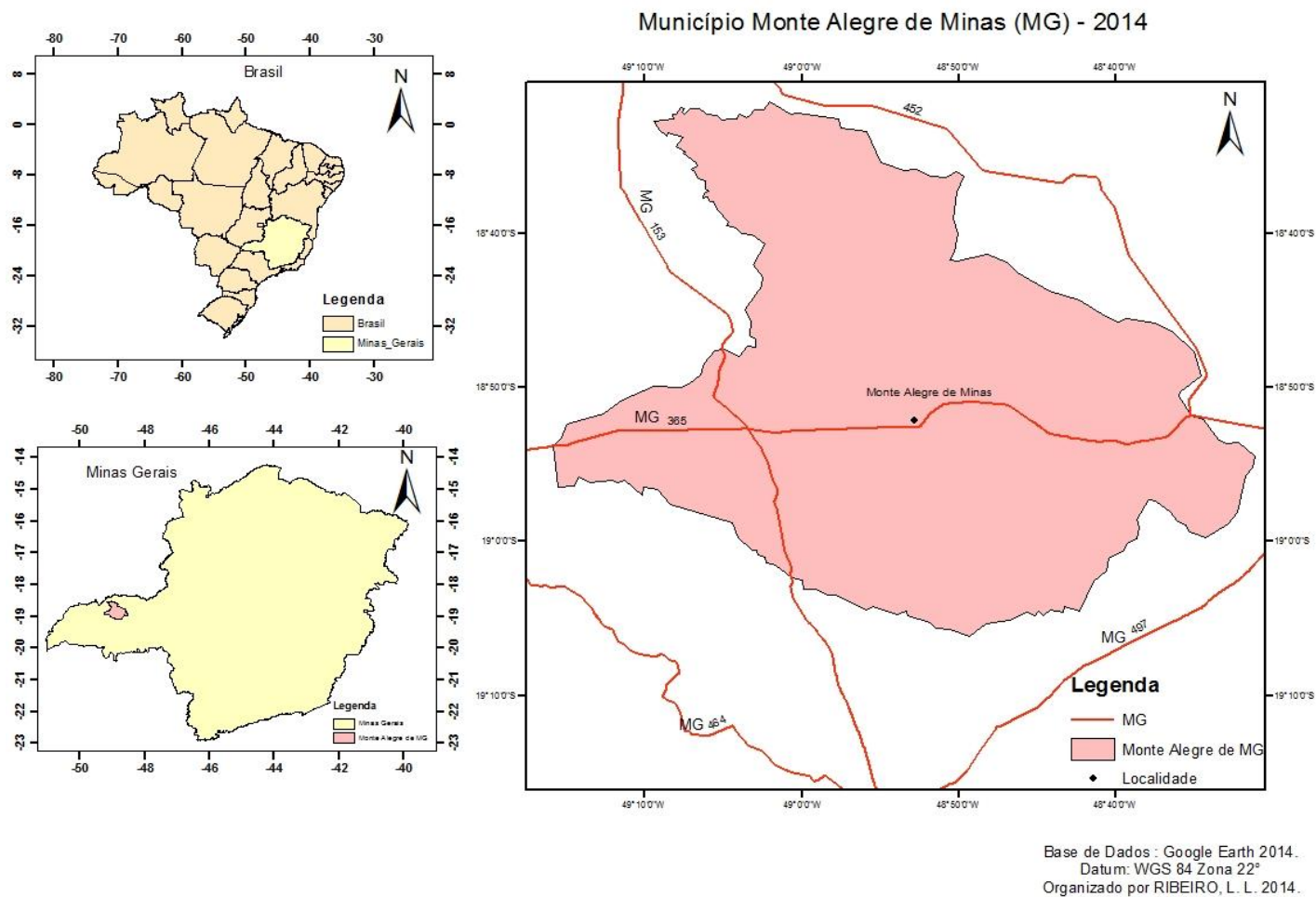
### **2.1 Na terra do abacaxi:** a área da pesquisa

O município de Monte Alegre de Minas localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro (Mapa 1), possui uma área total de 2.595 Km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014). Sobre o nome “Monte Alegre”, antigos moradores da comunidade afirmam que na Serrinha, região mais alta da cidade e localizada na sua entrada principal (sentido Uberlândia), reuniam-se ali para programar os trabalhos rurais, datas comemorativas, rezas de terços, dentre outros motivos, sempre com muita alegria e inspiração, fazendo assim, surgir o primeiro nome do arraial. Posteriormente, em 1949, a lei Estadual n.º 1.058 decretou que fosse acrescido ao nome inicial “Minas”, permanecendo “Monte Alegre de Minas” até a atualidade.

O território do município é banhado por diversos rios, como o Rio Tejuco, o Rio Piedade e o Rio Babilônia, e também por ribeirões e córregos. O município possui a temperatura média anual de 24°C e, somada a sua riqueza hídrica, as terras do município foram consideradas boas para o cultivo de atividades agrícolas. O solo do município é composto pelo Grupo Bauru, que é caracterizado por conglomerados, arenitos, siltitos, argilitos, sobressaindo os sedimentos arenosos de clima árido, sendo que em algumas áreas ocorrem depósitos conglomeráticos e leitos de calcário (PETRI ; FÚLFARO, 1983).

Essas características físicas contribuem para a atividade agropecuária no município. No início do século XX, em meados da década de 1920, os principais produtos cultivados, além do abacaxi, eram os cereais, como o arroz, o milho e o feijão. Mas, o destaque da economia era o arroz e a cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e aguardente. Na pecuária destacavam-se o gado zebu e os cavalos de raça, como Mangalarga e Mustang.

Mapa 1 – Localização do Município de Monte Alegre de Minas (MG) Fonte: Google Earth, 2014.



Fonte: Google Earth, 2014.

Org.: RIBEIRO, Loren Lucas, 2014.

O traçado urbano de Monte Alegre de Minas foi determinado pela construção da Igreja Matriz de São Francisco das Chagas (Foto 1). No seu entorno foram edificadas as primeiras praças, residências e prédios públicos. Essa área constitui o núcleo urbano inicial, as principais praças, como a Nicanor Parreira, a Luiz Dutra Alvim, a Derly Vilela Parreira (Cívica) e a do Caboclo; o Terminal Rodoviário; o Fórum; a Câmara Municipal; a Prefeitura; lanchonetes e bares; o Parque de Exposições; a Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa; o Ginásio Poli Esportivo; o Estádio de Futebol; Clubes de lazer e Comércio Lojista.

Monte Alegre de Minas é uma cidade tipicamente interiorana, com uma Igreja Matriz, a praça central e uma avenida principal, cujo nome é 16 de Setembro, em homenagem à data de fundação da cidade. Esta avenida representa parte da história da cidade, com suas construções antigas, e, ainda, as principais lojas, bancos e a sede da prefeitura da cidade.

Foto 1 – Monte Alegre de Minas: Igreja de São Francisco das Chagas



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2013.

Portanto, podemos dizer que o comércio da cidade concentra-se em sua área central. Possui uma população de 19.619 pessoas, conforme dados da tabela 1. Desse total, 5.113 pessoas residem na área rural do município (IBGE, 2013). Pelos dados da tabela 1, observa-se queda de 1950 a 2010, ou seja, em 60 anos a população quase dobrou. Mas, o crescimento maior foi na década de 1950 a 1960, cuja população cresceu cerca de 50%, e foi justamente nesta época que o município recebeu vários imigrantes, vindos principalmente do Norte e do Nordeste do Brasil. Nos anos posteriores, a taxa de crescimento foi abaixo de 20%.

Vale mencionar que na década de 1970 houve uma diminuição da população de quase mil habitantes, podemos inferir que essa diminuição deve-se ao fato da população buscar melhores condições de sobrevivência nas cidades de maior porte da região, como Uberlândia e Uberaba.

Tabela 1 – Monte Alegre de Minas (MG): evolução da população de 1950 - 2010

<i>População residente no Município de Monte Alegre de Minas de 1950 a 2010</i>									
<b>Ano</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
<b>Número de habitantes</b>	10.180	15.630	14.687	15.110	17.919	18.381	18.006	18.348	19.616

Fonte: IBGE, 2014.

Org. GUIMARÃES, A.R., 2014.

Em relação às atividades econômicas de Monte Alegre de Minas, destaca-se a agricultura com a produção de cana-de-açúcar, soja, milho e o abacaxi. A pecuária também está presente nas relações de produção do espaço agrário do município, com destaque para o gado de corte e de leite que é desenvolvido por agricultores familiares e também pelos latifundiários. Além dessas atividades, a economia do município gira em torno de comércio, serviços, indústrias e pequenas agroindústrias. Na tabela 2, podemos visualizar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no município, demonstrando a participação de cada setor na economia, como a agropecuária, a indústria e o setor de serviços.

Tabela 2 – Monte Alegre de Minas (MG): Produto Interno Bruto de 1999 - 2011

<i>Produto Interno Bruto - Monte Alegre de Minas (MG)</i>													
<b>Ano</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>PIB a preços correntes (*)<sup>3</sup></b>	117.030	143.339	136.985	144.851	189.782	204.208	210.097	210.146	219.994	324.983	362.662	322.454	410.261
<b>Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes</b>	68.714	91.307	77.676	82.540	116.998	124.892	1120.171	114.090	114.735	192.681	215.914	167.829	229.293
<b>Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes</b>	5.190	5.085	4.708	4.896	5.749	6.974	7.254	8.058	10.276	13.540	16.421	19.029	20.209
<b>Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes</b>	39.968	43.881	49.988	52.991	61.358	65.703	73.403	78.874	86.925	109.607	120.771	124.823	146.835

Fonte: IBGE, 2014.

Org. GUIMARÃES, A.R., 2014.

<sup>3</sup> Valores considerados a partir de 1.000 reais.

De acordo com os dados da tabela 2, podemos analisar o crescimento do PIB em Monte Alegre no decorrer dos anos. O segmento de maior importância para a economia do município é a agropecuária, seguida dos serviços e da indústria. No ano de 1999, o PIB do município girava em torno em 117 mil reais. Após dez anos, em 2009, o PIB já havia alcançado um valor três vezes maior que na década de noventa, com 362 mil reais, e, mais recentemente, no ano de 2011, obteve 410 mil reais. Esses valores significam que o município cresceu economicamente e, como consequência desse crescimento, ocorre o desenvolvimento local, aumentando a renda *per capita*. Com o aumento desta renda, a população consegue adquirir mais bens e produtos, proporcionando um aumento na qualidade de vida e o acesso à determinados serviços.

Em relação às agroindústrias presentes na cidade, há duas que fazem o beneficiamento do abacaxi, a QObba e a Talismã. Tanto na agroindústria QObba, quanto na Talismã, são produzidos doces, sucos, e conservas. Esses produtos são vendidos para diversas regiões, dentre elas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em alguns estados de Goiás e São Paulo. Esta agroindústria também é importante para o município pois emprega boa parte dos trabalhadores que residem na área urbana, e também compram os frutos de diversos agricultores familiares, em média, são compradas dez toneladas de abacaxi para fazer o processamento do fruto em épocas de colheita do fruto. As agroindústrias adquirem os frutos principalmente no município de Monte Alegre de Minas, mas quando precisam adquirir mais frutos, eles recorrem aos municípios vizinhos, em Canápolis, Centralina e em alguns casos, Frutal.

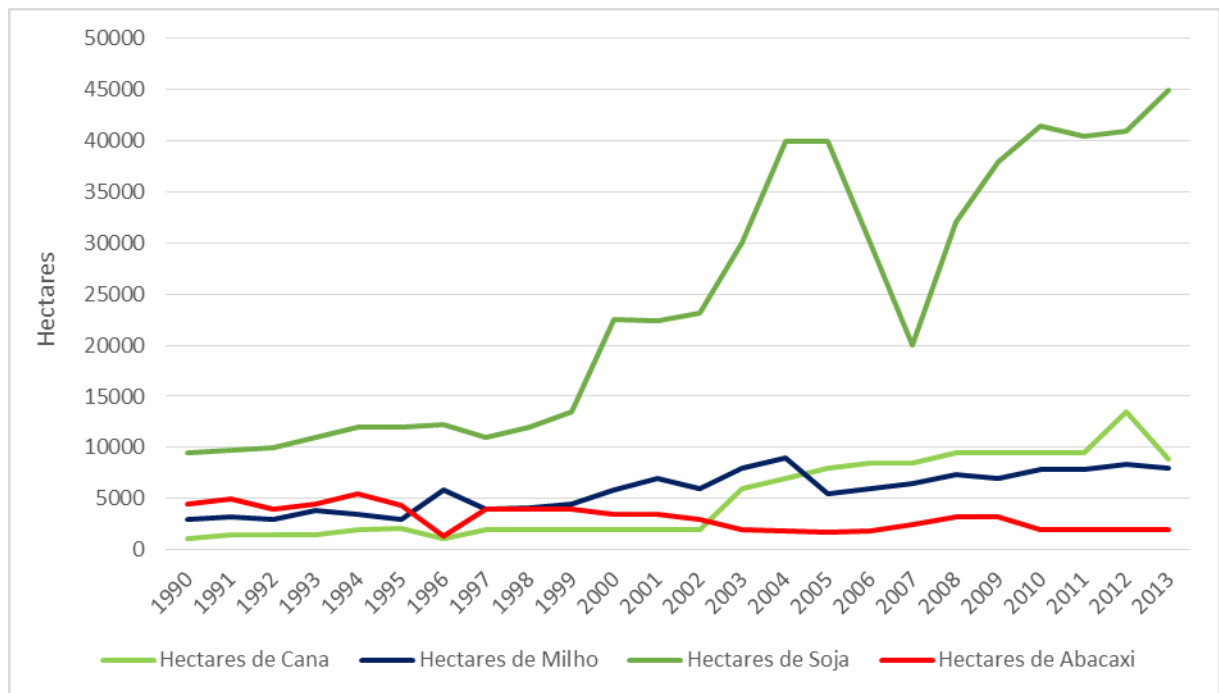
As agroindústrias, no geral, organizam uma superestrutura capaz de atender todas as suas demandas, desde a casa de máquinas, até postos de abastecimento de combustível, além de possuírem silos para armazenamento dos grãos e dos produtos agro-químicos. Vale ressaltar que estas agroindústrias, na maioria dos casos, concentram sua produção nas lavouras temporárias como a soja e o milho, haja vista que são os grãos de maior alcance nas exportações brasileiras. Neste contexto, o pequeno e médio produtor sai prejudicado, pois estas agroindústrias necessitam de uma grande extensão de terras, com isso, os grandes proprietários são beneficiados, pois possuem terras para oferecer às agroindústrias e ainda há terras para ele utilizar em outras atividades.

No caso da agricultura, é importante dizer que os cultivos como o arroz, o feijão e o milho predominaram até a década de 1980. Observando os cultivos de milho, soja e a cana-de-açúcar no município de Monte Alegre de Minas (Gráfico 1) verifica-se a expansão crescente das lavouras de soja e cana-de-açúcar, que vêm tomando o espaço da produção de

abacaxi e também de culturas tradicionais do município como o arroz, que sofreu quedas constantes na área plantada desde 1990 e, conseqüentemente, na quantidade produzida. Os dados do gráfico 2 também mostram as oscilações na produção de feijão, demonstrando a queda da produção desse grão, devido à inserção de novos cultivos que começam a ocorrer no município.

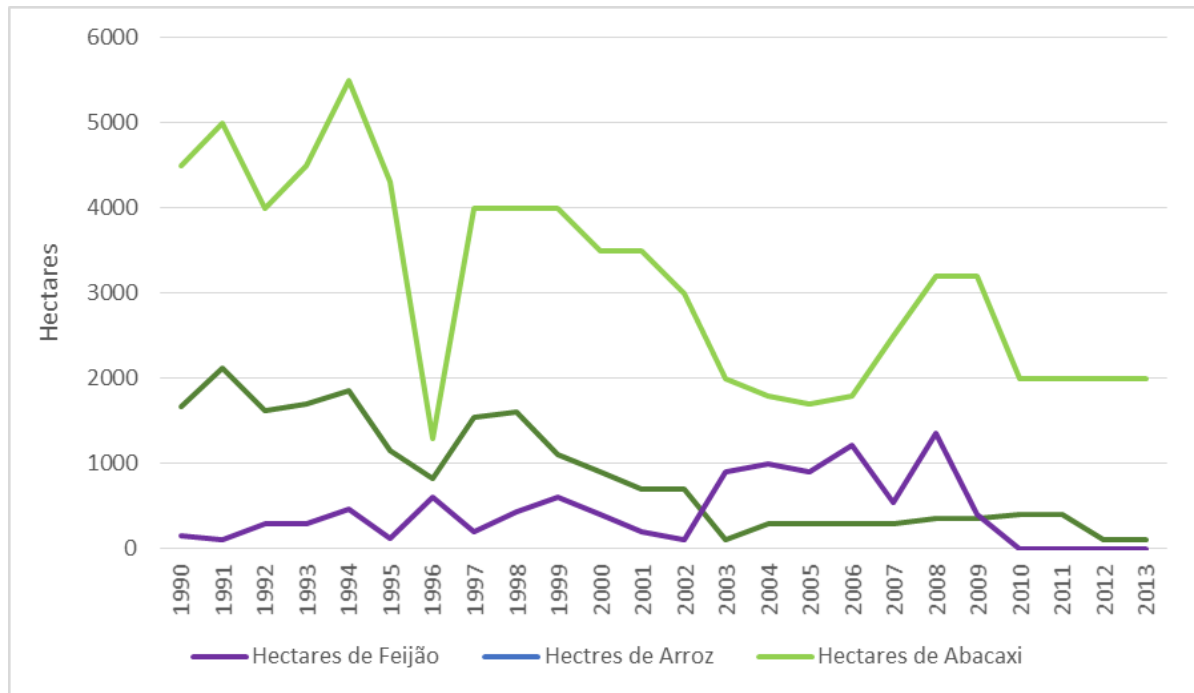
Nesse sentido, observa-se pelos dados dos gráficos 1 e 2 que, durante o período de 1990 a 2012, o cultivo do arroz sofreu um decréscimo muito grande na sua produção, passando de 1.595 toneladas em 1990, para 160 toneladas em 2012. No mesmo período, percebemos que o cultivo da soja, do milho e da cana-de-açúcar teve um aumento significativo na produção, fazendo com que a agricultura município se diversificasse, com a inserção de novas lavouras.

Gráfico 1 – Monte Alegre de Minas (MG): área plantada (ha) - cana-de-açúcar, milho, soja e abacaxi - 1990 – 2013



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal de 1990 à 2012. Org.: Guimarães, A. R, 2014.

Gráfico 2 – Monte Alegre de Minas (MG): área plantada (ha) – arroz, feijão e abacaxi -1990 – 2013



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal de 1990 à 2012. Org.: Guimarães, A. R., 2014.

Na década de 1990, a área destinada para o plantio de soja era de 9.500 hectares (ha), de milho era de 3.000 ha e de cana-de-açúcar de 1.100 ha. Após 19 anos, em 2009, a área destinada para o plantio triplicou, sendo que a soja ocupava uma área de 38.000 ha, o milho de 7.000 ha, e a cana 9.500 hectares. Percebemos que, na medida em que essas monoculturas aumentaram sua área de cultivo, as lavouras tradicionais diminuíram. Em 1990, a área destinada para o plantio de arroz era de 1.670 ha, já em 2009 essa área teve uma diminuição drástica, sendo destinada uma área de 360 hectares e, mais recentemente, em 2012, essa área era de somente 100 ha em todo o município. Para o cultivo de feijão em 1990, a área destinada era de 150 ha, em 2009 teve um aumento na área plantada, sendo destinados 400 ha para o plantio, mas, em 2012, de acordo com a produção agrícola municipal (IBGE, 2014), a produção de feijão ficou restrita somente para o auto-consumo, sendo que este cultivo não integra a cadeia de produtos que são comercializados no município, com isso, a produção existente é destinada somente para o próprio consumo, sendo essa realidade encontrada em outras localidades do território brasileiro, e não somente em Monte Alegre de Minas (MG).

Os dados dos gráficos 1 e 2 indicam que a produção das monoculturas está aumentando a sua área de cultivo, e as produções que eram tradicionais no município, como o

arroz e o feijão, estão diminuindo a sua área, em consequência à expansão do cultivo da soja, do milho e da cana-de-açúcar. Os agricultores familiares que cultivavam os produtos tradicionais estão deixando de produzir tanto o arroz e o feijão, quanto o abacaxi, por causa da expansão das monoculturas, pois essas lavouras demandam áreas maiores, necessitando cada vez mais de espaços para cultivá-las.

## 2.2 O ponto de partida: o tema, o problema

A escolha do tema para realizar uma pesquisa é fundamental para o sucesso da mesma, pois o pesquisador precisa ter certa afinidade com o assunto, saber o que será estudado e discutido. Portanto, essa escolha é crucial para o bom andamento do estudo e também para o crescimento teórico do pesquisador.

O pesquisador, ao escolher o tema que deseja estudar, precisa levar em consideração os fatores internos e externos. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), os fatores internos consistem em:

- a) selecionar um assunto de acordo com as inclinações, as aptidões e as tendências de quem se propõe a elaborar um trabalho científico;
- b) optar por um assunto compatível com as qualificações pessoais, em termos de background da formação universitária e pós-graduada;
- c) encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 44).

Já os fatores externos consistem na:

- a) disponibilidade de tempo para realizar uma pesquisa completa e aprofundada;
- b) existência de obras pertinentes ao assunto em número suficiente para o estudo global do tema;
- c) possibilidade de pesquisar especialistas da área, para uma orientação tanto na escolha quanto na análise e interpretação da documentação específica. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 45).

As inspirações para a escolha do assunto podem originar-se da experiência pessoal ou profissional, de estudos e leituras, da observação, da descoberta de discrepâncias entre trabalhos ou da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas.

Estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer, por entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e consequente. Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver ancorado na

estrutura subjetiva, corporal, do desejante. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve ele tornar-se paixão, desejo trabalhado, construído pelo próprio pesquisador. (MARQUES, 2006, p. 94).

Como Marques (2006) afirma, o tema escolhido para realizar a pesquisa precisa ser conexo com o que o pesquisador pensa, é algo totalmente ligado na própria postura do pesquisador, em como ele enxerga ao seu redor e compreende as transformações que estão ocorrendo. Podemos alegar que para a pesquisa ser relevante e bem estruturada, o pesquisador precisa ter clareza do que deseja estudar, fazendo com que a escolha do tema seja algo primordial para o desenvolvimento de uma pesquisa.

Após a escolha do tema para realizar a pesquisa, é preciso delimitar o problema a ser pesquisado. Marconi e Lakatos (2003, p. 159) afirmam que

[...] definir um problema significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema, deve haver clareza, concisão e objetividade. A colocação clara do problema pode facilitar a construção da hipótese central. O problema deve ser levantado, formulado, de preferência em forma interrogativa e delimitado com indicações das variáveis que intervêm no estudo de possíveis relações entre si. É um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora.

A definição do problema na pesquisa é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução. Uma vez formulado o problema, devem-se seguir as etapas previstas, para se atingir o proposto para o estudo. Diante das reflexões, iremos expor como ocorreu a escolha do tema e a problemática levantada para a realização da pesquisa.

A escolha do tema para o desenvolvimento da dissertação ocorreu durante a graduação em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Ciência Integradas do Pontal. Na ocasião, no ano de 2011, estava começando a pensar em um possível tema para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Em conversas com a orientadora de monografia, chegamos à conclusão de que iria ser pesquisada a produção de abacaxi pelos agricultores familiares em Monte Alegre de Minas, pois o município em questão foi local de moradia da pesquisadora, e também pelo fato do município não deter mais o título de “Capital Nacional do Abacaxi”, pois, com o passar dos anos, a produção de abacaxi foi diminuindo, gradativamente, fazendo com que o município perdesse o título de maior produtor de abacaxi do Brasil.

A partir da escolha do tema para o desenvolvimento do TCC, surgiu a afinidade com a geografia agrária, pois além de ter observado grande parte das transformações que ocorreram na área rural de Monte Alegre de Minas, pudemos realizar uma pesquisa referente

aos produtores de abacaxi, que são de extrema importância para a economia local. A pesquisa abrangeu desde a história do município, relacionada com a produção de abacaxi, até os agricultores familiares que cultivavam o fruto, as formas como eles produziam, a quantidade produzida, as perspectivas para continuarem nesta produção, dentre outras questões levantadas, que fizeram nos indagar cada vez mais em relação a este assunto. Com a finalização da monografia, constatamos que a produção de abacaxi no município é importante para a economia de Monte Alegre, e que os agricultores familiares não estavam tendo a devida atenção pelo poder público local. Diante dessa constatação, surgiram mais indagações a respeito da produção de abacaxi pelos agricultores familiares, que poderiam ser pesquisadas em um outro momento, pois iria demandar mais tempo para sua realização.

Portanto, ao finalizar o TCC e a graduação, surgiu a possibilidade de prestar o Processo Seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão no ano de 2013. Com as inquietações ainda afloradas sobre o assunto pesquisado no TCC, foi elaborado um projeto de pesquisa para dar continuidade ao estudo.

Assim, a partir dessas considerações foram levantadas as seguintes indagações que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: a) Qual a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do município de Monte Alegre de Minas? b) A produção de abacaxi contribui para a reprodução da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas? c) Qual a contribuição da produção de abacaxi para a economia do município? d) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar no município? e) Há outra forma de incentivo para a produção de abacaxi no município? f) A presença das lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar interfere no desenvolvimento da produção de abacaxi pelos agricultores familiares no município? g) Como a lavoura de abacaxi interfere na dinâmica socioespacial do município?

### **2.3 Território:** categoria para compreender a realidade

A década de 1980 foi significativa para a produção de abacaxi no município de Monte Alegre de Minas. Nesse período a produção esteve em ascensão, atingindo a faixa de 149 milhões de frutos colhidos. Essa elevada produção fez com que o município recebesse a denominação de “Capital Nacional do Abacaxi”. Entretanto, mesmo significativa, em 2012

houve queda na produção e foram colhidos 60 milhões de frutos (IBGE, 2014). Essa queda foi o ponto de partida para refletir sobre a situação dos agricultores familiares que vivem, basicamente, dessa atividade.

Devido ao processo de modernização da agricultura, que vem ocorrendo no município desde a década de 1980, as plantações tradicionais estão perdendo espaço para as monoculturas. Também ocorre a territorialização do capital em Monte Alegre e isto faz com que estes produtores tradicionais de abacaxi se desterritorializem, pois suas terras são cobiçadas pelos latifundiários produtores de soja, milho e cana-de-açúcar. O território do município, que antes era marcado pela presença dos cultivos de arroz, feijão e abacaxi, produzidos principalmente pelos agricultores familiares, é reconfigurado pela territorialização das monoculturas.

A relação existente entre trabalho-propriedade-família caracteriza e define bem o universo da agricultura familiar. O laço que existe neste tripé é a força motriz para que o avanço do agronegócio no campo não seja característico por todo território brasileiro. A agricultura familiar, aos poucos, foi conquistando seu espaço e se territorializando, sendo importante para a economia brasileira e para a geração de alimentos para a população.

A territorialidade da agricultura familiar é visivelmente identificada quando ocorre a gestão e o trabalho familiar em uma propriedade rural, onde há a relação não-capitalista de produção, sendo este território um importante local de lutas, conquistas, persistências, resistências e (re)existências do agricultor familiar perante a evolução da tecnologia no campo.

Na Geografia, encontramos categorias para classificar e caracterizar áreas com particularidades únicas, como o espaço geográfico, o lugar, a paisagem, a região e o território. Esta última categoria é mais utilizada para caracterizar uma área que é delimitada, que detém o poder, seja ele político, econômico ou cultural.

A compreensão do espaço geográfico associado à construção do território, juntamente com as relações de poder, pode ser analisada e compreendida sob perspectivas diferenciadas por autores como Saquet (2003), Haesbaert (2009) e Raffestin (1993).

Há autores que discutem e defendem suas teorias sobre o que é o território, e um dos autores pioneiros na abordagem do território foi Ratzel no século XIX. Um dos principais sucessores desse pensador foi Raffestin (1993). Em sua obra ele faz uma discussão com um caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, pré-existente ao território. Nas palavras do autor,

[...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) e qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

De acordo com Raffestin (1993), percebemos que o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Na análise feita por Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Portanto, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

As relações de poder existentes no território são desempenhadas pelos sujeitos que produzem o espaço e têm como objetivo criar novos territórios. Esses sujeitos são os indivíduos, os grupos, as coletividades locais, o Estado, a autoridade supranacional e as empresas. Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de novos territórios, os sujeitos promovem o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR).

Raffestin (1993, p. 153) afirma que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite”, que pode ou não ser traçado. “Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa.” Contudo, ter o limite como uma pré-condição para a formação do território, leva à redução da análise ao território-área, a qual se deve ter como uma das abordagens, mas não a única.

Outro autor importante que define o conceito de território é Santos (1996). Ele afirma que o território é anterior ao espaço geográfico e, portanto, a base material “em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico” (1996, p.247). Neste contexto, a análise se daria a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico.

De acordo com Santos e Silveira (2008, p. 247), “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política”.

Santos et al. (2000, p. 46) propõem que o território usado “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial”. A abordagem do território como o espaço de um país, utilizada por Santos, possibilita um uso diferenciado do conceito de território e contribui para a análise das dinâmicas e configurações do território brasileiro.

O território é esse *locus* de relações, portanto, de poderes, misturados no espaço, em constante movimento. Além disso, como sustenta Haesbaert (2005, p. 87),

[...] todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

O território realiza-se no espaço por intermédio das relações sociais materializadas, e estas resultam das múltiplas facetas assumidas pelo poder. Assim, a análise do poder torna-se fundamental na abordagem territorial. Não existe território sem poder e nem poder sem um sustentáculo territorial, conforme sugere Raffestin (1993). Podem existir territórios imateriais como, por exemplo, através da língua, da informação, das ideologias, das leis, da cultura, dentre outras formas que de alguma maneira, essas ações manifestam-se no espaço e materializam-se, conduzidas pela dinâmica do poder.

Como Raffestin afirma, o território pode ser caracterizado pela cultura de um determinado local. Nesse sentido, o município de Monte Alegre de Minas se insere nessa discussão com a tradição do cultivo do abacaxi. Este fruto está presente na vida dos montealegrenses desde a década de 1950, fazendo parte do cotidiano de cada um. A tradição fez com que a produção de abacaxi se territorializasse no município, criando uma territorialidade em torno da dinâmica de produção deste fruto, fazendo com que o abacaxi fizesse parte da história e da cultura dos habitantes locais.

Saquet (2006) explica essa relação de heterogeneidade e multiplicidade da agricultura familiar, quando afirma que

[...] a abordagem territorial constitui-se num *caminho* fundamental para a compreensão do movimento, de contradições e da heterogeneidade, e, pode subsidiar a elaboração de projetos de desenvolvimento com vista a uma sociedade mais justa. [...] isto nos remete a pensar sobre os elementos da renovação da geografia, principalmente, no que se refere ao que estamos denominando de abordagem territorial, como *um* dos *caminhos* que permite a compreensão coerente do rural e do urbano e de suas relações ou tramas territoriais. (SAQUET, 2006, p. 60-61, grifos do autor).

A continuidade da agricultura familiar não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo existente no campo. A condição de criação e recriação do trabalho familiar é uma estratégia de criação política da agricultura familiar, lutando pela terra de trabalho e pela terra de moradia, onde acontece o cotidiano de cada família (DEPONTI, 2007).

Para os agricultores familiares, a terra tem um sentido mais amplo, pois é através dela que eles desenvolvem suas atividades essenciais para a vida, como a moradia, a produção de alimentos básicos para a família, a geração dos recursos econômicos necessários à sua existência, a realização da cultura e sua constante reprodução e resistência. Portanto, a conquista da terra para o agricultor familiar, comporta as funções de moradia, de trabalho, e de vida.

Dessa forma, o território, para os agricultores familiares, constitui-se em um lugar de vida, onde vivendo em sociedade, constroem suas identidades, lutam pela sobrevivência e estão em conflito diário pela defesa de seu território. É o local onde eles se reproduzem e se constituem como cidadãos, onde persistem, resistem e (re)existem como tais. Os agricultores familiares conquistaram e ainda conquistam diariamente o seu território, ficando clara a diferença entre a agricultura patronal e a agricultura familiar, a primeira quer expandir cada vez mais a sua área de plantação, e a segunda luta para manter o que resta de sua propriedade, defendendo o seu território a todo custo, pois é de lá que eles tiram toda a força necessária para continuar esta luta.

Para os agricultores familiares, a produção de abacaxi exerce a territorialidade existente no cotidiano de cada um, ela expressa as manifestações sociais dentro do território. A territorialidade é a concreção da espacialidade em lugares específicos (VARGAS, 2004), resultado da prática de uma determinada concepção de vida, produção e intervenção sobre o espaço.

O local onde ocorrem as relações de poder, também é um cenário de diferentes territorialidades. As territorialidades podem disputar diferentes formas de poder, perspectiva e projeto aplicadas ao espaço. O território, como sistema de objetos e ações, expressa um arranjo possível que é definido pelas relações de poder, (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1997; SAQUET, 2004). Quando vemos o espaço físico vemos a mescla das expressões das territorialidades (VARGAS, 2004), a intensidade das “marcas” no espaço, específicas a cada grupo social, depende do poder de cada grupo.

Ao ampliar as análises sobre o território e seus agentes, Haesbaert (2004) discute também as diversas formas de territorialidades, com base nas análises de Sack (1980). O autor

aponta que a territorialidade não deixa de ser uma estratégia de controle, visto que, é a partir dessa ação no território, que pode-se controlar recursos ou mesmo impor novas relações. Para o autor, o conceito de territorialidade deve ser usado “[...] para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples qualidade de seu território, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território.” (HAESBAERT, 2004, p.74).

O importante é entender que não há território sem as relações sociais, visto que ele é um lugar substantivado por essas relações ou territorialidades e é constituído histórica e geograficamente. É uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades. É entendido como lugar de relações sociais; conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir (SAQUET, 2010). Para Haesbaert (2006b), o território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica e cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (MONTEIRO, 2013).

Assim, o território é um produto das relações da sociedade e da natureza, sendo uma condição para a reprodução social. Além disso, configura-se como um campo de forças que envolvem obras e relações sociais, historicamente determinadas. O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado. É um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e reterritorialidades (SAQUET, 2010). No território existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si. Os elementos basilares do território são as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, que se interligam, fundem-se umas nas outras, constituindo uma relação indissociável (SAQUET, 2010). Conforme ressalta Saquet (2010), o território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades e territorialidades.

Os territórios são produto e condição da territorialização, produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo/classe social, ou seja, pelas

territorialidades cotidianas, que são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e dos territórios (MONTEIRO, 2013). As forças sociais efetivam o território, o processo social, no espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos/grupos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam a vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos, fundados em desigualdades, diferenças, distanciamentos, porém, reagrupamentos, aproximações e identidades. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos, políticos e/ou culturais que de certa forma, determinam o conteúdo dos territórios (SAQUET, 2010). Sinteticamente, o território, enquanto categoria geográfica permite que se compreendam as relações de poder que perpassam as relações sociais manifestas em um determinado espaço. Essas relações engendram disputas territoriais entre diferentes agentes sociais em busca da apropriação de capitais específicos, que podem ser econômicos, políticos, culturais e simbólicos. A presença das relações de poder fazem com que ocorra a configuração territorial e, conseqüentemente a sua organização, inserindo os grupos sociais em relações de dominação e resistência.

As territorialidades de um grupo social são construídas no cotidiano. Conforme ressalta Saquet (2010), significam as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente. É o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, do assentamento, resultado e determinante do processo de produção de cada território e/ou lugar. São múltiplas e por isso os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos e relações. Assim, para Saquet (2010) as territorialidades são a cotidianidade, no movimento processual-relacional. A vida cotidiana é produto e condição da reprodução das relações sociais, do espaço, do lugar e do território. Representa heterogeneidade, desejos, necessidades, linguagens, edificações, signos, miséria, riqueza, repetições, mudanças, frustrações, técnicas, famílias, conflitos, trabalhos, redes, unidade, vida e morte. As territorialidades estão ligadas também à identidade dos grupos sociais. Por identidade, compreende-se a dificuldade de adaptação de um indivíduo/grupo em situações novas ou como um modo de ser coletivo, envolvendo um campo simbólico que engloba a reciprocidade, a espacialidade e a territorialidade (MONTEIRO, 2013).

As territorialidades, enquanto relações sociais efetivam e constroem territórios. Esse processo de construção territorial acontece em meio ao cotidiano dos grupos sociais que,

ao se territorializarem iniciam relações diárias no trabalho, na família, na igreja, na comunidade, no assentamento. Em Monte Alegre de Minas, os agricultores familiares, produtores de abacaxi, criam suas territorialidades, sejam por meio de suas famílias, ou por meio de relações de vizinhança, ajuda mútua, mutirões, pelo trabalho familiar na produção agropecuária e na religiosidade. Essa dimensão da vida cotidiana, mesmo perpassada pelo exercício das relações de poder, não é anulada e se constitui em outra dimensão pela qual os agricultores familiares também constituem seus territórios.

Assim, a agricultura familiar e o território estão intimamente ligados, um não se concretiza sem o outro, todas as relações existentes em uma propriedade, seja de trabalho, de parentesco, de moradia ou de tradição, se dá baseada no território construído por eles, produzindo e se reproduzindo constantemente.

#### **2.4 O universo da pesquisa: os agricultores familiares produtores de abacaxi**

No município de Monte Alegre de Minas, o abacaxi, na década de 1980 (Mapa 2), era produzido por vários agricultores, tanto empresariais quanto familiares, que aderiram ao cultivo por propiciar maiores rendimentos aos produtores. Ao observar o mapa 2, podemos visualizar como o cultivo de abacaxi aparece em toda a extensão do município, com destaque maior para a região noroeste, onde encontramos uma maior concentração do plantio de abacaxi. Além da produção de abacaxi, também se destaca o plantio da cana-de-açúcar, aparecendo em áreas contínuas, demonstrando como este cultivo já era significativo para o município na década de 1980. Ainda aparecem no mapa áreas de Cerrado, grandes extensões de pastagens e também outros tipos de lavouras, que não puderam ser identificadas devido aos satélites utilizados na época, que não identificavam com clareza qual era a plantação.

Mas, com o passar dos anos, houve a inserção de novos cultivos no município, principalmente de monoculturas, como a soja, milho e cana-de-açúcar. Com isso, o cultivo de abacaxi foi perdendo espaço para essas novas plantações, sobretudo para os agricultores empresariais, pois eles preferiram investir na produção de monoculturas, como pode ser observado no mapa 3, principalmente pelo fato do cultivo de abacaxi demandar mais tempo

para sua colheita, que varia de 18 a 22 meses, e também pelo preço do fruto, que varia de R\$ 0,30<sup>4</sup> a R\$ 0,90 diretamente na lavoura.

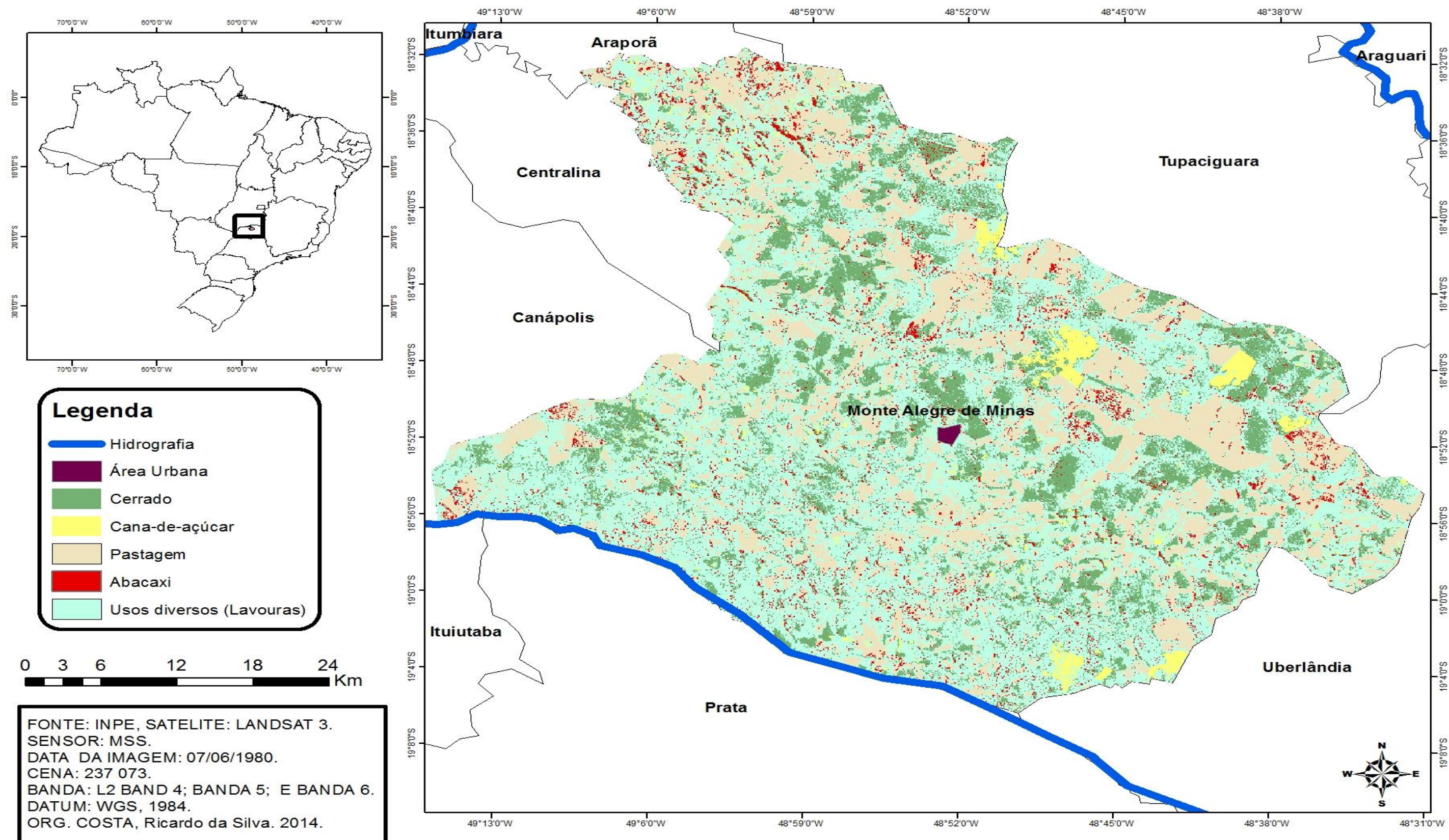
Ao analisar o mapa 3, e comparar com o mapa 2, podemos perceber como o cultivo de abacaxi ficou isolado em algumas regiões do município. Há áreas concentradas em certos pontos, como nas regiões oeste e sul. São grandes extensões territoriais, diferentemente do mapa 2, onde havia várias plantações de abacaxi, mas em pequenas extensões, distribuídas por todo o território do município. Devido a este fator, muitos produtores abandonaram o cultivo do abacaxi e preferiram cultivar outros tipos de plantações, como as monoculturas (INFORMAÇÃO VERBAL, 2014).

Além da diminuição da área cultivada pelo abacaxi, percebemos que houve um aumento significativo no cultivo da cana-de-açúcar, das lavouras irrigadas, provavelmente soja, de lavouras diversas, dentre elas o cultivo de milho se insere, e também a presença da silvicultura que, na década de 1980, era inexistente no município. Concomitante a este processo, ocorre a diminuição das áreas de Cerrado e de pastagens, demonstrando como ocorreu uma reestruturação produtiva no município, alterando a dinâmica agrária de Monte Alegre de Minas no decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000.

---

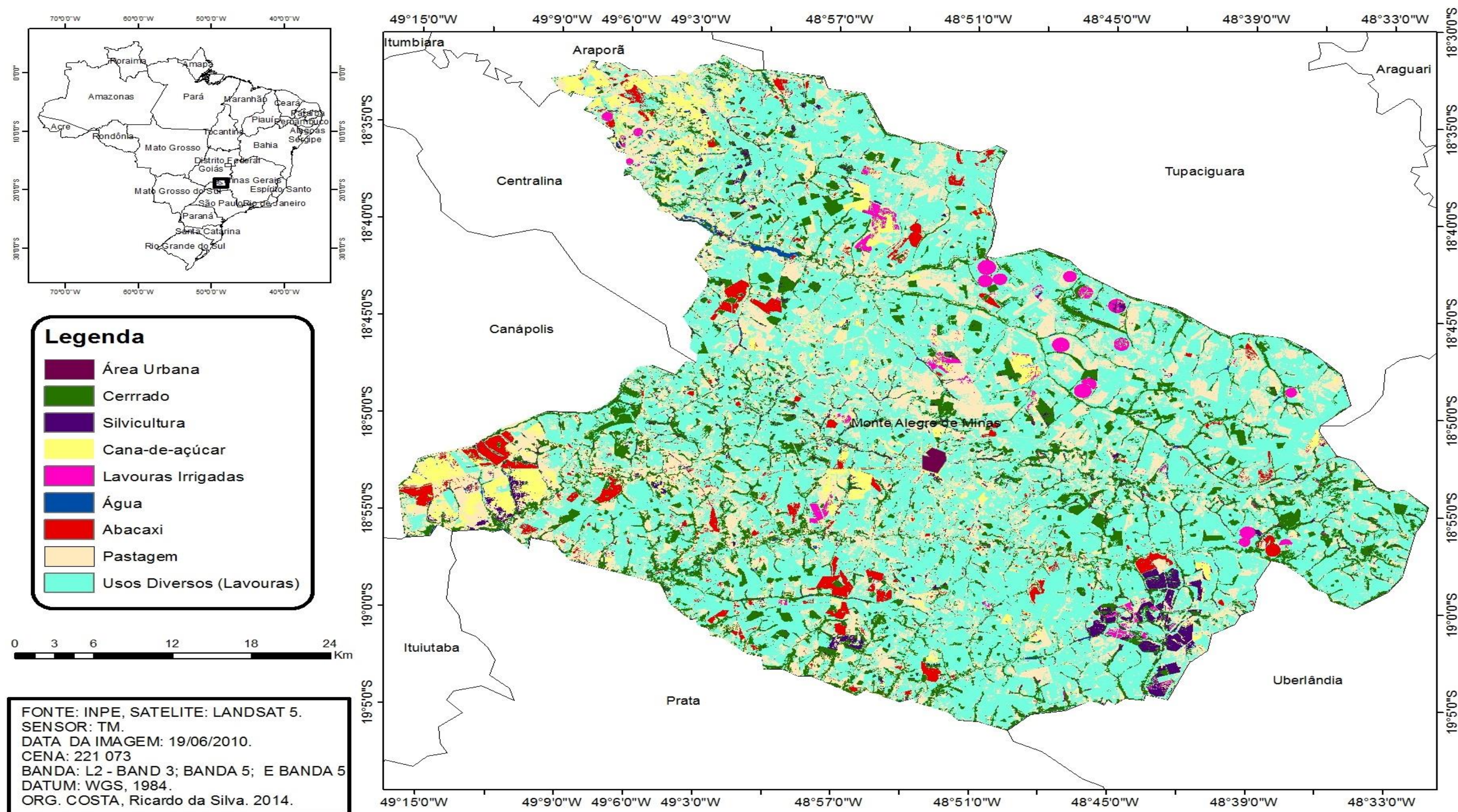
<sup>4</sup> Dólar comercial em: 25/06/14 = R\$ 2,20. Disponível em: [www.bcb.gov.br/?txcambio](http://www.bcb.gov.br/?txcambio)

Mapa 2 – Cultivo de abacaxi no município de Monte Alegre de Minas (MG) em 1980



Fonte: INPE, Satélite LANDSAT 3, Sensor MSS. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2014.

Mapa 3 – Cultivo de abacaxi no município de Monte Alegre de Minas (MG) em 2010



Fonte: INPE, Satélite LANDSAT 5, Sensor TM. Org.: COSTA, Ricardo da Silva. 2014.

Atualmente (2014), a produção de abacaxi em Monte Alegre de Minas é sustentada pela agricultura familiar. A resistência dessas famílias demonstra como a produção de abacaxi é importante para o município, dando sustentação econômica para as famílias e para Monte Alegre de Minas, pois, mesmo o município não sendo mais detentor do título de “Capital Nacional do Abacaxi”, os agricultores familiares sustentam o título de maior produtor da região.

Em relação aos produtores de abacaxi, de acordo com dados coletados na EMATER (2013), há aproximadamente 750 produtores. Destes, 600 são considerados como pequenos agricultores (80%), 143 médios agricultores (19%) e somente 7 (1%) são considerados como grandes agricultores. Para classificar estes produtores, a EMATER usa a classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde o pequeno produtor possui até 1 alqueire<sup>5</sup>, o médio possui até 5 alqueires e o grande produtor possui mais de 5 alqueires cultivados com a fruta.

Para a realização da pesquisa, a amostragem foi escolhida pelo “tipo não probabilística por acessibilidade ou conveniência.” (GIL, 1999, p.104). Assim, dos 600 pequenos produtores de abacaxi, foram entrevistados 10% desse total, correspondendo a 60 agricultores familiares. Desse montante, foram realizadas entrevistas com as famílias assentadas que produzem abacaxi nos assentamentos. Foram entrevistadas as famílias que cultivam abacaxi dos assentamentos da Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II (10 famílias que produzem abacaxi), da Associação dos Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre II (1 família que produz abacaxi), e do Assentamento Quilombo (2 famílias que produzem abacaxi), totalizando 13 famílias que produzem abacaxi. Quanto aos pequenos produtores tradicionais, foram realizadas 47 entrevistas com os agricultores familiares tradicionais que cultivam o abacaxi há mais de 20 anos.

O cultivo de abacaxi em Minas Gerais é significativo para o restante do país, sendo responsável por 12% de toda a produção do Brasil, e o Triângulo Mineiro também possui importância nessa porcentagem, sendo que, em um total de 7.203 hectares plantados em Minas Gerais, 6.492 hectares estão nesta região. A cidade de Monte Alegre de Minas é responsável pela produção de cerca de 60 milhões de frutos anuais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2012 (IBGE, 2014).

Os produtores de abacaxi são importantes para a continuidade da tradição no município, pois são eles os responsáveis por manter vivo o título que Monte Alegre já

---

<sup>5</sup> O alqueire mineiro equivale a 4,86 hectares (MDA, 2013).

recebeu, por mais que o município não seja o maior produtor no Brasil, ele ainda é o principal no estado de Minas Gerais.

A produção deste fruto emprega parte da população que vive no meio urbano e, principalmente, quem mora na zona rural, pois na época do plantio e da colheita, há necessidade de trabalhadores rurais para auxiliar os produtores, a lavoura precisa de manutenção durante o seu cultivo, com isso, sempre há trabalhadores temporários auxiliando os agricultores familiares.

Para o cultivo do abacaxi, como nas outras culturas, também é necessário preparar o terreno para o plantio, tratar das culturas por meio de manutenção, e a realização da colheita. Esse tipo de cultivo é dividido em fases que necessitam de diversas operações agrícolas, que compõem um ciclo produtivo da cultura, e esse período demanda tempo de trabalho efetivo e também temporário.

O cultivo do abacaxi, como de qualquer outro fruto, precisa de cautela e cuidado, pois não é tão simples como a maioria das pessoas pensa, qualquer falha durante seu cultivo pode acarretar a perda dos frutos. O abacaxi é um fruto sensível, tanto à temperatura elevada quanto à baixa temperatura, podendo ocorrer a “queima” dos frutos, por isso utiliza-se a folha de jornal em volta para protegê-lo, evitando assim que o fruto fique exposto. A utilização de agrotóxicos é realizada para que não ocorram prejuízos na lavoura, como a proliferação de fungos e ervas daninhas. Entretanto, sabemos que o uso de produtos químicos é maléfico tanto para os trabalhadores rurais que aplicam estes produtos, quanto para o ambiente e para o consumidor.

Assim, tanto no cultivo, quanto na comercialização dos frutos, a produção de abacaxi não recebe valor significativo agregado ao produto, pois o valor do fruto é baixo comparado ao processo produtivo e ao tempo gasto para cultivá-lo. A produção deste fruto requer dedicação e tempo. Com isso, percebe-se que os agricultores que ainda persistem em cultivá-lo são aqueles que possuem ligação com o fruto, principalmente pela tradição passada de geração em geração, pois eles estão conseguindo resistir ao avanço das monoculturas que estão sendo plantadas em boa parte do município.

Enfim, o cultivo de abacaxi pelos agricultores familiares é importante para Monte Alegre, porque faz parte da história e da consolidação do município, sendo este cultivo o principal ator deste processo.

## 2.5 As fases da investigação

### 2.5.1 A pesquisa qualitativa: uma relação entre pesquisador e sujeito

Ao iniciar uma pesquisa é necessário ter clareza do objeto, pois são vários os caminhos que podem ser percorridos para atingir o resultado esperado. Cabe ao pesquisador adotar a metodologia adequada ao problema e aos objetivos da pesquisa. Assim, a pesquisa qualitativa será a abordagem adotada para o desenvolvimento desta pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, parte-se do princípio de que há uma relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa estabelecida conforme o objeto de estudo e pautada nas orientações filosóficas que guiam as pesquisas qualitativas. De acordo com Ramires e Pessoa (2013, p. 25), “a pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e objeto, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas”.

A realização de uma pesquisa é necessária para saber interpretar a realidade, construindo o conhecimento aos poucos. Para Barros e Lehfeld (2007, p. 81),

[...] pesquisar significa realizar empreendimentos para descobrir, para conhecer algo. A pesquisa constitui um ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento. Consiste na tentativa de desvelamento de determinados objetos. É a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou problema.

A pesquisa é pautada pela problematização proposta para investigar e conhecer os sujeitos e os fenômenos. “O conhecimento obtido pela investigação científica contribuirá para a ampliação do conhecimento já acumulado, bem como para a construção, reformulações e transformação de teorias científicas” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 82). É através da pesquisa, que é possível conhecer algo novo ou até mesmo chegar a um conhecimento até então desconhecido, atingindo uma maior precisão teórica sobre fenômenos ou problemas da realidade.

Fazer uma pesquisa significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias. [...] Trabalhando-se bem não existe tema que seja tolo ou pouco importante. A pesquisa deve ser entendida como uma ocasião única para fazer alguns exercícios que servirão por toda a vida. O trabalho de pesquisa deve ser interessante. O que o verdadeiro pesquisador busca é o jogo criativo de

aprender a como pensar e olhar cientificamente. (GOLDENBERG, 2007, p. 68).

A pesquisa qualitativa é um campo transdisciplinar e envolve as Ciências Humanas e as Sociais, adotando diferentes métodos de investigação para a análise de um determinado fenômeno, ela procura encontrar o sentido e também interpretar os significados que as pessoas dão a eles.

De acordo com Godoy (1995), os estudos qualitativos começaram a se difundir na investigação social a partir da segunda metade do século XIX em pesquisas da Antropologia e da Sociologia. A partir da metade do século XX, a abordagem qualitativa passou a ser utilizada em estudos de outras ciências como a Geografia, Psicologia e Administração (MATOS, 2011).

Para Chizzotti (1991), as características principais da pesquisa qualitativa são o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, a imersão do pesquisador nas circunstâncias e no contexto da pesquisa, os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado e a aceitação de todos os fenômenos como importantes e preciosos. Assim, na pesquisa qualitativa, parte-se do princípio de que existe uma relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa estabelecida conforme o objeto de estudo e pautada nas orientações filosóficas que guiam as pesquisas qualitativas (MATOS, 2011).

Ainda, de acordo com Chizzotti (1991), existe um debate entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. Para ele,

[...] a crítica à hegemonia dos pressupostos experimentais, ao absolutismo da mensuração e à cristalização das pesquisas sociais em um modelo determinista, causal e hipotético dedutivo: adensam-se as críticas aos pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos do modelo convencional, reconhecendo-se a relevância do sujeito, dos valores dos significados e intenções da pesquisa, afirmando a interdependência entre a teoria e a prática, a importância da invenção criadora, do contexto dos dados e da inclusão da voz dos atores sociais; de outro lado, a pesquisa qualitativa, ainda atada ao positivismo, empenha-se em dar uma fundamentação rigorosa e formalizar os métodos científicos qualitativos, recorrendo a algum expediente quantitativo. (CHIZZOTTI, 2009, p. 228).

É importante destacar que a escolha entre pesquisa quantitativa e qualitativa deve ser feita a partir dos objetivos propostos, isto é, com intuito de realizar a pesquisa. Assim, a abordagem qualitativa é propícia para estudos que se encaixam no contexto social ou cultural, e que, na maioria dos casos, não exigem a quantificação. Para a realização da pesquisa quantitativa, é necessário que as variáveis analisadas sejam passíveis de quantificação a partir

das amostras. É por este fator que se utiliza a estatística para testar hipóteses e teorias científicas. Ao analisarmos cada uma em sua especificidade, percebemos que existem diferenças entre elas, porém, as diferenças não excluem a possibilidade de utilizá-las em combinação e/ou em integração (PESSÔA, 2009).

Para Godoy (1995), existem vários elementos que são capazes de identificar se a pesquisa é qualitativa, a) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; b) o caráter descritivo; c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; d) o enfoque indutivo na análise dos dados.

Na pesquisa qualitativa, por ter um caráter mais interpretativo em relação ao fenômeno estudado, é considerada como uma pesquisa que necessita de bastante atenção e cuidado, pois é preciso registrar as informações, coletar os dados, organizá-los e fazer análises. De acordo com Triviños (2009), é possível que a partir das informações coletadas e analisadas, surja a necessidade de novas buscas de dados.

Chizzotti (2009) afirma que o pesquisador, ao conduzir uma pesquisa de cunho qualitativo, deve despojar-se de pré-conceitos para assumir uma postura aberta às manifestações que analisa e observa. É preciso ter cuidado ao analisar os fenômenos, pois o pesquisador não deve se conduzir pelas aparências imediatas para buscar alcançar uma compreensão aprofundada dos elementos. Além disso, Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2002) reforçam que na pesquisa qualitativa o pesquisador procura seguir a tradição compreensiva e/ou interpretativa, entendendo que os indivíduos/grupos sociais agem em função de suas crenças, sentimentos, valores e percepções. Ou seja, suas ações e comportamentos possuem um sentido, um significado que não é possível conhecer imediatamente, sendo necessário um pouco mais de tempo e convívio com os sujeitos.

O pesquisador, quando opta por adotar a pesquisa qualitativa, considera os sujeitos pesquisados como o elemento principal de sua pesquisa, ele é um dos elementos do fazer científico, e é por este fato que o pesquisador apóia-se em alguns instrumentos para a realização da pesquisa, como a entrevista, a observação, a coleta de dados, o diário de campo, a história oral, as fotografias, os mapas, dentre outras formas para a efetivação da pesquisa em si (MONTEIRO, 2013).

Para atender os objetivos desta pesquisa, priorizou-se a observação direta e indireta, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, técnicas que serão discutidas no subitem sobre o trabalho de campo. Na Geografia, a pesquisa qualitativa esta se tornando uma importante ferramenta para a produção do conhecimento, possibilitando o aparecimento de novos elementos das realidades estudadas, com isso, o pesquisador tem a possibilidade de

descobrir novas relações socioespaciais em um determinado contexto geográfico. Assim, o papel principal de uma pesquisa é contribuir para a melhoria da sociedade, em seus diferentes aspectos, sejam econômicos, políticos, naturais ou culturais.

Para a realização da pesquisa qualitativa, o pesquisador precisa adotar técnicas de investigação, que são responsáveis por dar mais credibilidade à pesquisa. Dessa forma, o caminho metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi pautado nos seguintes passos: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) pesquisa de campo, que abrangeu as técnicas das entrevistas e dos registros fotográficos, com a posterior organização, sistematização, análise e apresentação dos resultados.

O intuito de realizar a pesquisa de campo é observar como os agricultores familiares produtores de abacaxi estão resistindo frente ao avanço das monoculturas no município de Monte Alegre de Minas, as estratégias de reprodução que as famílias estão adotando para driblar este avanço. Dentre os questionamentos levantados, os mais enfatizados foram em relação à produção de abacaxi, como por exemplo algumas perguntas sobre o processo de plantio e de colheita, sobre a comercialização e auxílios de órgãos estaduais ou municipais para o plantio, sobre a utilização de financiamentos, dentre outras questões relevantes para a pesquisa.

Nessa perspectiva, a pesquisa no município de Monte Alegre possuiu bases qualitativas, o que propiciou a apreensão das particularidades dessa localidade. Por meio das entrevistas, das fotografias e das paisagens observadas, a presença do pesquisador nesse ambiente pode mostrar um pouco de sua importância. Evidenciar este fato torna-se uma contribuição dessa pesquisa ao município, aos agricultores familiares de abacaxi, e à academia, apresentando a dinâmica de vida, de sobrevivência, de permanência, de resistência e de persistência dos agricultores familiares frente à expansão das monoculturas e a extinção da produção de abacaxi no município.

Dessa forma, podemos perceber que o método qualitativo é a melhor forma para compreender e analisar certa realidade, interpretando os sujeitos e os fenômenos nas quais deseja estudar, entendendo como eles conseguem se adaptarem às transformações que estão ocorrendo no meio rural do município de Monte Alegre.

### 2.5.2 A pesquisa teórica: entendendo a teoria para aplicar na empiria

O levantamento dos dados para a obtenção de alguns resultados é a escolha na qual o pesquisador utiliza para responder aos objetivos propostos para a pesquisa, e a cada procedimento utilizado para a realização da pesquisa, diz respeito a uma etapa da pesquisa. “Coletar dados é juntar as informações necessárias ao desenvolvimento dos raciocínios previstos nos objetivos.” (SANTOS, 2007, p. 102).

Nos procedimentos metodológicos da pesquisa, o primeiro a ser utilizado foi a pesquisa teórica, sendo esta um pré-requisito necessário à realização de uma investigação e pode ser definida “como o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto.” (LUDWIG, 2009, p. 51). O primeiro passo para a realização de uma revisão de literatura é fazer um levantamento das principais obras, autores e contribuições sobre o tema pesquisado.

O levantamento de referências bibliográficas e de trabalhos pesquisados na internet é indispensável para se pautar e responder os objetivos propostos. É através da pesquisa bibliográfica que adquirimos mais conhecimento sobre o assunto, é a partir das informações contidas nas teses, dissertações, livros e artigos que conhecemos as percepções e posições teóricas dos diferentes autores, e que nos ajudam a apontar as direções que vão dar o embasamento e a veracidade da pesquisa (MONTEIRO, 2013).

As teorias defendidas pelos autores referem-se a um rol de informações que buscam explicarem algum fenômeno ou fato. O pesquisador, ao desenvolver a pesquisa, deve levar em conta o conjunto de teorias que existem em relação ao tema estudado, sendo necessário realizar um levantamento bibliográfico acerca do tema e autores que tenham a mesma linha de pesquisa, tendo uma afinidade nas teorias defendidas (FERREIRA, 2012).

No presente estudo, o levantamento bibliográfico foi o primeiro passo para caminharmos no desenvolvimento da pesquisa. Fizemos um levantamento sobre agricultura familiar a partir do Documento FAO/INCRA (1996) e da Lei 11.326/2006, elaborados para a classificação das propriedades familiares, e o diálogo com alguns autores como Lamarche (1993); Wanderley (2001); Abramovay (1990); Hespanhol (2000); Mendes (2005); Buainaim e Romeiro (2000). Toma-se por base teórica também autores que estudam o processo de modernização da agricultura em suas várias nuances e que, de algum modo, possibilitam a compreensão das metamorfoses no espaço agrário brasileiro com a expansão do modo de produção capitalista, tais como: Graziano da Silva (1981; 1996), Graziano Neto (1985), Paiva

(1971) e Oliveira (1992). Sobre a conceituação de território, foram utilizadas referências dos autores: Raffestin (1993); Haesbaert (2009); Saquet (2003), na busca de elementos que pudessem subsidiar a pesquisa, auxiliando na compreensão de como os agricultores familiares se organizam econômica, política e culturalmente no município de Monte Alegre de Minas.

Dessa forma, os materiais consultados referem-se às áreas de Geografia Agrária, modernização da agricultura, território, agricultura familiar, assentamentos e a produção de abacaxi, os quais contribuíram para a discussão da temática. Na busca de uma análise interdisciplinar recorreremos também à consulta em obras de pesquisadores das áreas da História e da Sociologia que fizeram discussões pertinentes acerca da temática estudada.

Depois de realizar o levantamento bibliográfico e na internet, passamos à revisão teórica dos temas, entendendo que esta tem como “[...] objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo.” (LUNA, 2005, p. 83). A revisão foi feita a partir da consulta em livros, artigos de periódicos, revistas especializadas, documentos, monografias, dissertações, teses e sites fazendo uso de fontes primárias e secundárias.

### *2.5.3 A pesquisa documental: a importância dos documentos*

A estruturação teórico-conceitual de uma pesquisa é necessária para situar a análise no espaço/tempo, orientando a ação do pesquisador. Seu papel é subsidiar a interpretação da realidade, identificar e representar os fenômenos socioeconômicos, políticos e culturais responsáveis pela manifestação de determinados eventos (MENDES; PESSÔA, 2009). Além da pesquisa teórica, a pesquisa documental visa atender as necessidades objetivas da investigação.

A pesquisa documental tem como objetivo responder as necessidades da investigação científica, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados é um ato importante para o desenvolvimento do estudo, pois é um dos instrumentos utilizados que proporciona respostas e dúvidas nos problemas proposto inicialmente para realizar a pesquisa. Os dados obtidos nas

fontes secundárias referem-se à produção agropecuária, à população, à estrutura fundiária, ao PIB (Produto Interno Bruto), ao tamanho das propriedades e principalmente ao cultivo de abacaxi.

Os dados coletados dizem respeito ao estado de Minas Gerais, ao Triângulo Mineiro e mais especificamente, ao município de Monte Alegre de Minas, haja vista a necessidade de interlocução do local com o regional e o nacional. Foram coletados nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e ao Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF).

No IBGE foram coletados dados concernentes à produção agrícola de 1970 a 2008. As informações do período 1970 a 1995 estão contidas nos Censos Agropecuários. De 2000 em diante, são referentes à Produção Agrícola Municipal (PAM). Ainda no IBGE foram coletados dados referentes à população nos Censos Demográficos.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário foram coletados dados sobre a produção agrícola brasileira, a participação da agricultura familiar na economia, sobre o PRONAF, entre outros dados pertinentes à pesquisa.

No IPEADATA foram obtidos dados sobre produção, população, infra-estrutura e economia do estado de Minas Gerais. Essa fonte foi de extrema importância para a coleta de dados, uma vez que possui dados pertinentes à pesquisa, os dados se referem à produção agropecuária, em relação às propriedades e à população rural. Também foi utilizada a pesquisa em fonte documental, buscando informações em arquivos públicos da prefeitura de Monte Alegre de Minas e da biblioteca municipal, a fim de entender mais sobre a história de criação e de consolidação do município, e também informações sobre a economia, população e estrutura urbana da cidade. O intuito da pesquisa de dados nesses órgãos foi adquirir informações que poderiam contribuir para a caracterização do município de Monte Alegre de Minas.

#### 2.5.4 Trabalho de campo: etapa importante para entender a realidade

O trabalho de campo na Ciência Geográfica é uma técnica muito utilizada e importante para a compreensão da realidade na qual se deseja estudar, porque ela vai além da mera observação, ela interpreta e compreende o fato observado. No desenvolvimento de uma pesquisa científica, o trabalho de campo é essencial para que o pesquisador entre em contato com o seu objeto de estudo, podendo observar e relatar com mais precisão o que está ocorrendo em sua área de análise (FERREIRA, 2012).

A pesquisa de campo contempla a observação de fatos e fenômenos em sua ocorrência, e ainda o levantamento de dados e informações sobre estes, fazendo-se o registro de informações que contribuam para a sua interpretação. O trabalho de campo constitui etapa primordial em uma pesquisa (MONTEIRO, 2013).

Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.53) destacam que “desde os primórdios da geografia, os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos.” O trabalho de campo é um momento da pesquisa em que se tem a oportunidade de confrontar a teoria com a realidade.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57).

Nesta direção, o trabalho de campo não é somente empiria, é preciso articular trabalho de campo e teoria para assim compreender a dinâmica do espaço geográfico. Marconi e Lakatos (2007) defendem que em primeiro lugar antes de uma “ida a campo” é preciso fazer uma revisão de literatura sobre o tema, mostrando o estado em que se encontra atualmente o problema, o que já foi realizado sobre o mesmo. Esta pesquisa permitirá a construção do referencial teórico que auxiliará na determinação das variáveis da pesquisa. “Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos.” (MARAFON, p. 388). Por meio de técnicas como observação, entrevistas, dentre outras, o pesquisador busca apreender a realidade podendo vir a refutar ou confirmar seu aparato teórico.

O trabalho de campo é fundamental na pesquisa geográfica, pois representa o momento em que o pesquisador estabelece um contato direto com a realidade estudada, interagindo com os sujeitos e apreendendo a maneira como eles se concebem em suas

dinâmicas de vida e de trabalho no lugar em que vivem. Para a realização do trabalho de campo, o pesquisador deve delimitar as técnicas a serem utilizadas na realização da coleta de dados, assim como a forma de registro dos dados coletados e também como estes serão analisados (SANTOS ; PESSÔA, 2009). Na pesquisa optamos pelo uso da entrevista semi-estruturada e do registro fotográfico, por acreditar que essas técnicas de trabalho poderiam contribuir para alcançar os objetivos propostos. De acordo com Triviños (2009, p. 146),

[...] podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

A aplicação da entrevista semi-estruturada proporciona perspectivas para o entrevistado alcançar liberdade em sua fala e espontaneidade no diálogo, podendo enriquecer ainda mais o processo de investigação. A estrutura da entrevista, que é composta por perguntas que foram oriundas de uma reflexão teórica e de informações primárias sobre a pesquisa, fazem com que o pesquisador possa refletir e instigar o entrevistado quando estiver aplicando a entrevista, para chegar ao objetivo proposto. O tempo de realização da entrevista é flexível, e também depende da situação na qual se encontra o entrevistado.

A postura na qual o pesquisador adota, pode influenciar nas respostas dos entrevistados, devido a este fato, é preciso que o pesquisador busque alguma forma de minimizar a sua interferência na entrevista, sendo cordial e não interferindo e nem discordando das respostas dos entrevistados. O pesquisador deve proporcionar confiança ao entrevistado, assim, ele se sente mais confortável em relatar as informações necessárias para a pesquisa, e um importante passo para que isso ocorra, é a forma na qual o pesquisador irá abordar o entrevistado, pois dependendo de como ocorre essa ação, a entrevista pode ser bastante produtiva ou ser totalmente um fracasso (TRIVIÑOS, 2009).

O começo da entrevista estará marcado por incertezas originadas tanto no espírito do informante como do pesquisador. Este se perguntará se alcançará os propósitos levantados em seu estudo com as respostas do entrevistado. Este não tem ainda clareza sobre o tópico, nem confiança sobre as intenções da pessoa com a qual conversa. [...] se expressam alguns conceitos, ficam, entretanto, no espírito das pessoas muitos outros que não se dizem, e que talvez se deseje comunicar, mas não existe ainda a confiança para manifestá-los. (TRIVIÑOS, p. 2009, p. 149).

O pesquisador possui um papel crucial na aplicação da entrevista, pois ele deve fazer com que o entrevistado se sinta a vontade e confortável em relação às perguntas, e

também saber que ele é importante para o desenvolvimento da pesquisa, sem ele, e sem suas informações, provavelmente o pesquisador não conseguirá chegar aos resultados esperados. É preciso estabelecer uma relação de confiança entre o sujeito pesquisado e o pesquisador, pois isso é essencial para o êxito da entrevista, sendo necessário esclarecer ao entrevistado qual é a finalidade da pesquisa, os seus objetivos, a relevância e a importância de aplicar a entrevista a ele (FERREIRA, 2012).

O ato de entrevistar é um importante instrumento para os pesquisadores, pois “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 92). A entrevista só se concretiza quando ocorre o diálogo entre duas ou mais pessoas, onde a fala dos entrevistados é a principal fonte de informação, sendo ele portador dos dados que se deseja obter. A aplicação das entrevistas passa pelo processo de planejamento para a sua execução, “entendendo o planejamento como um processo e não um simples ato de perguntar e transcrever respostas, uma vez que estabelecer relação pessoal com seu entrevistado é o único caminho para o sucesso dessa técnica.” (ALMEIDA; FERREIRA, 2009, p. 80).

Durante a realização das entrevistas, foi utilizado o gravador de voz do aparelho celular com a autorização dos entrevistados. No que diz respeito aos nomes dos entrevistados, optamos por não revelá-los, identificando-os como entrevistado 1, entrevistado 2, de forma seqüencial.

Na realização do trabalho de campo, foram feitas entrevistas com os moradores de três assentamentos que produzem abacaxi, dentre eles, o assentamento Quilombo, Vale do Sol II e Aparma II, e também com os produtores tradicionais que cultivam o fruto a mais de 20 anos. Para a realização das entrevistas, foram feitas visitas às famílias produtoras de abacaxi. Os roteiros (Apêndice A) contém questões referentes à temática pesquisa, e também sobre algumas informações factuais, como gênero, idade, estado civil, série escolar, renda, o tamanho da propriedade, quais produtos são cultivados, quanto produz, dentre outras questões levantadas. Após a realização das mesmas, foram feitas análises e interpretações dos relatos.

A realização do trabalho de campo trouxe experiências únicas, vividas e sentidas pelas pesquisadoras, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. O relato de cada agricultor familiar em relação ao cultivo do abacaxi e sua lida com a terra, nos mostrou como eles possuem tamanha afinidade com este cultivo. A cada entrevista realizada, pôde ser compreendida a ligação que eles possuem com o seu pedaço de chão, de onde são tirados o sustento para a família e a manutenção de sua propriedade.

Para a realização das primeiras entrevistas, tivemos o auxílio de um amigo que produz abacaxi em conjunto com sua família, ele criou as condições (“abriu as portas”) para que não tivéssemos problemas com as demais, pois na sua companhia, os outros agricultores se sentiam mais à vontade para responder todas as perguntas e relatar sobre suas experiências. A presença desse amigo foi fundamental para a boa efetivação da pesquisa, pois além de nos apresentar mais agricultores, os entrevistados nos indicavam algum parente ou amigo que cultivavam abacaxi, sempre nos recebendo de forma cordial (“braços abertos”).

O trabalho de campo foi realizado em sete etapas, sendo que a primeira visita foi feita à EMATER, onde fizemos o levantamento dos agricultores familiares produtores de abacaxi no município. Posteriormente, foram feitas duas visitas aos assentamentos Quilombo e Vale Sol II, onde se encontravam doze famílias produtoras de abacaxi, e uma visita ao assentamento APARMA II, onde somente uma família cultivava abacaxi. As últimas três visitas a campo foram feitas com os agricultores familiares tradicionais, que cultivavam o abacaxi há mais de vinte anos, essas visitas foram feitas com o auxílio do amigo citado acima. Em cada visita, conseguimos aplicar quinze roteiros de entrevistas, e isso ocorreu pelo fato da proximidade das propriedades, e também por começarmos o trabalho de campo antes de raiar o dia, juntamente com os agricultores que acordavam bem cedo para ordenhar as vacas leiteiras.

Neste sentido, buscamos analisar as entrevistas realizadas, comparando e observando as respostas de cada um, para tentar compreender como o avanço das monoculturas no município de Monte Alegre está interferindo na produção de abacaxi, principalmente pelos agricultores familiares, que estão deixando de cultivar este fruto e investindo em outras plantações.

#### *2.5.5 O uso de mapas e fotografias: recursos importantes para a leitura da realidade*

Na realização do trabalho de campo, um recurso importante que não pode faltar é a máquina fotográfica. Além das entrevistas realizadas, foram feitos registros fotográficos como uma forma de registrar a realidade na qual estava sendo observada.

No intuito de desvelar relações sociais e a produção de sentidos na área rural de Monte Alegre de Minas, foram utilizados registros fotográficos. Nessa perspectiva, Martins (2009) argumenta que o visual torna-se, cada vez mais, documento e instrumento úteis na

leitura científica dos fatos e fenômenos sociais. Não apenas como documento, mas como registro que perturba as certezas formais oriundas do cientificismo. Sobre isso, o autor argumenta ainda que

[...] é a fotografia, portanto, nesse caso, tomada pelo sociológico em seus usos pessoais e sociais, pelo homem cotidiano e comum, como documento de sociabilidade, como expressão da diversidade de mentalidades e de perspectivas que se refletem na composição fotográfica e que expressam a vivência e experiência diferencial numa estrutura de classes sociais. (MARTINS, 2009, p. 17).

A fotografia será interpretada como representação do imaginário e das relações sociais e utilizada no trabalho como mecanismo para desvelar aspectos da reprodução da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas.

A interpretação de uma fotografia varia de um indivíduo para outro. As percepções acerca de uma mesma fotografia são diferenciadas e os sentidos que são dados a ela também, ocorre em função das vivências de cada indivíduo que vão influenciar na sua forma de compreender as coisas. “A informação pode estar na fotografia, mas nem todos estão preparados para percebê-la em sua plenitude.” (LOIZOS, 2008, p.138).

A imagem exerce um importante papel no registro da vida social, política e econômica da sociedade. “Mas estes registros não estão isentos de problemas, ou acima de manipulação, e eles não são nada mais que representações, ou traços, de um complexo maior de ações passadas.” (LOIZOS, 2008, p.138). As imagens são, assim, representações da realidade e estão sujeitas a manipulação e distorções por quem as produz ou reproduz (FERREIRA, 2012).

Na presente pesquisa pedimos autorização para fotografar as pessoas e suas ações e, quando devidamente autorizadas, foi realizado o registro da imagem. “Deixar-se fotografar não é um ato qualquer: é dar algo de si.” (L’ESTOILE; SIGAUD, 2006, p. 22).

Ao tirarmos as fotografias para a presente pesquisa, fizemos uso de todas essas formas, com o intuito de demonstrar o que está sendo pesquisado. Ao tirar as fotos sempre pedimos a permissão dos sujeitos fotografados e também para uso das fotografias. Caso não fosse concedida, a imagem era apagada de imediato.

Além da utilização das fotografias, os mapas também ilustram a área da pesquisa. A utilização de mapas na Geografia também é uma técnica muito utilizada, sendo importante para caracterizar e demonstrar qual é o objeto de estudo. De acordo com Harley (1991),

[...] os mapas sempre estiveram, ou pelo menos, o desejo de balizar o espaço, sempre esteve presente na mente humana. A apresentação do meio ambiente

e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo foram uma constante da vida em sociedade, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias.

O papel do mapa na Geografia, não resta dúvida, sempre foi um grande tema para reflexão, acompanhando o desenvolvimento da própria ciência geográfica ao longo do tempo. Quer seja na atividade de pesquisa ou na atividade de ensino, com maior ou menor ênfase para o seu uso, o mapa manteve-se dentro do rol de atribuições e preocupações do geógrafo (MATIAS, 1996). Ainda de acordo com o autor,

[...] construir um mapa, seja qual for o seu destino final, implica sempre um grande desafio, na medida que nos defrontamos com a tarefa de representar uma determinada situação da realidade por meio do uso de uma linguagem totalmente diferente dessa mesma realidade. No fundo, há a necessidade de reproduzirmos a realidade, ou aquilo que acreditamos seja a realidade, imperativamente num instante determinado, só que de uma maneira totalmente diversa sem, no entanto, comprometermos suas qualidades fundamentais e incorreremos no erro de transformá-la em uma outra coisa totalmente diversa daquela realidade inicial. Como podemos perceber não se trata de uma tarefa meramente técnica, embora exista tal conteúdo, ou, ao contrário, totalmente metafísica, o que também não deixa de aparecer. Acreditamos, diante desse desafio, que a elaboração de um mapa, por mais simples que ele seja, torna-se uma atividade bastante complexa necessitando, por conseguinte, de uma maior preocupação por parte daqueles que se encarregam desse trabalho. (MATIAS, 1996, p. 82).

Os mapas na Geografia representam um importante instrumento para o conhecimento e a representação da realidade, sendo assim indispensáveis ao trabalho geográfico. Como linguagem visual apresentam características insuperáveis para a representação do fenômeno espacial.

Na próxima seção será feita uma discussão sobre a conceituação da agricultura familiar e sobre a criação de políticas públicas direcionadas para este segmento, além de tecer algumas críticas relacionadas a este programa, como sua aplicabilidade e utilização por parte dos agricultores familiares.

### **3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF: uma parceria do pós 1990**

#### **3.1 Agricultura familiar: considerações teórico-metodológicas**

A incorporação da terminologia “agricultura familiar”, “explorações familiares”, “pequena produção rural familiar” na literatura brasileira, que retrata os processos sociais e agrários, surge no final dos anos de 1980 e, principalmente, em meados da década de 1990. Uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e a indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

Mas, acreditando na diversidade e na heterogeneidade das explorações rurais familiares, adotamos aqui, a terminologia de agricultura familiar proposta por Lamarche (1993), que se refere a uma unidade produtiva onde a família, ao mesmo tempo que trabalha, é proprietária dos meios de produção, incluindo aí vários segmentos de agricultores familiares. A esse pensamento, alia-se Wanderley (2001), que considera essa terminologia como a que melhor se aproxima e explica as heterogeneidades da produção familiar presentes no espaço agrário brasileiro.

O agricultor familiar, em seu estabelecimento, desenvolve as atividades agropecuárias em conjunto com sua família, produzindo produtos para o próprio consumo e também para a comercialização no mercado. A relação existente entre família-produção-trabalho na propriedade rural familiar é fundamental para o desenvolvimento do estabelecimento, pois essa união faz com que toda a família esteja envolvida no processo de produção, resultando assim na forma como eles irão se estabelecer economicamente.

A agricultura familiar possui um papel importante para a economia brasileira e também para a sociedade, pois são através dos estabelecimentos familiares que ocorrem a produção de grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo responsáveis por 38% do valor bruto da produção, correspondendo a 54 bilhões de reais do total produzido no país (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A terminologia de agricultura familiar foi institucionalizada pelo governo brasileiro com a promulgação da Lei 11.326/2006 que define critérios para delimitar os

estabelecimentos rurais que apresentam gestão familiar. A Lei em seu artigo terceiro define que

Art. 3º: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (p.1)

O estabelecimento familiar, de acordo com a Lei, não pode ultrapassar quatro módulos fiscais, indicando que são pequenas propriedades administradas pela própria família. Assim, as pequenas propriedades por possuírem um tamanho delimitado e também por não apresentarem renda suficientemente alta para se modernizarem, começam a ser ameaçadas pelas grandes propriedades, que, cada vez mais querem expandir sua área agricultável utilizando equipamentos modernos para cultivar produtos para serem exportados.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos em que a direção dos trabalhos na propriedade rural era exercida pelo produtor e o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. A definição do universo familiar foi estabelecida a partir das condições básicas do processo de produção, como suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza (FAO/INCRA, 2000).

O relatório da FAO/INCRA (2000) estabelece que a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro, mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% de pessoas que trabalham no campo. Dos 17,3 milhões de pessoas que trabalham no campo na agricultura brasileira, 13.780.201 milhões de pessoas estão empregados na agricultura familiar. A agricultura familiar, mesmo sendo baseada no trabalho familiar para o desenvolvimento de sua propriedade, em alguns casos necessita de mão-de-obra contratada, sendo um segmento importante para a geração de empregos no meio rural.

As variáveis geralmente empregadas para diferenciar os agricultores familiares e patronais se referem aos aspectos econômicos, como a área, o valor da produção, trabalho familiar/trabalho assalariado, maior ou menor autonomia com o mercado, auto-consumo, entre outras.

De acordo com crítica de Carneiro (2000), o caráter familiar da agricultura não se resume a uma quantificação do tempo trabalhado pela família confrontado ao trabalho assalariado que as unidades familiares podem, porventura, contratar. Para a autora, a especificidade do sistema familiar está na família responder pela organização técnica e execução das tarefas agrícolas, e principalmente pelo destino dado aos produtos desse trabalho. Nesse contexto, há uma amplitude enorme de sistemas familiares de exploração em que a família sintetiza uma rede de relações sociais que perdem sentido ao se resumirem às suas particularidades nas relações de mercado e de trabalho (MENDES, 2005).

A agricultura familiar possui dinâmica própria na esfera produtiva, na qual a força de trabalho familiar disponível na organização econômica é a base em que vai se apoiar os outros elementos da produção. A composição familiar, a relação de braços aptos para o trabalho e o consumo familiar, vai condicionar os demais fatores produtivos, como a terra e o capital, entre eles a área plantada, a base técnica, a relação com o mercado, a incorporação de assalariados, o membro da família trabalhando fora da propriedade agrícola e também a realização do trabalho não-agrícola, que irá influenciar como a propriedade familiar será conduzida (MENDES, 2005).

O sistema familiar de exploração também se apóia nas relações sociais, de parentesco, de solidariedade, em um universo que extrapola o econômico e o político. Logo, as relações existentes no sistema familiar não são baseadas somente na especificação da quantidade de emprego da mão-de-obra familiar, vai muito além dessa relação de parentesco, ultrapassando as relações existentes dentro da própria propriedade. As duas formas se integram numa lógica específica do conjunto familiar, compondo as diferenças econômicas e de parentesco nas necessidades de se reproduzir enquanto um conjunto de atividade familiar.

Para Lamarche (1993, p. 15), agricultura familiar é “uma unidade de produção agrícola onde trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família”. A partir desse sentido, o conceito de agricultura familiar não pode ser confundido com as demais denominações de exploração na terra, pois cada categoria está vinculado a histórias e contextos socioeconômicos e políticos diferenciados.

Ainda, de acordo com Lamarche (1993), a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares e, em cada lugar, apresenta diversidades, de acordo com o modo de produção e o modelo agrícola adotados. Em alguns lugares, a agricultura familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. Em outros lugares, ainda permanece arraigada na economia de auto-consumo. Pode ser reconhecida como a única forma social de produção

capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade ou, ao contrário, ser excluída de todo o desenvolvimento, sendo totalmente desacreditada.

Concordando com o autor, Lamarche (1993), propõe uma teoria que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade globalizada.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar, por estar diante de todas as transformações que ocorrem no mundo, sejam econômicas ou sociais, faz com que os agricultores familiares se adaptem a esse novo contexto imposto pela sociedade, tentando assim se reproduzirem, transformando-os em agentes da agricultura moderna, sendo gestados a partir do interesse do Estado. A referida autora mostra que para o pequeno agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte, ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

A reprodução do pequeno agricultor familiar se dá baseada em sua produção contínua na sua propriedade, produzindo constantemente as condições para plantar uma lavoura ou para sobreviver, reproduzindo os meios de produção, tentando assim estabelecer relação com o seu principal meio de sobrevivência, se reproduzindo constantemente sobre seu estabelecimento rural (WANDERLEY, 2001).

Ainda, a referida autora destaca que a agricultura familiar deve ser compreendida

[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 2001, p. 26).

A definição da terminologia de agricultura familiar é pertinente para a compreensão do ator social na qual estamos nos referindo, temos a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças dominantes vindas de fora do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse entrelaçado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E ele o faz recorrendo à sua própria experiência e procurando adaptar-se

aos novos desafios do desenvolvimento rural, tendo a capacidade de resistir e de adaptar às transformações mais gerais da sociedade (MENDES, 2005).

Para Abramovay (1990), a produção familiar na agricultura faz dela um setor único no sistema capitalista contemporâneo, pois não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão sejam estruturados tão fortemente em torno de vínculos parentescos, e onde a participação da mão-de-obra não contratada seja tão importante.

Ainda de acordo com Abramovay (1990), as unidades familiares possuem um peso significativo do desenvolvimento da agricultura no sistema capitalista, pois esta se baseia em produções naturais da agricultura, operando a partir dos elementos da própria natureza, não utilizando somente produtos geneticamente modificados. A produção familiar “opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho, impedindo que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo.” (ABRAMOVAY, 1990, p. 310).

Os agricultores familiares lutam para continuarem no campo sua reprodução, tentam adaptar a todas as transformações ocorridas na sociedade, seja no âmbito da economia, da tecnologia ou da cultura. Este grupo de famílias habitua-se com as alterações ocorridas em seu entorno, pois se não adaptar, será excluído de todo o processo produtivo.

Abramovay (1990, p. 277) afirma que os agricultores familiares

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado [produtos, créditos, etc.], transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições de reprodução social.

O agricultor familiar, de acordo com Abramovay (1990), é integrado ao mercado e também aos pacotes tecnológicos, tornando-se agricultores profissionais, trabalhando em sua propriedade rural em conjunto com sua família, integrando-se as estruturas sociais de mercado, reproduzindo e metamorfoseando de acordo com a dinâmica capitalista.

Abramovay (1992) destaca o papel da agricultura no processo geral de acumulação. A agricultura assume um papel estratégico na economia capitalista, permitindo o

rebaixamento dos preços alimentares e de matérias-primas para outros setores da economia capitalista. Esse processo é viabilizado pela simplicidade social do setor agrícola, pela intervenção do Estado e pelas particularidades naturais. No caso deste último, o autor chama a atenção pelo uso ‘absurdo’ da expressão, tão utilizada na nossa literatura, ‘industrialização da agricultura’ [grifos do autor]. O caráter natural, o peso das determinações biológicas, o fato da agricultura lidar diretamente com elementos vivos, expressa os limites a que está sujeita a própria divisão do trabalho no campo, colocando-se como elemento decisivo para sua compreensão.

Outra discussão acerca da agricultura familiar é apresentada por Hespanhol (2000). A autora afirma que

[...] a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campeonato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p.2).

Nessa linha de discussão sobre o significado de agricultura familiar, apresentamos o pensamento de Mendes (2005). Para a autora na produção familiar,

[...] a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que o propósito imediato da produção é a satisfação das necessidades essenciais da família e sua integração no mercado. A divisão do trabalho no estabelecimento e nos serviços domésticos é feita entre todos os membros da família (grupo doméstico), considerando a capacidade de cada um (idade, sexo e habilidades). Cabe ao chefe da família a distribuição das tarefas no estabelecimento. A combinação entre o trabalho familiar e os negócios caracteriza a essência de uma unidade de produção e de consumo, em que o agricultor é, ao mesmo tempo, proprietário, administrador e trabalhador, estabelecendo uma combinação família-empresa. A partir de sua organização interna e sua inserção social são estabelecidas as estratégias familiares. (MENDES, 2005, p. 61).

Ainda, de acordo com Mendes (2005), nas unidades de produção familiar, a família é a base para o desenvolvimento do estabelecimento, ela é a unidade social de exploração da propriedade e de trabalho, tendo como finalidade a produção de alimentos e bens para o próprio consumo e também sua integração nos mercados para a comercialização e obtenção de renda. A agricultura familiar é caracterizada pelo trabalho realizado pela família sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir dessa relação. Os pequenos agricultores

são responsáveis pelos produtos cultivados em seu estabelecimento, eles trabalham diretamente com as plantações ou com a criação de animais, juntamente com a família, e, ocasionalmente, há necessidade de contratar trabalhadores temporários, pois dependendo do cultivo, a família não consegue plantar ou colher sem a ajuda de terceiros. Mas esse número de trabalhadores varia de acordo com o tamanho da propriedade, do produto cultivado e dos recursos financeiros.

Dessa forma, pode-se afirmar que os agricultores familiares da sociedade contemporânea sobrevivem, frente aos novos desafios, lançando mão do conhecimento e da experiência que aprenderam a usar ao longo de sua formação e de sua existência. Toda essa experiência de vida e de trabalho reflete, também, sobre os vínculos de proximidade e das relações de confiança construídas entre as famílias rurais. Acredita-se que esses vínculos sócio-afetivos podem tornar-se fonte decisiva de desenvolvimento. As estratégias de sobrevivência e de resistência conciliam os recursos disponíveis na unidade de produção, como a constituição do patrimônio fundiário, a ocupação dos membros da família em atividades no estabelecimento ou fora dele, as relações de trabalho informais, como a troca de dia de serviço entre parentes e vizinhos, a intensidade do trabalho, dentre outros. Porém, a principal preocupação assenta-se na qualidade de vida dessas famílias, principalmente, com relação à geração de jovens produtores que estruturam sua existência sob condições de privações e insegurança quanto ao seu futuro (MENDES, 2005).

Na propriedade familiar, a realização do trabalho pelos membros da família é fundamental para sua consolidação, existência e resistência, pois a família é a base para o pleno funcionamento do estabelecimento, são os responsáveis por fazer acontecer e produzir os alimentos e produtos necessários para sua sobrevivência e reprodução. Muitas propriedades familiares ainda passam por dificuldades no processo de produção, pois não são todos os estabelecimentos familiares que possuem capital suficiente para adquirirem algum equipamento para o cultivo dos produtos.

A realização do trabalho na propriedade rural, pela família, ainda sofre alguns problemas referente à produção e comercialização dos produtos, pois os agricultores familiares enfrentam dificuldades técnicas e financeiras para produzir, em função da falta de políticas públicas, direcionadas para a produção em pequena escala. Mendes (2005, p. 59) afirma que

[...] o grande desafio imposto à reprodução da pequena produção rural refere-se à possibilidade de assegurar-lhe rendimentos e melhoria na qualidade de vida. Pode-se considerar que sua reprodução em maior ou menor grau faz-se assentada sob técnicas tradicionais de produção. Sua

integração cada vez mais intensa ao mercado impõe alterações nas técnicas de cultivo. Porém, deve-se buscar alternativas que agreguem valor sem aumentar o uso de insumos externos à propriedade, valorizando os recursos disponíveis na unidade produtiva. Assim, as várias competências exercidas pelos produtores e o emprego em atividades rurais e não rurais de membros da família são analisadas como estratégias de sobrevivência.

Os agricultores familiares não são importantes somente para a produção de alimentos, mas sim para preservar a identidade social e econômica de grande parcela da população brasileira, que de outra forma permaneceria à margem da agricultura globalizada, engrossando a leva de migrantes nas periferias das cidades (DIDONET, 2003).

Os pequenos agricultores familiares, tanto no passado como atualmente (2014), sempre buscaram acesso a atividades rentáveis e estáveis que assegurasse sua integração ao mercado. Wanderley (2001, p. 42) acredita que esse objetivo norteia suas estratégias econômicas e que se articulam em dois níveis complementares, o caráter mercantil e o auto-consumo. Para a autora, desde o período colonial, os denominados “cultivadores pobres livres” buscavam inserir-se à economia local e regional “[...] tanto o mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados à exportação, como o fizeram com a produção de mandioca, do tabaco e do algodão”. Essas considerações contribuem, significativamente, para compreender a importância da escolha dos produtos cultivados pelos agricultores familiares, uma vez que essa decisão incide diretamente sobre suas possibilidades de rendimentos.

Assim, ao avaliar as teorias referentes ao termo de agricultura familiar, pode-se analisar uma predominante racionalidade econômica que permite uma compreensão parcial, mas não o aprofundamento da análise da questão agrária, como pode ser observado em um pensamento conclusivo do estudo de Hespanhol (2000):

[...] com o agravamento dos problemas enfrentados por esses produtores (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, etc.) associados à intensificação da concentração fundiária resultante da expansão das áreas de pastagens, levaram a descapitalização crescente dessas explorações familiares, resultando numa menor capacidade de absorção de força de trabalho e a conseqüente expulsão de um expressivo contingente populacional. (HESPANHOL, 2000, p. 322).

Os autores Buainaim e Romeiro (2000) realizaram um estudo sobre o sistema de produção familiar no Brasil, e constataram que os agricultores familiares apresentam as seguintes características:

**Diversificação:** quanto maior a diversificação dos sistemas, menores os riscos a que os produtores se expõem; **a estratégia de investimento progressivo:** A maior parte das estratégias de “acumulação” e de aumento

de produtividade dos agricultores familiares está baseada em pequenos volumes de capital, que podem ser acumulados de forma progressiva (cabeças de gado acumulados ao longo dos anos, equipamentos de irrigação adquiridos progressivamente, máquinas e implementos usados, etc); **a combinação de subsistemas intensivos e extensivos:** Os agricultores familiares adotam em geral sistemas que conjugam atividades intensivas em trabalho e terra, com atividades mais extensivas. Quanto maior a disponibilidade de área, maior a participação de sistemas extensivos (cana, pecuária de corte). Nestes casos, a prioridade do produtor é introduzir sistemas que garantam uma boa produtividade do trabalho, mesmo que com baixa rentabilidade por unidade de área. Ao contrário, quanto menor a disponibilidade de área, maior a importância relativa dos cultivos altamente exigentes em mão-de-obra e altamente intensivos no uso do solo (horticultura irrigada e fruticultura). Nessa situação, a estratégia é gerar a maior renda possível por ha, mesmo que a produtividade do trabalho das produções não seja das mais elevadas. **Uma grande capacidade de adaptação:** Os agricultores familiares têm grande capacidade de adaptação a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e/ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. Outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira é a “pluriatividade”. (BUAINAIM e ROMEIRO, 2000, p. 62. grifo nosso).

Nesse contexto, o agricultor familiar tende a criar mecanismos de sobrevivência na medida em que mantêm relações socioeconômicas com os vários meios de produção que o cerca.

Dessa forma, Lamarche (1997) menciona que a produção familiar possibilita ao agricultor uma lógica própria e que ele consegue sobreviver de um sistema produtivo a outro. Porém, o autor nos alerta que, a especificidade e a heterogeneidade da produção familiar não indicam que ele não seja subordinado às determinações gerais do capital.

Diante do significado sobre o que se entende por agricultura familiar, as propriedades familiares têm como característica principal a realização do trabalho pela própria família, ou seja, a família trabalha diretamente na terra. As unidades de produção rural familiar conciliam o tripé, propriedade, trabalho e família, unindo, portanto, produção e consumo. O trabalho do homem sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir dessa relação, constituem características importantes da agricultura familiar, ou seja, há um amor pela terra e pela natureza adquirida por meio de laços culturais e passada de geração para geração. Essa é a diferença que a agricultura empresarial tem com a terra, vendo-a como um meio de reprodução do capital.

A agricultura familiar em Monte Alegre de Minas vai além da produção de alimentos para os moradores da cidade. O cultivo, em si, carrega uma carga importante de tradições e modos de vida dos agricultores familiares montealegrenses, eles possuem um conhecimento ímpar em relação ao cultivo do abacaxi, pois esta tradição está presente no

município a mais de cinco décadas, sendo este fruto vendido para diversas regiões do país, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, fazendo parte da economia e da cultura dos moradores e dos produtores, o fruto do abacaxi representa uma história de lutas e de conquistas dos agricultores familiares, pois mesmo sendo pressionados pelas monoculturas, eles resistem e lutam para continuarem sua produção.

### **3.2 O PRONAF: política pública para a agricultura familiar**

#### *3.2.1 Considerações sobre políticas públicas*

As políticas públicas são os princípios norteadores da ação do poder público, são as diretrizes na qual o Governo deve se orientar, fazendo relação entre a sociedade e o poder público nacional. As políticas geralmente são formuladas com o intuito de beneficiar a sociedade, com a criação de programas, leis e linhas de financiamentos, que se orientam através de recursos públicos.

Para que um projeto seja aprovado, é preciso que ele passe por diversas etapas, mas como é algo de interesse de diversas pessoas, tanto as pessoas que irão usufruir quanto de quem está implantando esta ação, há a disputa de poder político, que em alguns casos pode dificultar a execução deste projeto. De acordo com Teixeira (2002, p. 2),

[...] as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

As políticas públicas têm como objetivo central solucionar os problemas dos setores mais marginalizados da sociedade, que são considerados como vulneráveis. Essas políticas visam ampliar e efetivar os direitos de cidadania dessa população, também objetiva promover o desenvolvimento, criando alternativas para a geração de empregos e de renda, com o intuito de fazer com que essas pessoas sejam novamente inseridas na sociedade sem serem discriminadas (TEIXEIRA, 2002).

No Brasil, encontramos vários tipos de políticas públicas que abrangem vários segmentos da sociedade, é importante considerar qual tipo de política que será implantada, para poder definir o tipo de formulação e de implantação. De acordo com Teixeira (2002), há diferentes formas de caracterizar uma política pública:

Quanto à natureza ou grau da intervenção:

- a) estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc.
- b) conjuntural ou emergencial – objetivam amainar uma situação temporária, imediata.

Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:

- a) universais – para todos os cidadãos
- b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.)
- c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:

- a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;
- b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais; buscando equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;
- c) regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

Em relação às políticas públicas para a agricultura, o que ocorreu e que ainda ocorre, é a criação de políticas agrícolas, já que a política agrária foi sempre marginal ou inexistente. A política agrícola é priorizada, principalmente por três fatores, primeiramente, a política agrícola brasileira, sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do agronegócio; em seguida, nas últimas décadas, por volta de 1980 e 1990, as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização; e por fim, nos anos 1990, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental (DENARDI, 2001).

Sobre as políticas direcionadas para o setor agropecuário no Brasil, desde a década de 1960, observa-se o predomínio de um modelo de intervenção para aumentar a capacidade produtiva do setor. Nessa perspectiva se tem como meta final melhorar a estrutura de produção para aumentar a produtividade e os rendimentos do trabalho agrícola. Assim, os defensores desse modelo argumentavam que, a despeito de sua implantação, haveria um aumento de renda e da qualidade de vida da população rural. Mas deve ficar claro que estas políticas são agrícolas e não agrárias, que a qualidade de vida do pequeno agricultor familiar

não irá melhorar com a implantação desses programas, e sim ficar mais complicada, pois ele não detém patrimônio suficiente para conseguir empréstimos (IPEA, 2010).

As políticas públicas para o setor agropecuário brasileiro foram direcionadas para a categoria de produtores mais capitalizados, por terem a capacidade de responder rapidamente aos instrumentos de intervenção utilizados pelo governo para modernizar a agricultura, criando um mercado para a indústria de máquinas, equipamentos, adubos químicos e agrotóxicos que estavam se desenvolvendo. Por isso que não há tantas políticas públicas e programas direcionados para os pequenos agricultores familiares, pois diante dos “olhos” do governo, esses produtores demoram responder às intervenções propostas para o setor agrário. A adoção de políticas de caráter produtivista provocou e ainda provoca profundas transformações na agricultura, que podem ser comparadas com outros setores da economia, consideradas mais eficientes e inovadores que o agrário (IPEA, 2010).

O Governo brasileiro, em 2008, com a pressão da população cobrando programas de desenvolvimento para a sociedade, criou um catálogo de programas com Políticas Públicas destinadas para os municípios, dentre as políticas existentes, há algumas direcionadas para o desenvolvimento rural, e há um programa específico para a Assistência Técnica e Desenvolvimento Rural na Agricultura Familiar. Neste programa, o governo

[...] visa desenvolver ações de assistência técnica, extensão rural e capacitação de agentes junto ao público da Agricultura Familiar, incluindo agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, aquícultores e pescadores artesanais, indígenas e membros de comunidades remanescentes de quilombos, mulheres rurais, jovens rurais, enquadrados nos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); além de dirigentes, técnicos e funcionários de entidades governamentais e não-governamentais prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. (CATÁLOGO DO GOVERNO FEDERAL, 2008, p. 42).

A criação de políticas públicas direcionadas para a questão agrária brasileira poderia solucionar diversos problemas sociais e econômicos existentes nessa realidade, mas quando há o direcionamento de políticas para o setor agrário, os agricultores familiares não são beneficiados em relação aos produtores latifundiários, pois este segmento de produtores, que produzem alimentos em pequena escala, não são importantes para a geração de Produto Interno Bruto (PIB) em relação aos grandes produtores de monoculturas, pois eles exportam sua produção, fazendo com que o país receba impostos por esses produtos exportados, e, como a produção da agricultura familiar é destinada para o abastecimento do comércio interno, eles não recebem apoio, incentivos e somente alguns programas são direcionados

para o desenvolvimento deste segmento, demonstrando que mais uma vez eles estão sendo deixados de lado pelo governo.

De acordo com Gehlen (2004, p. 101),

[...] qualquer política de transformações estruturais no rural constitui uma interface perturbadora de interesses oligárquicos e geradora de profundas transformações nas relações, alianças, conflitos e contradições, tanto na sociedade local quanto na regional e/ou nacional. A desestruturação da fonte do poder patrimonialista/latifundiário instaura confrontos, disputas, violências, enfim conflitos sociais, crescentemente cotidianos. As transformações estruturais geram novas referências valorativas, éticas e de convívio social, recriando sonhos e idealizações do futuro. Esta é a dimensão cultural estratégica de políticas públicas que respeitem o social construído historicamente e que se inspirem na valorização das diferenças e não no seu aniquilamento. Social este que se manifesta pela criatividade de organização, pelas novas formas de solidariedade e pela politização das lutas. A reforma agrária vista nesta perspectiva não é uma medida pontual e nem concerne somente aos interesses exclusivos dos sem-terra, mas, ao contrário, se insere na concepção de um projeto de sociedade.

As políticas para o desenvolvimento do setor rural brasileiro, em sua grande parte, são direcionadas para os latifundiários, os pequenos produtores, os agricultores familiares, não recebem incentivos para continuarem sua produção, apesar de serem importantes para o desenvolvimento do país. Como estes agricultores familiares produzem alimentos para abastecer somente o mercado interno, o governo não investe, não incentiva e não cria programas para auxiliá-los melhor, pois eles não estão gerando renda para o governo, e sim despesas, ao contrário do que ocorre com os grandes produtores de monoculturas, que exportam sua produção, gerando impostos para o país (DENARDI, 2001).

Nos últimos anos, tanto o governo quanto a sociedade, estão constatando a falha desse modelo excludente que foi proposto para o país, coincidindo sobre a necessidade de acelerar e expandir o programa de reforma agrária e as intervenções fundiárias, através de projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que adquiriram um papel de grande destaque entre as políticas públicas atualmente em vigor, sem chegar a um consenso. A simples expansão do programa de reforma agrária foi suficiente para colocar em debate sua eficácia e sustentabilidade, gerando novas políticas de reordenamento fundiário (BUANAIN; SILVEIRA; TEÓFILO, 1998). Mesmo levando em consideração todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudança em um país que há muito vem privilegiando a agricultura patronal (CARNEIRO, 1998).

Uma alternativa encontrada pelo Governo foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo esta política pública direcionada

exclusivamente para os agricultores familiares, onde eles conseguem financiamentos e auxílio para a produção e manutenção da propriedade familiar.

### 3.2.2 A criação e os objetivos do PRONAF

A partir de meados da década de 1990, o governo federal começa a adotar medidas com o objetivo de redirecionar mais políticas para o meio rural. Tal redefinição foi impulsionada pelas mudanças que vinham ocorrendo no cenário econômico, social e político do meio rural, resultante da abertura comercial, do desmantelamento das políticas voltadas para o campo e do modelo tecnológico adotado nas últimas décadas (LOCATEL; HESPANHOL, 2006).

Nessa mesma década, a agricultura familiar ganhou destaque no cenário nacional com a divulgação do Relatório FAO/INCRA (1996). O referido documento classifica os agricultores familiares em relação às suas propriedades, citando as relações existentes dentro da propriedade familiar, como o trabalho e gestão estão intimamente relacionados; a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pela própria família; ocorre ênfase na diversificação de produtos; há ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; quando há contratação de terceiros é um trabalho assalariado complementar e as decisões são imediatas, decididas pela própria família (FAO/INCRA, 1996).

Em 1991, o Governo Federal sancionou a lei de política agrícola, número 8.171 de 17 de janeiro de 1991. Do ponto de vista formal, esta lei define os princípios fundamentais, objetivos e competências institucionais, prevê recursos, estabelece ações e instrumentos. A lei enfatiza a questão econômica no meio rural, como a produtividade, o incremento à produção, a regularidade de abastecimento, enquanto a função social dos produtores e da propriedade não é fator importante para o desenvolvimento deste setor, sendo direcionadas outras formas de desenvolvimento, sem ser o social, enfatizando o desenvolvimento econômico do país. Esta política agrícola demonstra que o país optou pelo produtivismo e pela tecnificação, independente de seus impactos sociais e ambientais. Esta lei descentraliza a execução dos serviços de apoio ao setor rural, mas centraliza a elaboração da política de desenvolvimento rural, prevendo ações de abrangência ampla, como planejamento, crédito, mecanização ou infra-estrutura.

Após o governo reconhecer a importância da agricultura familiar, através do relatório FAO/INCRA de 1994, que resultou do convênio para elaborar uma “nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil”, o governo brasileiro tomou a iniciativa de lançar uma política específica direcionada ao setor. Em agosto de 1995, como linha especial de crédito de custeio, foi lançado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF). Porém, de acordo com Hespanhol (2000) somente em julho de 1996, o programa foi institucionalizado e regulamentado como programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União, sob a denominação de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Este programa tem como objetivo principal obter o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia produtiva, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos agricultores familiares.

De acordo com Locatel e Hespanhol (2006), são muitos os objetivos do PRONAF, dos quais pode-se destacar: a busca da valorização e a divulgação do conceito de agricultura familiar, como atividade econômica fundamental, para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural; satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura familiar uma maior capacidade de produção para o seu próprio consumo e para o mercado; a manutenção e/ou geração de ocupações produtivas; a diversificação das atividades rurais, por meio da pluriatividade; e a construção de mecanismos que permitam a agregação de valor à sua produção.

As discussões mostraram que no Brasil a agricultura familiar está relacionada à legitimação do Estado com o PRONAF criado em 1996. O programa foi criado com o objetivo de prover créditos agrícolas e apoio institucional às categorias de agricultores familiares que vinham sendo excluídos de políticas públicas ao longo dos anos de 1980 e encontravam muitas dificuldades para se manterem na atividade agrícola.

Para obter o financiamento, os agricultores familiares precisam se encaixar nas condições propostas pelo programa, os produtores que exploram a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, se caracteriza como “A”; que residam na propriedade ou em local próximo, como “B”; que possuam no máximo quatro módulos fiscais (seis módulos fiscais, no caso de atividade pecuária), como “C”; que tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento, como “D”; e que tenham renda bruta anual, como “E” (MDA, 2014).

O público-alvo do programa também foi ampliado significativamente ao longo dos anos. Segundo as regras do Plano Safra 2007/2008, além dos produtores que já faziam parte da sua primeira versão, agora podem acessar os financiamentos do PRONAF as famílias de agricultores assentadas da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não-agropecuárias no meio rural. Para tanto, eles precisam comprovar, mediante Declaração de Aptidão (DAP), que se enquadram na categoria genérica “agricultura familiar” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

Nos últimos anos, devido às reivindicações, às lutas, e aos movimentos dos agricultores familiares, o governo criou alguns programas direcionados especificamente para estes agricultores, o principal deles foi o PRONAF, mas nos últimos anos também foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na qual as escolas compram os alimentos produzidos pelos agricultores familiares, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais, e também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa à formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, colaborando com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecendo a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (MDA, 2014).

O PRONAF é um Programa que tem o intuito de ajudar os pequenos agricultores familiares, beneficiando-os com créditos para cultivar plantações e dando-lhes um longo período de carência para que efetuem o pagamento do empréstimo com baixas taxas de juros, ajudando assim o produtor rural. Este Programa visa auxiliar o produtor rural, fazendo com que os produtores consigam produzir em maior quantidade com o subsídio que o PRONAF oferece, pois a realidade que temos no Brasil hoje em dia é drástica, o produtor rural não recebe muitos benefícios, e ainda precisa pagar altas taxas de impostos ao governo.

O PRONAF tem socializado o financiamento de custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos, mas em sua aplicabilidade é uma política social compensatória, sendo uma forma de minorar os efeitos da marginalização e exclusão dos pequenos agricultores sem condições reais de integração e competição nos mercados globalizados. No âmbito do governo federal, o PRONAF é um campo de disputa entre duas forças. O Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), respaldado por setores do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), pretende dar ao programa a importância e amplitude de uma efetiva política de desenvolvimento rural, mas os ministérios da Fazenda e da Agricultura o vêem apenas como uma política social (DENARDI, 2000).

Do ponto de vista do governo, o PRONAF beneficia tanto os agricultores familiares quanto o país. Para os produtores há a obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas à realidade da agricultura familiar; o aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade; para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até cinco anos. Para o país há uma maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica, como o arroz, feijão, mandioca, milho, trigo e leite; e também estimula a permanência do agricultor no campo. Mas a realidade na qual os agricultores familiares vivem e sobrevivem é outra, onde os olhos do governo não enxergam as dificuldades que eles enfrentam. Há regiões no território brasileiro que este programa não se efetiva, e não há investimentos para mudar este fato. Os agricultores familiares saem prejudicados pelo fato de não haver condições reais de conseguir o financiamento, não é tão simples como o governo demonstra, em alguns casos, o agricultor não possui garantias para financiar, pois não têm nenhum documento comprovando a posse de sua terra, com isso, ele não consegue ter acesso ao financiamento e acaba sendo excluído deste programa, não tendo esclarecimento algum sobre as reais condições na qual ele se encaixa (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O PRONAF apresenta-se como uma política pública diferenciada que tem a finalidade de apoiar com financiamento às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Em função disso, nota-se que o seu desenho normativo, no início limitado unicamente às atividades agropecuárias, passou a prever um leque bastante diversificado de linhas de ação (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

A criação do PRONAF foi um dos acontecimentos mais relevantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro no período recente. Com sua consolidação, este programa se transformou em um importante instrumento de apoio à agricultura familiar de norte a sul do país. Uma prova disso foi o crescimento significativo registrado tanto no número de beneficiários atendidos, como no montante de recursos disponibilizados e aplicados em condições especiais. O maior acesso ao crédito barato tem

contribuído para elevar a produção da riqueza agropecuária nacional (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

O PRONAF foi criado com o intuito de dinamizar as dificuldades que os agricultores familiares estavam enfrentando no campo, pois todas as políticas públicas criadas eram direcionadas aos grandes produtores rurais, então, a criação deste programa foi uma grande conquista para os agricultores familiares, pois, teoricamente, eles não iriam ser excluídos dos programas de incentivos financeiros para agricultores.

### *3.2.3 Análises sobre a aplicabilidade do PRONAF*

Quando este programa foi criado, seu raio de atuação limitava-se unicamente ao financiamento de atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares. Além disso, os produtores “periféricos”, ou seja, aqueles que obtinham os menores níveis de renda monetária entre os agricultores do país, não faziam parte do seu público preferencial (CARNEIRO, 1998). A partir do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e, principalmente, nos seis primeiros anos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008) os critérios de distribuição do crédito rural foram reformulados, visando, segundo o discurso oficial, adequar a estrutura normativa do programa à diversidade da agricultura familiar e ampliar seu alcance nacional.

Mas, quando este programa foi colocado em prática, pode-se perceber que nem todos os agricultores familiares são beneficiados. Ocorreu exclusão dentro do programa, ele é muito amplo, e há muitas diversidades no território brasileiro em relação à agricultura familiar, pois um agricultor familiar da região nordeste é muito diferente de um agricultor da região sudeste, desde as características na produção e na forma de produzir, até na propriedade em si, percebe-se que os agricultores do Centro-Sul do país conseguem mais benefícios que os agricultores do Norte e Nordeste, sendo que essa realidade teria que ser invertida, havendo mais financiamentos nas regiões que sofrem com a seca e com solo infértil.

Este programa contém algumas falhas que prejudicam o pequeno agricultor rural, pois, mesmo que não fique explícito, o PRONAF apresenta um caráter seletivo e excludente, fundamentado em um viés produtivista e setorial. Conforme Aquino e Schneider (2010, p. 10):

[...] sem sombra de dúvidas, existem evidências de que a concentração das aplicações do crédito rural no Brasil se dá onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado como, por exemplo, pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública na elaboração dos projetos e no acompanhamento dos beneficiários. No entanto, em que pese à importância destes fatores, é preciso esclarecer que eles são insuficientes para explicar o viés concentrador do PRONAF.

O PRONAF é uma política assistencialista, ela não melhora o problema de fato, falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não agrícolas no meio rural. Os bancos comerciais dificilmente financiam sistemas de produção diversificados e sustentáveis, ou produtos orgânicos e diferenciados. Com isso, o agricultor não tem opções de diversificar sua produção e melhorar sua renda, sendo compelido a produzir os produtos que possuem um baixo valor agregado.

Entretanto, é importante destacar que os subsídios especiais embutidos nos recursos do PRONAF não estão sendo distribuídos de forma equitativa entre as diferentes categorias de agricultores familiares brasileiros. Isto porque o programa apresenta uma forte tendência concentradora de renda ao privilegiar as categorias de agricultores familiares mais capitalizados e as regiões mais ricas do país na aplicação do crédito rural. Assim, tudo indica que a política de crédito, ao invés de diminuir as desigualdades regionais e sociais, está levando a um acirramento destas no interior da agricultura familiar. Esta característica é especialmente preocupante, pois sinaliza um distanciamento do PRONAF de seu objetivo estratégico básico que é reduzir a desigualdade social no campo (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

Assim, há diferenças na aplicabilidade do programa que teria que ser igualitário, não ocorrendo exclusão dos agricultores que já são excluídos do processo produtivo. O governo precisa melhorar suas ferramentas de aplicação do programa, incluindo todos os agricultores e pensando nas particularidades das regiões, talvez, assim, não haveria tanta disparidade na agricultura familiar brasileira.

Venâncio (2008) também concorda que a agricultura familiar ainda carece de incentivos para poder continuar produzindo, pois,

[...] apesar de a agricultura familiar ter assumido tamanha importância dentro do modo de produção capitalista (produção de alimentos para abastecer a população na cidade, geração de emprego e renda, manutenção das pessoas ocupadas no campo), ainda padece com uma série de fatores: falta de políticas agrárias e agrícolas, baixo valor agregado aos seus produtos, à expropriação e envelhecimento da família rural, perda de lavouras face às oscilações climáticas, dificuldades de comercializar devido à concorrência desleal, a entrada de produtos industrializados no mercado e a conseqüente

mudança dos hábitos alimentares da população brasileira e acúmulo de dívidas que levou muitos produtores à ruína. Mesmo diante de tais dificuldades, esse grupo ainda resiste, criando novas alternativas de produção (diversificação da produção), enquanto outros ingressam na luta por melhores condições de sobrevivência e de produção. (VENÂNCIO, 2008. p.79).

A partir da criação do PRONAF e PNAE, percebemos que o Governo já demonstrou algumas mudanças nas políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, mas ainda deveria dar mais atenção para estes agricultores, pois eles são atores importantes para o desenvolvimento da economia brasileira, não podendo ser excluídos de benefícios que somente os latifundiários recebem. É preciso rever e criar programas que, realmente, os beneficiem, que transformem a realidade que estão vivendo, sendo um programa que de fato os ajude a produzir e a vender seus produtos tendo a garantia de preço mínimo. Assim, as mudanças que ocorrerão na propriedade e na vida dos produtores, serão as consequências da implantação de um programa que efetivamente tenha funcionado. Com relação ao PRONAF no município de Monte Alegre de Minas ( MG), o programa tem atendido, de maneira satisfatória, os agricultores familiares, conforme será visto na seção 5, quando os mesmos se manifestam sobre as políticas de créditos para a agricultura familiar.

Apesar de o abacaxi constituir uma das principais atividades de reprodução do agricultor familiar de Monte Alegre, este enfrenta problemas, como a falta de assistência técnica e a expansão da cana-de-açúcar, da soja e do milho. Porém, os desafios para os agricultores familiares continuarem sua permanência no campo não são apenas uma realidade da área de pesquisa, eles envolvem todas as unidades de produção familiar. Logicamente, em alguns lugares esse processo ainda é mais intenso. Por isso, considera-se que o apoio para reprodução e fortalecimento da agricultura familiar deve ser formulado no âmbito do desenvolvimento local, considerando, portanto, os aspectos econômicos, sociais e culturais de cada lugar.

Na próxima seção será feita uma discussão sobre as transformações territoriais no município de Monte Alegre de Minas, bem como sobre a modernização da agricultura no Brasil e as transformações decorrentes desse processo.

## 4 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS (MG)

### 4.1 A modernização da agricultura no Brasil: (re)visitando essa discussão para entender as transformações no município

O Brasil, na década de 1950, começa a passar por uma intensa industrialização, como resultado do modelo de desenvolvimento proposto para o país. Com isso, houve maior pressão sobre a agricultura no sentido ampliar a oferta de alimentos. Gradativamente, ocorreu o estreitamento das relações de dependência entre a indústria e a agricultura, definidas pelas apropriações parciais do trabalho rural e dos processos biológicos pela indústria, como, a utilização de fertilizantes químicos, maquinários, e desenvolvimento de sementes mais resistentes e produtivas, e com isso, o país adota o pacote tecnológico da modernização da agricultura. Na segunda metade da década de 1980, Graziano Neto (1985) mostrava que a modernização da agricultura “[...] não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”.

A modernização da agricultura planejada pelo Governo, com intuito de aumentar a produção agrícola do país, iniciou-se no Sul do Brasil nos anos 1950 e, velozmente, atingiu outras regiões. Em pouco mais de dez anos de investimentos para modernizar o campo brasileiro, os resultados começaram a aparecer, sobretudo, a produção de *commodities*<sup>6</sup>, como a soja. Esse grão tomou o espaço de diversas culturas tradicionais, devido à demanda internacional (MATOS, 2011). A inserção de métodos e técnicas modernas não atingiu todos os produtores, todos os produtos e todos os espaços (PAIVA, 1971), de forma que ela pode ser caracterizada como um processo desigual e contraditório.

Assim, a modernização da agricultura se inseriu no modelo capitalista. Com isso, somente uma parcela de agricultores foi beneficiada, ou seja, os grandes produtores que passam a cultivar monoculturas, e alguns produtos, como insumos agrícolas e maquinários

---

<sup>6</sup> *Commodities* podem ser definidas como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. Acesso em: 10/11/14

Também disponível em: < [http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/commodities.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/commodities.htm) >

para a produção dessas monoculturas. Dessa forma, o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira teve um caráter conservador, já que se fundamentou sobre a concentração fundiária e na não realização da reforma agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A modernização na agricultura atingiu a produção agrícola, nessa lógica, a grande maioria dos pequenos produtores, agricultores familiares, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foram beneficiados pela modernização e evolução das técnicas produtivas, resultando na dificuldade em permanecer no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

O que ocorre de fato, é que a modernização da agricultura segue os padrões capitalistas, e com isso beneficia os grandes empresários rurais, incentivando cada vez mais o cultivo de monoculturas. Com a modernização das áreas agrícolas do país, a agricultura é transformada em uma atividade empresarial, ocorrendo sua industrialização. Devido a esse fato, ocorreu a abertura de um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos.

Para Brum (1988, p. 62 e 63), as principais razões para que ocorresse a modernização da agricultura

- a) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro;
- b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência;
- c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra;
- d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

Através da modernização da agricultura, os produtores buscam condições de enfrentar as dificuldades impostas pela natureza no que concerne à produção e melhorar alguns fatores necessários. Assim, através de uma artificial conservação e fertilização do solo, mecanização da lavoura, seleção de sementes, dentre outros recursos, busca-se a obtenção de maior produtividade. Com este avanço tecnológico voltado para a agricultura, os agricultores visam alcançar maior rentabilidade e produtividade, pois a mecanização e o aperfeiçoamento das técnicas permitem ampliar as áreas cultivadas e também a escala de produção.

A partir da década de 1970, o setor agrário brasileiro representou um maior desenvolvimento, com isso, a agricultura passou a responder aos anseios da sociedade urbano-industrial na qual estava passando. Sobre este fato, Gonçalves Neto (1997, p. 78) ressalta que

[...] a década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como

foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também.

Gradativamente, a década de 1970 vai sendo marcada pela chamada “industrialização da agricultura”, sendo esta cada vez mais subordinada à indústria e, conseqüentemente, uma maior subordinação da natureza ao capital.

Para Graziano da Silva (1996), a modernização da agricultura no Brasil pode ser dividida em fases. Para ele, a primeira se restringe à transformação da base técnica, induzida e estimulada pelo governo e empresas norte-americanas; a segunda fase caracteriza-se pela industrialização da produção rural com a implantação de indústrias de bens de produção e de alimentos; na terceira fase, ocorre plena integração entre a agricultura e a indústria; e por fim, ocorre a integração de capitais industriais, bancários e agrários sob o comando do capital financeiro. Com essa integração de capitais, a agricultura passa a crescer não apenas em função do mercado externo, mas também para atender às demandas do mercado interno, mais especificamente os complexos agroindustriais. A modernização era caracterizada como uma forma de atingir o crescimento econômico de um determinado lugar, e era apresentada como um modelo do desenvolvimento e do progresso.

Esse modelo foi denominado de Revolução Verde. Para Brum (1988, p. 44, grifos do autor),

[...] a chamada “Revolução Verde” foi um programa que tinha como objeto explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas as condições dos diferentes solos e climas e resistentes a doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização.

A Revolução Verde, nos países que haviam feito a Reforma Agrária, obteve resultados um pouco mais positivos. Já nos países onde a Reforma Agrária não ocorreu, como o Brasil, os efeitos foram negativos tanto no âmbito econômico quanto social (MATOS, 2011). A modernização da agricultura foi induzida, provocada de fora para dentro do país, propiciando a expansão das corporações transnacionais (BRUM, 1988).

O processo de produção baseado nos princípios da Revolução Verde teve como base a integração entre a indústria e a agricultura. Essa relação ocorreu, sobretudo devido a dois fatores, a agricultura passou a utilizar meios mais artificiais, como insumos, máquinas e

pesticidas, em detrimento dos naturais, como a adubação animal; e a população aderiu a uma alimentação mais artificial, procedente das agroindústrias, como os enlatados, processados e também alimentos, até então, alheios aos hábitos alimentares dos brasileiros como os derivados da soja, como o óleo e a margarina, do trigo, como a farinha, as carnes de frango de granja, entre outros produtos (MATOS; PESSÔA, 2011).

Os planos do Governo direcionados ao setor rural passaram a determinar os rumos da produção agropecuária no país, nesse contexto, o Estado procurou instaurar seu projeto modernizador com o objetivo de atrelar o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico, facilitando o crédito rural, criando institutos de pesquisas e assistência técnica, almejando incentivar a utilização de técnicas e insumos modernos. Foram criados também programas de subsídios diretos às atividades rurais, visando baratear a compra de insumos, através do pagamento de parte do preço do produto industrial com recursos do governo, além dos subsídios creditícios, também tiveram destaque as isenções fiscais (TEIXEIRA, 2005). Todos esses benefícios direcionados para o cultivo de monoculturas, e principalmente para os grandes proprietários rurais, mais uma vez, demonstrando que o Governo cria políticas públicas e incentivos fiscais somente para quem detém capital.

As inovações tecnológicas deram um novo direcionamento às atividades produtivas do país, que passaram a incorporar novas técnicas e equipamentos produtivos. A industrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir uma reestruturação do campo, pois é a fonte principal de matéria-prima. Era necessário preparar o campo para produzir para a indústria e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas. Esse processo contínuo de industrialização das áreas rurais trouxe transformações nas relações de produção na agricultura e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo (TEIXEIRA, 2005).

Assim, a modernização da agricultura trouxe mudanças significativas para o Brasil, principalmente na sua área rural, mas em conseqüência dessa modernização, também houve mudança na área urbana, como a chegada da população rural expulsa de suas terras e a mudança nos hábitos alimentares. As transformações ocorridas no meio rural mudaram drasticamente o perfil do campo brasileiro, se antes da década de 1950/1960 o campo era caracterizado como sendo essencialmente produtor de alimentos para a população brasileira, após a década de 1970 a produção é direcionada para a exportação, principalmente com o cultivo da soja e do trigo, e posteriormente da cana-de-açúcar.

Podemos dizer que a modernização da agricultura atingiu de forma negativa grande parte da população que residia no meio rural, pois esta modernização foi criada com o intuito de beneficiar os agricultores que já detinham capital, sendo que deveria ter sido ao contrário, os pequenos produtores é que deveriam ter sido beneficiados, para melhorarem sua produção e aumentarem sua renda, não passando por tantas dificuldades na qual eles enfrentam hoje (2014). Além desses fatores, a modernização da agricultura também provocou mudanças na estrutura produtiva e no ambiente, causando problemas tanto ambientais quanto sociais.

De acordo com Matos (2011, p. 83),

[...] a consolidação da agricultura moderna causou graves danos sociais e ambientais, evidentes, como a concentração de terra e renda, a precarização do trabalho, deslocamento da força produtiva do campo para as cidades e, também, destruição e contaminação do meio ambiente. Dessa forma, a modernização foi uma falsa imagem de progresso, um mito, produto do discurso de desenvolvimento rural.

A expansão e a consolidação da agricultura moderna no Brasil ocorreram em uma conjuntura da modernização do território. Mendonça (2004) defende a ideia de que a modernização da agricultura deve ser pensada a partir da modernização do território. Para o autor,

[...] a modernização conservadora não se atém apenas a modernização da agricultura, mas também ao de metamorfose do próprio Estado e suas contradições, enquanto viabilizador das condições para produção do valor e, conseqüentemente, do capitalismo, assim como das condições para a sua superação, a partir a territorialização da relação capital x trabalho, que expressa a *contradição viva*, portanto, a possibilidade concreta para se pensar uma sociedade para além do capital. A Geografia necessita assegurar as leituras do território a partir dos diversos agentes construtores e, não apenas, como vem fazendo desde a sua sistematização enquanto ciência, priorizando apenas as ações empreendidas pelas *personas* do capital. (MENDONÇA, 2004, p.58. grifos do autor).

Nesta direção, Matos e Pessôa (2011, p. 4), afirmam que

[..] a modernização do território por meio da difusão do meio técnico-científico-informacional, ao atingir as relações de produção, afeta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho. Essa dinâmica é relacionada à modernização capitalista industrial e financeira, descortinada nos anos de 1990, provocando metamorfoses no mundo do trabalho por meio do crescimento da terceirização, informalidade, diminuição de trabalhadores com carteira assinada, aumento das condições precárias do trabalho, entre outras. Essas metamorfoses no mundo do trabalho não se restringem apenas ao meio urbano; abrangeram também o campo, sendo mais visível nas empresas rurais.

Esta evolução proposta para a agricultura, dita como modernizante, foi concebida pelo Estado, com intuito de dinamizar a produção agrícola do país na década de 1950, atingindo boa parte do território brasileiro. Esta produção fez com que diversos produtores parassem de plantar as diversas culturas tradicionais, principalmente por causa da demanda internacional, com isso, o governo incentivou cada vez mais a produção de grãos para a exportação, que além da soja, houve também a produção de trigo e milho. A produção desses grãos ocasionou a exclusão do pequeno produtor, além de beneficiar somente os grandes produtores, pois para cultivar essas *commodities*, é necessário uma grande extensão territorial, com isso, somente o latifundiário é favorecido com os incentivos governamentais (MATOS ; PESSÔA, 2011).

O processo de modernização da agricultura constitui “[...] a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto-expansão, alterando o processo produtivo, acarretando diferenciações espaciais nos territórios, territorializando a contradição capital x trabalho.” (MENDONÇA, 2004, p. 227).

A partir da década de 1990, surge um novo termo para designar essa alta produção agrícola oriunda do processo de modernização da agricultura, o agronegócio. De acordo com Matos e Pessôa (2011, p. 22),

[...] essa expressão é utilizada no Brasil para designar grandes propriedades modernas que se dedicam à monocultura com o emprego de tecnologia avançada e reduzida mão-de-obra. Na maior parte dos casos, a produção é destinada ao mercado externo ou às agroindústrias, com a finalidade principal de auferir lucros.

O agronegócio tornou-se um triunfo para o Governo brasileiro, pois este segmento contribui de forma expressiva para o superávit da balança comercial. O Brasil é um dos líderes mundiais em produção e exportação de vários produtos agropecuários, dentre eles estão o café, o açúcar, o álcool e sucos de frutas. Além de liderar as vendas de soja, milho, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. No que se refere à soja, o Brasil está em segundo lugar na produção, ficando atrás apenas para os Estados Unidos (MDA, 2009).

O cultivo mais significativo de grãos foi a produção de soja, cujo cultivo era praticamente inexistente em 1965. Em 1970, atingiu cerca de 1,8 milhões de toneladas e em 2008, cerca de 59 milhões de toneladas. Este aumento expressivo foi devido à combinação da expansão da área plantada, juntamente com os insumos agrícolas utilizados para a plantação, além de explorar a produtividade do trabalho e da terra. O milho, outro cultivo de destaque na produção brasileira, obteve aumento significativo a partir de 1985, a maior taxa de

crescimento foi verificada de 2005 para 2008, cujo aumento foi de 15.632.684 milhões de toneladas (MDA, 2009).

Matos e Pessôa (2011, p. 28) mostram que

[...] com a ideologia de que o agronegócio é o modelo de produção ideal para o país, seu alastramento se dá por todas as regiões brasileiras, dominando novos territórios, tecnologias e políticas públicas. Alastra-se, territorializa-se semelhantemente a uma erva daninha. Com isso, milhares de trabalhadores vão sendo desterritorializados do campo. Não lhes restando alternativas, engajam-se nos movimentos de luta pela terra e luta contra o capital. Em essência, o modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, pautado na injeção de capital, seja qual for a apologia, tem como propósito fazer da terra um meio de obter renda, e, logo, a terra, nesses moldes de produção, passa a não ter função social, e sim, função meramente econômica. (MATOS;PESSÔA, 2011, p.28).

O processo de territorialização do capital no espaço agrário ocasiona a modernização da agricultura, modificando não apenas o processo produtivo com a inserção de novas tecnologias, mas também altera as formas de apropriação, construção e uso do território. A modernização da agricultura é vista e sentida por todo o território brasileiro, e o estado de Minas Gerais é um dos que sofreu mais influência neste processo.

#### **4.2 Modernização da agricultura em Minas Gerais**

A modernização da agricultura a princípio, teve como objetivo atingir todas as regiões do país, mas sabemos que esta modernização ficou concentrada somente em alguns locais, principalmente no Centro-Sul do Brasil. Nesse contexto, o estado de Minas Gerais foi inserido na dinâmica de modernização agrícola. Dentre as ações políticas para o desenvolvimento deste processo, podemos citar duas, a primeira ação foi em relação aos programas de incorporação de terras baratas do Cerrado (PRODECER e POLOCENTRO) ao processo produtivo, financiados e comandados pelo poder público durante o período 1960 a 1980; a segunda ação diz respeito a reestruturação dos órgãos institucionais responsáveis pela condução da política agrícola, facilitando o crédito rural subsidiado para aquisição de máquinas, equipamentos e fertilizantes agrícolas, a garantia de preços mínimos, e a assistência técnica prestada ao produtor rural.

As estratégias para o desenvolvimento e para a integração de novas áreas tinham entre os seus objetivos primordiais o desenvolvimento industrial e a expansão da fronteira

agrícola. A ocupação dos Cerrados do Triângulo Mineiro constituiu parte integrante dessas estratégias, inclusa no II Plano Nacional de Desenvolvimento, concebido neste período. Várias iniciativas governamentais se configuraram para apoiar este processo, destacando-se o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados), a partir de 1972; o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), 1973; o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), 1975; e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), a partir de 1975. De acordo com a análise empreendida por Cleps Junior (1998), o Estado obteve papel fundamental como catalizador da modernização, através da concepção e execução de programas governamentais:

[...] na avaliação dos programas regionais de desenvolvimento para os cerrados, o que se pode concluir é que a fórmula de expansão capitalista adotada pela agricultura brasileira e mineira nos anos iniciais foi a de incorporação de terras do cerrado através da distribuição de crédito barato destinado aos projetos com número limitado de produtores selecionados.  
( p.138.)

Em relação aos programas criados pelo Governo para o desenvolvimento agrícola, podemos citar o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) e o POLOCENTRO (Programa para o Desenvolvimento do Cerrado), que objetivam a incorporação das terras do Cerrado sob moldes empresariais de produção, com o uso de capital e tecnologia e o direcionamento da produção para as culturas destinadas à exportação e às agroindústrias. E esses empreendimentos alcançaram seus objetivos: alavancaram a expansão de *commodities* na região Centro-Oeste, na Bahia e em Minas Gerais, e também divulgar as potencialidades agropecuárias do Cerrado (PESSÔA, 1988).

Os projetos do PRODECER desenvolveram em etapas. A primeira etapa, denominada PRODECER I, foi iniciada em 1980 em Minas Gerais, como projeto piloto em Iraí de Minas, em uma área de cerca de 58.754 hectares por intermédio de programas de crédito baseados em cooperativas, posteriormente em Coromandel e Paracatu. Tendo como referências os resultados alcançados nesta etapa, foi iniciada a partir de 1987, a segunda etapa, isto é, o PRODECER II. Nessa etapa, o programa avançou para a Bahia, instalando dois projetos, e para a região Centro-Oeste, implantando projetos em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, superando os 200.000 hectares de terra (PESSÔA, 1988). A terceira etapa, iniciada em 1994, teve como objetivo ampliar a fronteira agrícola para as regiões Norte e Nordeste, contemplando os estados do Tocantins e do Maranhão (MATOS; PESSÔA, 2011).

No final da década de 1990, o processo de modernização mineira foi intensificado com a criação dos “polos de desenvolvimento”, principalmente no Triângulo Mineiro, com o uso intensivo de máquinas, adubos e corretivos que permitiu o aumento da produção e dos lucros. De acordo com Andrade et. al. (2000), existem no estado, regiões com uso intensivo de tecnologia e alta produtividade e outras com base produtiva extremamente rudimentar e voltada para a produção para o próprio consumo. O investimento seletivo em pontos do estado contribuiu para aprofundar a heterogeneidade da produção agrícola, promovendo um processo de modernização parcial. Esses investimentos seletivos são capazes de promover a integração de algumas porções do território mineiro à economia nacional e internacional, enquanto outras regiões ficam a margem do processo de modernização e do crescimento econômico (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000).

Para Ferreira Júnior e seus colaboradores (2004) as mudanças na estrutura produtiva em Minas Gerais têm íntima relação com os avanços tecnológicos, identificando no Estado, desde os mais elevados níveis de tecnologia às mais rudimentares técnicas. Seguindo a mesma linha, Gomes et al. (2005) ressaltam a disparidade no desenvolvimento entre as regiões, em virtude da extensão territorial do Estado, além de outros fatores, comparando o intenso uso de capital no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com o regresso tecnológico do Norte de Minas e Jequitinhonha, por exemplo.

A modernização da agricultura transformou o espaço agrário mineiro. Até meados da década de 1960, a produção girava em torno do cultivo de alimentos para o próprio consumo e grandes extensões territoriais destinadas para pastagens. Após a implantação das ações governamentais para o desenvolvimento dos Cerrados, em meados da década de 1970, a dinâmica produtiva alterou significativamente, sendo as produções voltadas para o plantio de *commodities*, modificando a base produtiva do estado, e inserindo uma nova forma de uso e de acesso à terra e condições de trabalho.

Esta modernização alcançou o município de Monte Alegre de Minas, transformando a dinâmica agrária e alterando todo o processo produtivo. Onde antes a produção era voltada para o cultivo de arroz, feijão, abacaxi e milho em pequena escala, hoje (2014) a produção é voltada para o plantio de soja, cana-de-açúcar e milho em grande escala. Com isso, os pequenos produtores saem prejudicados, pois não possuem grandes extensões territoriais para o plantio das monoculturas, e somente os grandes proprietários de terras foram beneficiados com a chegada das novas lavouras, proporcionando assim uma maior concentração de renda e de terra nas mãos de poucos proprietários.

Concomitante à este processo, ocorre a evolução das técnicas produtivas voltadas para a produção de alimentos, não tão rapidamente como ocorreu no cultivo de grãos e de cana-de-açúcar, mas acontecendo um pouco mais lentamente. Em relação ao processo produtivo do abacaxi, ele ainda permanece artesanal, necessitando de mão-de-obra para o plantio e para a colheita. Mas já existem novas técnicas que estão sendo utilizadas por uma pequena porcentagem de agricultores que plantam este fruto. Uma das técnicas utilizadas no plantio do abacaxi é o *mulching*, que consiste na aplicação de uma lona nos canteiros onde serão plantadas as mudas, este método reduz o custo do cultivo em 20% e diminui em 70% a aplicação de agrotóxicos nas lavouras, segundo a EMATER (2014). Este método faz com que o plástico usado no procedimento gere umidade e calor, e também falta de oxigênio, e essa ausência de oxigênio dificulta a proliferação de pragas. Com isso, os frutos nascem três meses antes em relação ao método convencional, sendo possível encontrar os pés carregados de abacaxi, prontos para serem vendidos. Na foto 2 podemos visualizar como ocorre a aplicação desta técnica.

Foto 2 – Técnica *mulching* utilizada para o plantio de abacaxi



Fonte: < <http://g1.globo.com/videos/minas-gerais/triangulo-mineiro/mg-rural/> > Acesso em: 01/09/14

Mas, no município de Monte Alegre de Minas, os agricultores ainda não aderiram este método de plantio, estão um pouco resistentes à aplicação desta nova técnica, pois não sabem ao certo como aplicá-la, e também principalmente pelo investimento inicial nesta tecnologia para o plantio das mudas, que gira em torno de R\$ 2.500,00 mil por hectare.

Uma outra técnica utilizada pelos agricultores para o cultivo do abacaxi é a irrigação por aspersão. Essa técnica consiste na aplicação de água nas plantas em forma de chuva artificial, por meio de dispositivos especiais (aspersores), abastecidos com água sob pressão. Estes dispositivos especiais chamados de aspersores são basicamente, pequenos

orifícios ou bocais com a função de pulverizar os jatos d'água que saem das tubulações, conferindo uma certa uniformidade da água ao cair no solo e nas plantas (SILVA, 1998). Mas esse tipo de irrigação não é empregado nas propriedades familiares, pois seu custo também é elevado, variando de R\$ 3.000 à R\$ 5.000 mil para sua implantação, aumentando o valor do cultivo do abacaxi.

A chegada da modernização no campo transformou as técnicas de plantio e também a dinâmica de produção, tanto no contexto nacional quanto local, cada qual com seu ritmo e velocidade, modificando as formas e as técnicas como os agricultores familiares ou patronais lidam com a terra, cada um com seu objetivo, sendo que os familiares visam principalmente a produção para o próprio consumo, e os patronais para a comercialização.

### **4.3 As transformações socioespaciais e econômicas no município**

#### *4.3.1 O significado do cultivo do abacaxi*

A história<sup>7</sup> do cultivo de abacaxi no município de Monte Alegre de Minas inicia-se no ano de 1943, quando o pioneiro José Severiano de Araújo, um potiguar, natural de Caicó (RN), se instalou no município, em busca de melhoria de vida, trazendo consigo as primeiras mudas de abacaxi. Mas, após a implantação do abacaxi em Monte Alegre de Minas, vários imigrantes do Rio Grande do Norte vieram também para o município para o trabalho braçal na lavoura de abacaxi. José Severiano de Araújo trouxe, através de pau-de-arara<sup>8</sup>, cerca de cinco mil mudas de abacaxi da região Nordeste para iniciar a plantação em Monte Alegre de Minas. A ideia era produzir em grande escala, já que no Triângulo Mineiro a fruta era rara.

Por acreditar no potencial da produção de abacaxi, José Severiano viu sua produção ultrapassar todas as expectativas e, com isso, teve problemas para comercializar os frutos. Então toda a produção foi levada para comercializar na cidade de Uberaba, na época a maior cidade da região. Com o aumento da produção, teve que levá-la para a capital paulista,

---

<sup>7</sup> Histórico da cidade de Monte Alegre de Minas. Também Disponível em:

< <http://culturamam.blogspot.com/2011/03/historico-atual.html> > Acesso em: 15 out. 2013.

<sup>8</sup> É o nome dado a um meio de transporte irregular, consiste em se adaptar caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais. Usa-se também para vender frutas.

fretando vagões da Companhia Mogiana para realizar o transporte dos frutos. Oito anos depois, em 1951, José Severiano de Araújo já tinha 400 mil mudas plantadas e, com isso, outros produtores também passaram a plantar abacaxi em suas terras. O plantio foi aumentando e vários outros produtores aderiram à plantação até transformarem a cidade de Monte Alegre de Minas a capital brasileira do abacaxi, já que naquela época, a produção era exportada para a Argentina, Paraguai, Uruguai e outros países da América do Sul. José Severiano de Araújo foi o grande pioneiro da principal economia de Monte Alegre de Minas.

O abacaxi, ao longo do tempo, foi conquistando espaço no município, fazendo parte da produção agrícola e da economia local. O auge na produção ocorreu a partir dos anos de 1980, tornando-se um dos municípios de maior produção no país. Pelos dados da tabela 3, observa-se a expansão da produção de abacaxi nos anos analisados (1990 a 2012). De 1990 a 1994 há uma expansão muito expressiva, passando de 88.520 para 132.000 milhões de frutos. Em 1996 ocorreu uma queda brusca da produção, devido à uma grande estiagem que ocorreu no município, voltando o crescimento apenas no ano de 1998, conseguindo desde então, auge de produção no ano de 2008 com 112.000 milhões de frutos (IBGE, 2014). Mais recentemente, em 2012, a produção entra novamente em declínio, com 60.000 milhões de frutos colhidos, demonstrando que o cultivo do abacaxi está diminuindo ao decorrer dos anos.

Tabela 3 – Monte Alegre de Minas (MG): área plantada e quantidade produzida de abacaxi (1990 a 2013)

<i>Ano</i>	<i>Área plantada (ha)</i>	<i>Quantidade produzida (milhões frutos)</i>
<b>1990</b>	4.500	88.520
<b>1992</b>	4.000	92.000
<b>1994</b>	5.500	132.000
<b>1996</b>	1.302	16.948
<b>1998</b>	4.000	116.000
<b>2000</b>	3.500	101.500
<b>2002</b>	3.000	90.000
<b>2004</b>	1.800	63.000
<b>2006</b>	1.800	63.000
<b>2008</b>	3.200	112.000
<b>2010</b>	2.000	60.000
<b>2011</b>	2.000	60.000
<b>2012</b>	2.000	60.000
<b>2013</b>	2.000	60.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1990 à 2013. Org.: GUIMARÃES, A. R., 2014.

Para consolidar a atividade, em 1982 foi fundada a Cooperativa Agrícola do Triângulo Ltda (CATRIL), para representar a classe dos abacaxizeiros e dar seu apoio na compra e venda de abacaxi e suporte de insumos agrícolas para a lavoura. A CATRIL

prosperou a partir de 1982, vendendo<sup>9</sup> abacaxi para as principais empresas industriais como<sup>10</sup> a CICA, Suco cítrico Cutrale e Cargil, ambas no estado de São Paulo e para a indústria Extra Fruta do Rio Grande do Sul. Ainda nos mercados internos para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Campo Grande, Brasília, Bauru, Marília e também para as cidades mineiras de Poços de Caldas, São João da Boa Vista, Uberaba, Ituiutaba, Araguari e Uberlândia.

Ao analisar os dados das tabelas 3 e 4, percebemos que a produção de abacaxi no município de Frutal é maior que no município de Monte Alegre de Minas somente no ano de 1996. A produção de abacaxi em Frutal sofreu uma queda em seu cultivo a partir de 2004, devido à inserção de novas lavouras na região, como a cana-de-açúcar. Apesar da produção de abacaxi em Frutal ser menor que em Monte Alegre, o município se aproxima da quantidade produzida de Monte Alegre. No ano de 2011, Frutal colheu 57.000 milhões de frutos e Monte Alegre colheu 60.000 milhões de frutos, uma diferença relativamente pequena entre os dois municípios.

Tabela 4 – Frutal (MG): área plantada e quantidade produzida de abacaxi (1990 à 2013)

<i>Ano</i>	<i>Área plantada (ha)</i>	<i>Quantidade produzida (milhões frutos)</i>
<b>1990</b>	1.794	31.761
<b>1992</b>	1.820	32.760
<b>1994</b>	3.120	56.160
<b>1996</b>	3.400	68.000
<b>1998</b>	3.250	65.000
<b>2000</b>	4.200	88.200
<b>2002</b>	2.500	75.000
<b>2004</b>	1.500	45.000
<b>2006</b>	1.600	48.000
<b>2008</b>	1.600	48.000
<b>2010</b>	1.900	57.000
<b>2011</b>	1.900	57.000
<b>2012</b>	2.100	52.500
<b>2013</b>	1.600	48.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1990 à 2013. Org.: GUIMARÃES, A. R., 2014.

O cultivo de abacaxi foi diminuindo ao longo do tempo, tanto a área cultivada quanto a quantidade produzida ,respectivamente. Isso demonstra que o cultivo, que é tradição no município desde a década de 1950, está perdendo espaço para outras plantações, principalmente para as monoculturas de exportação, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar.

<sup>9</sup> A CATRIL tentou também fazer exportação para a Inglaterra, mas não obteve sucesso nesta exportação pelos motivos dos intermediários, devido ao fato da viagem ser feita através de navio, que durava aproximadamente 30 dias, as frutas não chegavam em bom estado de conservação, mesmo sendo transportadas em câmara fria.

<sup>10</sup>Informações obtidas por meio de conversas informais com ex-presidente da CATRIL.

O número de hectares cultivados pelas monoculturas aumentou gradativamente, a que teve um aumento relativamente alto, foi o cultivo da soja, que em 1990 eram cultivados somente 9.500 hectares, e no ano de 2010, vinte anos depois, a área cultivada já era de 41.500 hectares destinados para o cultivo desta monocultura. Para o cultivo de abacaxi, em 1990, foram destinados 4.500 hectares. Entretanto, no ano de 2010 houve uma queda na área destinada para o plantio, passando para 2.000 hectares.

A expressividade da produção de abacaxi em Monte Alegre de Minas está presente não apenas no campo, como também na própria paisagem urbana, demonstrando que esta atividade faz parte da vida econômica do município. Podemos encontrar as interferências da produção de abacaxi na cidade de forma visível, como a comercialização dos frutos em barracas (Foto 3) no perímetro urbano da rodovia BR 365. Essa comercialização não é realizada por produtores de abacaxi, mas por pessoas que moram na cidade e compram o abacaxi diretamente dos produtores para revender em suas barracas à “beira” da rodovia com o intuito de obter fonte de renda. Além da fruta, algumas barracas também vendem o suco de abacaxi e compotas de doces.

Vale ressaltar que, com a duplicação da BR-365, muitos vendedores perderam seus lugares e lutam para ter um novo espaço de venda de abacaxi às margens da rodovia. As barracas ficavam muito próximas à rodovia e foram retiradas para a ampliação da mesma, com a promessa de que eles iriam ser realocados em outro lugar mais adequado, semelhante ao local onde é vendido os produtos artesanais (Foto 4). Entretanto, já se passaram mais de cinco anos da promessa feita pela prefeitura local. Até hoje (2014) nada aconteceu para auxiliar as famílias que vendem os frutos nestas barracas. As condições para trabalhar são precárias no que se refere à infraestrutura, pois as barracas são feitas com a estrutura de madeira e lonas.

Também há duas agroindústrias (QObba e Talimã) na cidade que fazem o processamento de abacaxi, principalmente na produção de doces, também há comércios voltados para as demandas dos produtores de abacaxi, assim como os empregos gerados por essa atividade, os quais possibilitam maior circulação de dinheiro e mercadorias na cidade.

Nesta mesma rodovia (no perímetro urbano) há a presença de outras barracas (Foto 4) que comercializam produtos artesanais, comidas típicas da região, doces, queijos, farinha, polvilho, dentre outros produtos que advêm das pequenas propriedades rurais do município. Essas barracas também possibilitam a renda para 20 famílias de Monte Alegre de Minas

Foto 3 – Monte Alegre de Minas (MG): comercialização dos frutos em barracas na rodovia BR 365



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

Foto 4 – Monte Alegre de Minas (MG): barracas no perímetro urbano que vendem produtos artesanais (comidas típicas da região, doces, queijos, farinhas, polvilho)



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

Considerando a importância da produção de abacaxi, tanto para o campo quanto para a cidade, percebemos que a produção possui um papel econômico e social significativo para os agricultores familiares e também para Monte Alegre de Minas, tanto para os produtores rurais que cultivam a fruta, como para moradores da cidade que trabalham direta ou indiretamente com o cultivo de abacaxi.

#### *4.3.2 A estrutura fundiária, a exploração dos estabelecimentos e o uso da terra*

A principal característica da estrutura fundiária brasileira é o elevado grau de concentração da terra, apresentando uma desigualdade, tanto na distribuição da posse, quanto da propriedade da terra. Isto ocorre devido à desigualdade econômica existente no país. No município de Monte Alegre de Minas a situação não é diferente.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995, o município de Monte Alegre de Minas era constituído por 1.911 estabelecimentos rurais<sup>11</sup>, das quais havia uma variação entre estabelecimentos com menos de 10 hectares e com até 10.000 hectares, sendo que os estabelecimentos entre 20 até 50 hectares predominavam na região, com 389 estabelecimentos. Os estabelecimentos que possuíam área variando de 0 a 10 ha, representam 398 propriedades, ou seja, 22% do total. As pequenas propriedades, aquelas que possuem área variando de 10 a 100 ha, representam 912 estabelecimentos, 48% do total. As outras, 591 propriedades, estão divididas em médias e grandes. Destas, 561 possuem área variando de 100 a 1.000 ha e correspondem a 29% dos estabelecimentos rurais. O restante, 30 estabelecimentos rurais do município, corresponde a 1% do total, com uma área que varia de 1.000 a 10.000 hectares, como pode ser visto na tabela 5.

As grandes e médias propriedades sobressaem em relação às pequenas, principalmente no que diz respeito ao tamanho das propriedades, isso demonstra que o pequeno produtor possui uma relação mais estreita com a sua propriedade, sobretudo os produtos que são produzidos e as relações de trabalho existentes nela.

---

<sup>11</sup> De acordo com o IBGE (2014), considera-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e/ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recreação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>>

Tabela 5 – Monte Alegre de Minas (MG): distribuição dos estabelecimentos rurais segundo tamanho – 1995

Distribuição dos estabelecimentos rurais	Totais	
	Estabelecimentos	Área (ha)
Grupos de área total (ha)		
<b>Menos de 10</b>	<b>398</b>	<b>1.860</b>
Menos de 1	9	4
1 a menos de 2	53	71
2 a menos de 5	223	813
5 a menos de 10	113	972
<b>10 a menos de 100</b>	<b>920</b>	<b>39.578</b>
10 a menos de 20	172	2.572
20 a menos de 50	389	11.965
50 a menos de 100	359	25.041
<b>100 a menos de 1.000</b>	<b>564</b>	<b>139.050</b>
100 a menos de 200	281	37.218
200 a menos de 500	217	61.774
500 a menos de 1.000	66	40.058
<b>1.000 a menos de 10.000</b>	<b>29</b>	<b>52.496</b>
1.000 a menos de 2.000	22	27.763
2.000 a menos de 5.000	6	18.006
5.000 a menos de 10.000	1	6.727
<b>10.000 a mais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total:</b>	<b>1.911</b>	<b>232.984</b>

Fonte: Censo Agropecuário, IPEADATA, 1995. Org. GUIMARÃES, A. R., 2014.

Com relação à exploração dos estabelecimentos rurais a tabela 6 mostra que, de acordo com os dados do IPEADATA, o número de estabelecimentos rurais sofreu uma pequena variação no período de 1970 a 1980, permanecendo na média de 1.360 estabelecimentos rurais. Entretanto, entre os anos de 1980 a 1985, ocorre um aumento significativo na ordem de 740 estabelecimentos, o que significa que no período de cinco anos o número de estabelecimentos passou de 1.428 para 2.168 estabelecimentos rurais.

Tabela 6 – Monte Alegre de Minas (MG): número de estabelecimentos e condição do produtor em relação à terra em 1970 - 2006

Ano	Número de Estabelecimentos	Condição do produtor em relação a terra			
		Proprietário	Arrendatários	Ocupantes	Parceiros
1970	1.364	972	252	139	1
1975	1.303	1.017	110	110	66
1980	1.428	999	262	114	53
1985	2.168	1.092	701	308	67
1995/1996	1.815	1.284	292	169	70
2006	1.527	1.279	147	61	6

Fonte: Censo Agropecuário, IPEADATA, 1985-1995; Censo Agropecuário, IBGE, 1996-2006 Org. GUIMARÃES, A. R., 2014.

Quanto ao uso da terra, na tabela 7, podemos visualizar a área destinada para o cultivo de lavouras permanentes, lavouras temporárias, matas e florestas naturais, matas e florestas plantadas, pastagens naturais e para pastagens plantadas. Na década de 1970, a extensão territorial designada para o cultivo de lavouras permanentes e temporárias é relativamente menor em relação a área destinada para as pastagens naturais e plantadas. Isso demonstra que, nesta época, a economia do município girava em torno da criação de gado, tanto para a pecuária de corte como de leite. À medida em que os anos foram passando, a área destinada para as lavouras, aumentaram, mas em sequência, também houve o aumento da área de pastagens plantadas, ou seja, já na década de 1995 a economia do município passa a ser gerada tanto pela plantação de lavouras, como também como a criação de gado.

Tabela 7 – Monte Alegre de Minas (MG): uso da terra entre os anos de 1970 - 2006

Ano	Lavouras Permanentes (ha)	Lavouras Temporárias (ha)	Matas e Florestas Naturais (ha)	Matas e Florestas Plantadas (ha)	Pastagens Naturais (ha)	Pastagens Plantadas (ha)
1970	853	16.219	1.533	76	181.359	19.425
1975	1.038	20.970	27.330	4.417	162.756	9.551
1980	2.436	22.758	38.801	8.264	65.407	86.902
1985	2.423	30.601	26.814	4.497	46.768	97.141
1995/1996	1.403	27.385	26.350	3.747	24.400	139.264
2006	3.026	41.076	34.016	6.252	19.616	63.747

Fonte: Censo Agropecuário, IPEADATA, 1985-1995; Censo Agropecuário, IBGE, 1996-2006 Org. GUIMARÃES, A. R., 2014.

Em relação aos dados analisados, podemos partir do pressuposto de que as grandes propriedades rurais destinam sua área de cultivo para as monoculturas, principalmente para a soja, o milho e a cana-de-açúcar, pois estas lavouras demandam uma grande extensão territorial para o seu cultivo, e os estabelecimentos rurais com área inferior a 10 hectares e de 10 a 100 hectares, que representam as pequenas propriedades, importantes

na produção de alimentos, estão sendo prejudicadas e pressionadas pelas grandes propriedades, pois estas estão pleiteando cada vez mais áreas agricultáveis para aumentar a produção das monoculturas.

As grandes e médias propriedades sobressaem em relação às pequenas, principalmente no que diz respeito ao tamanho. Isso demonstra que o pequeno produtor possui uma relação mais estreita com a sua propriedade, sobretudo quanto aos produtos e as relações de trabalho existentes nela.

Percebemos que a inserção das monoculturas, em Monte Alegre de Minas, alterou e ainda está alterando o seu espaço agrícola onde antes o cultivo era destinado para a produção de alimentos, como arroz, feijão, abacaxi e também para a criação de animais. Hoje (2014) esta área é destinada para o cultivo das monoculturas, que demandam uma grande extensão territorial, ocasionando também a expulsão do pequeno agricultor familiar do campo, pois os grandes proprietários acabam se apropriando das terras em seu entorno, e o agricultor familiar acaba sendo pressionado a vender ou arrendar suas terras para os grandes empresários rurais.

O cultivo de abacaxi proporcionou uma melhoria na qualidade de vida de muitos trabalhadores, especialmente meeiros e arrendatários, e não deixou de ser parte expressiva na economia local. Hoje (2014) o abacaxi, divide espaço agrícola com a cana-de-açúcar, o milho, e a soja. Percebemos que o cultivo desta fruta também sofreu interferência com a inserção destes novos cultivos, pois a área plantada e conseqüentemente a quantidade produzida também diminuiu, demonstrando que o cultivo deste fruto também está sofrendo alterações com o avanço das monoculturas.

Uma mudança significativa ocorreu com a criação de assentamentos rurais pelo Banco da Terra, com o intuito de plantarem abacaxi, principalmente para que a tradição em plantar este fruto não seja extinta no município. Essa discussão será feita no próximo subitem, onde será falado sobre a criação destes assentamentos e sua legitimação.

#### *4.3.3 A criação e a legitimação dos assentamentos rurais*

A dinâmica da questão agrária possui como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. Com o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, e principalmente pela renda capitalizada da terra, ocorre a exclusão dos agricultores familiares e

conseqüentemente a sua reprodução. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, ocasionando o conflito.

O governo, no intuito de amenizar os conflitos e tentar resolver as questões que giram em torno da reforma agrária, tenta criar políticas públicas voltadas para mudança da estrutura agrária, ou seja, considerando-se no mínimo quatro dimensões para a criação dessas políticas públicas, que é a econômica, a política, a social/cultural e a ambiental. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),

[...] do ponto de vista econômico, o acesso à terra é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, setor dinâmico que emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e produz 70% da alimentação que o brasileiro consome no seu dia a dia. Do ponto de vista político, é fundamental para a modernização do ordenamento territorial do país e o avanço da regularização fundiária, que garantem soberania nacional e segurança jurídica para a produção. Também porque a reforma agrária ajuda a diminuir a histórica concentração da propriedade da terra que ainda vigora no Brasil. Do ponto de vista social, é uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda. Finalmente, sob o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada, livre de agrotóxicos e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país. (INCRA, 2010, p. 2).

Por volta da década de 1980, os movimentos de trabalhadores rurais começam a ganhar mais destaque e força, tanto no campo como nas cidades, e como reivindicação principal dos movimentos, têm-se a problemática da reforma agrária. A partir de meados dos anos 1980 registra-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação. Norder (1997) afirma que são projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

Na década de 1960 aparece pela primeira vez o termo assentamento. Ele surge no contexto da reforma agrária venezuelana. De acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 7 e 8),

[...] de uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e a vida comunitária.

A concretização dos assentamentos diz respeito às lutas e pressões que os trabalhadores rurais sem terra exerceram perante o poder público, com o intuito de adquirir um local para se instalarem com seus familiares e poderem morar, plantar, cultivar, criar

animais e tirarem seu sustento. A extensão da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem terras, que vai desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação e saúde. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento rural é a construção de um novo território, o qual requer condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma nova lógica de organização do espaço geográfico (FERNANDES, 2000).

Embora, o número de assentamentos seja limitado e ainda possua uma grande população demandante por terra, eles são considerados centros estratégicos no quadro das transformações da questão agrária brasileira, fazem parte de uma nova forma de integração da população rural, num contexto de redistribuição da propriedade fundiária, e conseqüentemente, sua readaptação num novo espaço de vida e de trabalho (BERGAMASCO; BLANCPAMARD; CHONCHOL, 1997).

No contexto da reforma agrária brasileira, o termo assentamento está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada e, portanto, ocorre uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola (BERGAMASCO; BLANCPAMARD; CHONCHOL, 1997). Com isto, está o fortalecimento e ampliação da agricultura familiar, que consiste na exploração de uma parcela de terra tendo como trabalho direto a mão de obra familiar.

Desta forma, os assentamentos são considerados como locais onde os problemas sociais poderão ser encaminhados de forma sustentável e permanente, base para um modelo de desenvolvimento rural socialmente mais equitativo, sem estar completamente vinculados à exigências comerciais impostas pelas agroindústrias. A agricultura familiar presente nos assentamentos ganha destaque em relação aos elevados riscos que a atividade agrícola exclusivamente comercial apresenta, pois grande parte dos pequenos agricultores familiares prefere organizar sua produção de forma a obter maior segurança do que maior rentabilidade. A produção de alimentos pode permitir a reprodução de seu modo de vida até nos períodos mais difíceis (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Diante deste fato, os assentados procuram estabelecer diversas estratégias de produção e reprodução social, desde a formação de associações e cooperativas agropecuárias até a orientação da atividade agrícola para práticas de autoconsumo alimentar da família. Bergamasco e Noder (1996, p. 42 e 43) afirmam que

[...] é nesta luta cotidiana de construção da cidadania que os assentamentos vão se descobrindo e garantindo a delimitação de espaços para a atenuação da exclusão social e da miséria que atingem a milhões de brasileiros, além de estabelecer as bases para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.

Entre os anos de 1999 e 2002 o governo de Fernando Henrique Cardoso assentou 139.585 famílias, em 2.672 projetos de assentamentos, em uma área total de 9,2 milhões de hectares. Neste montante estão inclusas todas as formas de acesso à terra, seja assentamentos implantados via programa tradicional de reforma agrária em terras públicas obtidas, sobretudo, por desapropriações e arrecadação de terras, ou por meio da compra direta de terras, através do Banco da Terra e do Crédito Fundiário (FERREIRA; SILVEIRA, 2003).

A Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998, é a lei de criação e regulamentação que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, o Banco da Terra, e foi regulamentada pelo decreto n.º 3.475, de 19 de maio de 2000, sendo decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC) (SAMBINELLI, 2002).

Esse mecanismo de aquisição de terras ganhou grande aceitação pelo governo FHC (1995-1998 e 1999-2002) especialmente com a implantação dessa política pública para a realização de uma Reforma Agrária, que foi denominada de Banco da Terra, sendo criada em 1998. Até o fim de seu mandato foram destinados cerca de um bilhão de reais para a implantação desse programa.

Este decreto (n.º 3.475, de 19 de maio de 2000) tem a finalidade de regulamentar o Banco da Terra, mostrando de onde virão os recursos, a destinação destes, os beneficiários, os casos de impedimentos, as condições gerais de financiamento, a gestão financeira e o Conselho Curador (SAMBINELLI, 2002).

O Conselho Curador possui um papel essencial, ele é um órgão gestor que tem as atribuições de promover, de coordenar as atividades financiadas pelo Banco da Terra, garantindo a efetiva participação descentralizada dos Estados e Municípios. Estabelece normas gerais para concessão de financiamento, apurando e fiscalizando os projetos. Este Conselho aprova o plano de aplicação anual e das metas a serem atingidas no ano em exercício seguinte, também, controla e fiscaliza internamente o correto desenvolvimento financeiro e contábil do fundo. Ele delibera sobre o montante dos recursos destinados a aquisição de terras e sobre o montante destinado à infra-estrutura, além de fiscalizar e controlar as atividades técnicas delegadas aos Estados e Municípios, e por fim adota medidas complementares e eventualmente necessárias para atingir os objetivos do Banco da Terra.

O Conselho Curador é a instância máxima no funcionamento do Banco da Terra, era formado por sete Ministros de Estado, pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e por dois representantes dos potenciais beneficiários<sup>12</sup>, a serem convidados pelo Presidente do Conselho. A gestão financeira ficava a cargo do BNDES. O programa era operacionalizado por Agências do Banco da Terra estruturadas pelos estados ou associações de municípios em todas as regiões do país. A formação das entidades que compunham as Agências Estaduais e os Núcleos Municipais ficava a cargo dos órgãos governamentais correspondentes (SAMBINELLI, 2002).

A Resolução n.º 2728/2000 do Banco Central (BACEN), estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo presidente do banco na época, dispunha sobre as condições aplicáveis aos financiamentos pelo Banco da Terra, nos encargos financeiros, as taxas efetivas de juros aplicáveis em função do montante de financiamento por beneficiário de até R\$ 15.000,00 seria de 6% ao ano, acima de R\$ 15.000,00 até R\$ 30.000,00, seria de 8% ao ano e acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 40.000,00, seria de 10% ao ano (MDA, 2000).

O financiamento do Banco da Terra pode abranger até 100% dos valores previstos para aquisição do imóvel, das benfeitorias existentes e dos investimentos em infra-estrutura básica, bem como das despesas relacionadas com a contratação do financiamento, sendo que o prazo para pagamento era de vinte anos, incluídos os três anos de carência (SAMBINELLI, 2002).

A administração do Banco da Terra se dá de forma descentralizada, com a participação de Estados, de Associações de Municípios, dos Conselhos Municipais de desenvolvimento Rural Sustentáveis e as Unidades Técnicas. O objetivo do Banco da Terra é a geração de ocupação e renda no campo por meio do acesso à terra e a implantação de infraestrutura básica voltados a agricultura familiar (MDA, 2000).

As pessoas que poderiam ser beneficiadas pelo Banco da Terra, antes de qualquer coisa, deveriam procurar organizar-se em associação ou cooperativa. O primeiro passo a ser dado era escolher e negociar o imóvel rural que desejavam adquirir, quando, então, deveriam ser elaborado a Carta Consulta e encaminhada ao núcleo municipal do Banco da Terra.

---

<sup>12</sup> Em 2002 estas vagas eram ocupadas pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo e pelo presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (BRASIL, 2002). Chama a atenção que estas vagas, ao invés de terem sido preenchidas por entidades que pudessem, de fato, representar os possíveis beneficiários como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, tenham sido, “coincidentalmente”, disponibilizadas a entidades que apresentavam afinidade com o governo e nenhuma representatividade junto aos trabalhadores rurais.

Na carta deveria constar dados de identificação do grupo a ser beneficiado, de cada integrante e seu cônjuge, do imóvel, bem como a descrição do projeto pretendido, o seu custo global estimado para fins de enquadramento no programa. Em seguida, deveriam apresentar o Projeto de Financiamento elaborado por profissional cadastrado pelo Banco da Terra, contendo informações sobre o beneficiário, o imóvel a ser adquirido e a atividade rural a ser desenvolvida, para a análise da viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental. O projeto de financiamento seria analisado pela Agência do Banco da Terra que, após aprovação, encaminharia ao agente financeiro, acompanhada de parecer técnico, descrevendo as condições do financiamento a ser concedido (SAMBINELLI, 2002).

Após receber o financiamento, o beneficiário teria até vinte anos para saldar sua dívida, incluídos três anos de carência, com juros que variavam de 6 a 10% ao ano. Os agricultores que pagassem em dia suas prestações teriam o direito a descontos, sendo que seriam dados 50% de desconto aos financiamentos em regiões tidas como mais pobres, como o Nordeste, e 30% nas demais regiões (SAMBINELLI, 2002).

Por meio deste crédito foram distribuídos, em seus quatro anos de aplicação, cerca de 955 milhões de reais para quase 55 mil famílias em todo o Brasil. Desse total, a maior parte foi destinada à região Sul do Brasil, que acabou ficando com 46% dos recursos totais (MDA, 2001).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, um dos propósitos do Banco da Terra é financiar a compra de terras e a infraestrutura básica para trabalhadores rurais visando “contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem estar” (MDA,2002).

Como os demais programas de financiamento de terras, o projeto Banco da Terra, veio com a pretensão de promover o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar. Contudo, este projeto foi extinto em fevereiro de 2003 e as estruturas estabelecidas para sua concretização deixaram de prestar assistência às famílias beneficiadas.

Em 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência, o Banco da Terra foi extinto em âmbito federal, e as instituições estaduais e municipais se mostraram alheias aos empreendimentos implantados. Fato que desestabilizou o projeto com efeitos negativos, como a fragilidade das associações mutuaristas, formadas apenas para a compra de terras, precarização das condições de trabalho e de vida dos assentados frente às dívidas contraídas pela compra da terra (SILVA; CLEPS JUNIOR, 2012).

No contexto da agricultura brasileira, o Banco da Terra, cuja proposta consiste em oferecer crédito para a compra de terras e construção de infra-estrutura básica para trabalhadores rurais, enquadra-se como uma possibilidade de acesso à terra e, conseqüentemente, às políticas de financiamento da produção. Estas políticas públicas têm como principais diretrizes a realização do desenvolvimento no campo, entretanto, são pautadas por uma lógica produtivista. Nesse sentido, supõe-se que o Estado, através das políticas de desenvolvimento rural, pressiona o produtor rural a incorporar técnicas externas impostas pelo mercado e a negligenciar práticas e estratégias habituais, colocando em risco a sustentabilidade e a reprodução da família na unidade de produção (SILVA; CLEPS JUNIOR, 2012).

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, de acordo com o Dataluta (2010), no período de 1986 a 2000 foram criados 59 assentamentos de Reforma Agrária. Com a implantação do Banco da Terra em 2001, foram criados 107 empreendimentos de RAM, todos pelo programa Banco da Terra.

O município de Monte Alegre de Minas foi contemplado pelo programa de compensação fundiária criada no governo FHC, o Banco da Terra, possibilitando a inserção e também a permanência de agricultores familiares no campo, com a criação de sete assentamentos rurais (Quadro 1). Estes assentamentos, em um primeiro momento, foram criados com a intenção de dar continuidade na tradição do cultivo de abacaxi no município, mas nem todos seguiram o que estava proposto na Carta Consulta.

Percebemos que a criação e legitimação dos assentamentos rurais possuem suma importância, tanto para o município, quanto para os agricultores familiares, pois, são locais onde as famílias produzem e se reproduzem como tais, possuindo estimado valor para a produção de produtos alimentícios para Monte Alegre de Minas, além de serem importantes para a continuidade na tradição do cultivo do abacaxi, pois este fruto representa a história de criação e de vida dos montealegrenses.

A legitimação dos assentamentos foi feita pelo Banco da Terra. Este foi criado com o intuito de financiar a aquisição de imóveis rurais e a realização de obras de infra-estrutura básica, como residências, água encanada e energia elétrica. Esta lei tem a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamentos rurais, que também beneficia os trabalhadores rurais não proprietários de terras, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem no mínimo cinco anos de experiência no meio rural (MDA, 2014).

Quadro 1 – Monte Alegre de Minas (MG): assentamentos rurais

<b>NOME DO ASSENTAMENTO/ASSOCIAÇÃO</b>	<b>FAMÍLIAS ASSENTADAS</b>	<b>FAMÍLIAS PRODUTORAS DE ABACAXI</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO</b>
<b>APPC</b> (Associação dos Pequenos Produtores de Canápolis)	20 famílias	2 famílias plantam abacaxi	21/07/2004
<b>ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO VALE DO SOL II</b>	20 famílias	10 famílias plantam abacaxi	22/07/2001
<b>APARMA II</b> (Associação Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre II)	31 famílias	1 família planta abacaxi	13/11/2003
<b>AGRIMONTES</b> (Associação Agrícola Monte São)	22 famílias	nenhum produtor de abacaxi	02/01/2002
<b>APARMA I</b> (Associação Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre I)	30 famílias	nenhum produtor de abacaxi	23/04/2001
<b>AFAMAM</b> (Associação Familiar de Agricultores Monte Alegre de Minas)	10 famílias	nenhum produtor de abacaxi	19/02/2002
<b>ASA VERDE</b> (Associação Agrícola Asa Verde)	13 famílias	nenhum produtor de abacaxi	11/12/2002

Fonte: EMATER, 2013.

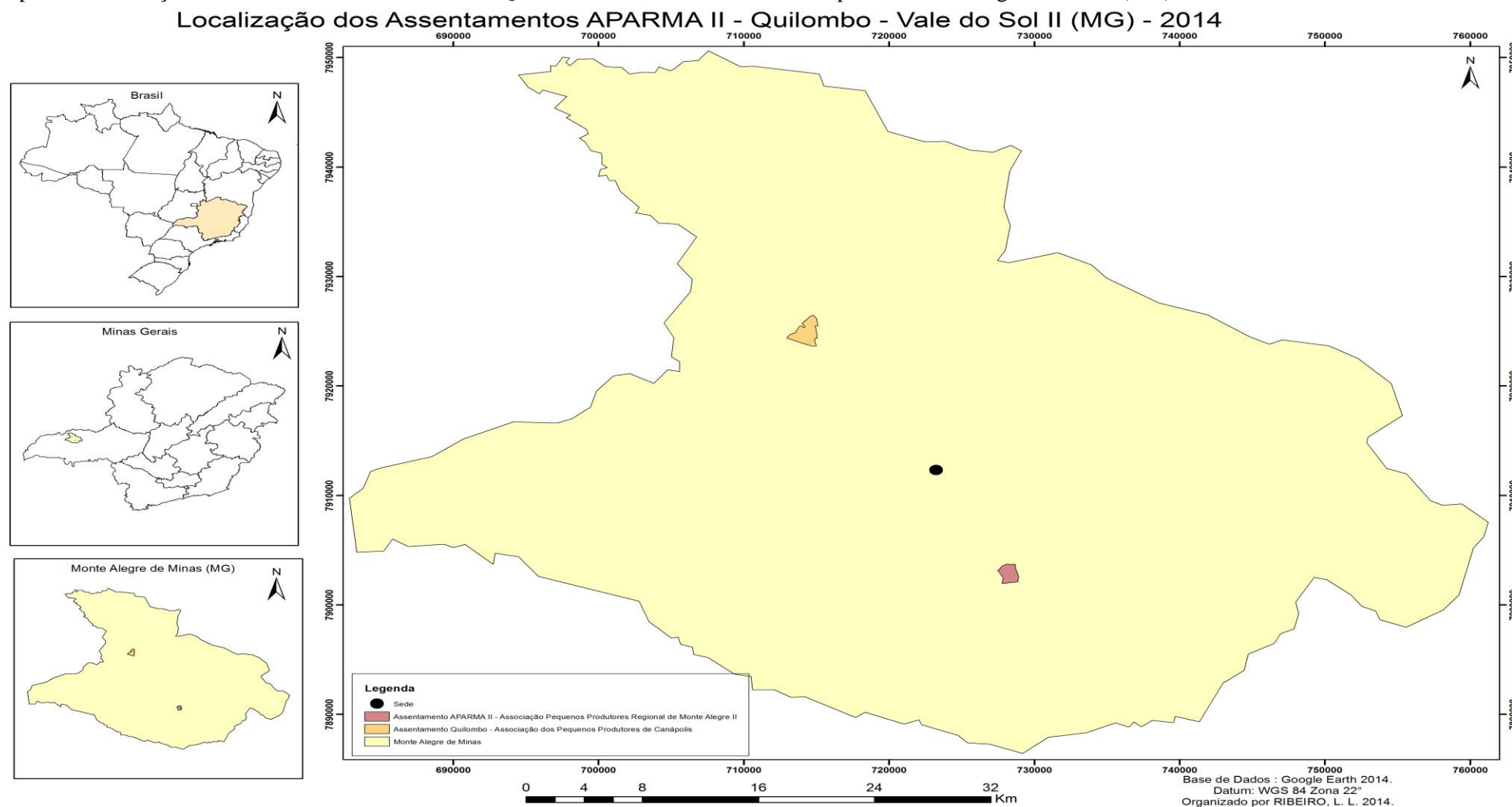
Org. GUIMARÃES, A. R., 2013.

De acordo com dados coletados na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2013), dos sete assentamentos rurais do município, somente três possuem famílias que cultivam abacaxi, e deste, somente um assentamento possui um número elevado de produtores. O assentamento Vale do Sol II é o que mais produz abacaxi, com dez famílias cultivando o fruto, também há produtores no APPC, no total são duas famílias que plantam abacaxi e na APARMA II há somente um produtor de abacaxi, como visualizamos no quadro 1.

No mapa 4 podemos visualizar a localização dos assentamentos no município, no sentido noroeste está o assentamento Quilombo e Vale do Sol II, estes assentamentos são oriundos de uma fazenda que foi adquirida pelo Banco da Terra e destinadas à estes assentamentos. Ao sul do município está localizado o assentamento APARMA II, onde também foi adquirido pelo Banco da Terra.

Esta tradição em cultivar o abacaxi é passada de pais para filhos, que faz histórias e transforma vidas, proporcionando satisfação para as pessoas que plantam o fruto, pois sabem que, mesmo com todas as dificuldades existentes, eles persistem no cultivo, e com isso contribuem para essa tradição, e fazendo com que o município seja importante tanto para a economia local e regional, quanto nacional.

Mapa 4 – Localização dos assentamentos APARMA II, Quilombo e Vale do Sol II no município de Monte Alegre de Minas (MG)



Fonte: Google Earth, 2014. Org.: RIBEIRO, Loren Lucas. 2014.

A territorialidade que o fruto do abacaxi exerce na vida dos agricultores familiares, vai além do território que é destinado para o cultivo deste fruto, está presente no cotidiano de cada um que vive no município, que presenciou e presencia a história que o abacaxi representa para Monte Alegre de Minas, as transformações oriundas dessa tradição, fazendo com que os agricultores familiares, que dedicam boa parte de suas vidas para o cultivo do abacaxi, sejam atores importantes nesse processo, ainda que não recebam atenção especial pelo poder público local, são eles os responsáveis por essa tradição, por essa territorialidade, por fazerem deste fruto a história do município.

Dessa forma, constatamos que a agricultura familiar é importante na consolidação da tradição do município, mas está sendo prejudicada pela inserção de novos cultivos, mudando o caráter da agricultura em Monte Alegre de Minas, principalmente pela utilização de novas tecnologias no campo. A utilização de subsídios do governo é uma das estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para continuarem sua luta no campo, grande parte dos agricultores familiares aderiram ao uso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para plantarem e produzirem em suas propriedades.

Assim, percebemos como a agricultura familiar ainda carece de recursos direcionados pelo governo. Por mais que este segmento seja importante para a economia brasileira, eles não estão recebendo atenção merecida, são deixados de lado no que tange à concessão de verbas para a produção e cultivo de alimentos. E mesmo com todas as dificuldades existentes, os agricultores familiares persistem, resistem e (re)existem em suas propriedades, enfrentando os obstáculos que os cercam, a exemplo, temos os agricultores familiares produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas, que mesmo sendo pressionados pela inserção das monoculturas no município, persistem em cultivar abacaxi e dar continuidade a esta tradição. A resistência dos agricultores familiares produtores de abacaxi perante ao avanço das monoculturas no município será discutido na próxima seção, dando ênfase nas estratégias de sobrevivência e de reprodução das famílias.

## 5 AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE ÀS MONOCULTURAS

### 5.1 O enlace da agricultura familiar: terra, trabalho e família

Os agricultores familiares, além de serem importantes para o desenvolvimento do país, também possuem uma função importante para a sociedade que é a continuidade da tradição e da forma de viver do homem simples, das pessoas ligadas à terra. Para essas famílias a terra tem um sentido amplo, pois é através dela que eles desenvolvem as atividades essenciais para a vida, como a moradia, a produção de alimentos básicos para a família, a geração dos recursos econômicos necessários à sua existência, a realização da cultura e sua constante reprodução e resistência. Portanto, a ligação que os agricultores familiares possuem com a terra comporta as funções de moradia, de trabalho, e de vida.

Para os agricultores familiares, a terra vai além da função de produzir e gerar alimentos, ela é a base para a família se desenvolver. De acordo com Rosa, Nascimento e Mendonça (2012, p. 2),

[...] a terra é seu espaço de vida, é local de moradia e de trabalho, coletivo e/ou individual, e possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos. Sua terra é condição da reprodução social da família. É onde plantam roças, criam animais, fazem queijo, recebem parentes e amigos, fazem festa etc., ou seja, é sua fração do território.

Dessa forma, as propriedades rurais no município de Monte Alegre de Minas são caracterizadas pela presença de famílias que residem no meio rural, ocasionando o gerenciamento dessas propriedades pelas famílias. Os agricultores familiares são importantes para a produção e continuação do cultivo de alguns produtos tradicionais no município, dentre eles o que mais se destaca é a produção de abacaxi.

A produção agrícola no município é diversificada, podendo ser encontrada desde a produção para o próprio consumo até o cultivo das principais monoculturas de exportação. A inserção das monoculturas fez e está fazendo uma grande transformação nas formas de produzir em Monte Alegre. Além desse cultivo demandar uma grande extensão territorial para a sua plantação, somente alguns agricultores possuem capital suficiente para se inserirem nessa dinâmica de produção, ou seja, são os agricultores patronais que plantam as

monoculturas de exportação. Mais uma vez o agricultor familiar sai prejudicado pela modernização da agricultura que foi implantada no país a partir da década de 1970.

Ao ser realizado o trabalho de campo, pudemos ver na prática a ação dos agricultores patronais na colheita de algumas monoculturas, como milho e sorgo (Foto 5a e Foto 5b), ambas com colheita mecanizada, e utilizando, no máximo, dois trabalhadores contratados para fazer o serviço.

Foto 5 – Monte Alegre de Minas (MG): produção de monoculturas: a) Colheita de milho mecanizada; b) Colheita de sorgo mecanizada



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

A transformação da área rural do município é visível, e percebemos como o cultivo dessas lavouras muda a dinâmica de produção e de vivência de algumas famílias que dependem da terra para sua sobrevivência. O significado da terra para os agricultores familiares é diferente da concepção que os agricultores patronais têm sobre ela, pois a terra para as famílias é vista como um meio de viver, produzir, existir e (re)existir. É a forma pela qual eles lutam pela sua sobrevivência, pela continuidade de valores e tradições. Para eles, a terra vai além da produção de algumas plantações, é o laço que une a família, e representa o que ela é. Para os agricultores patronais, a terra é mercadoria e vista como um meio de produção para gerar renda e lucro. A terra não é a base para a vivência da família, é a fonte de capital do empresário rural.

O agricultor familiar, ao resistir em sua propriedade, não cedendo para o agricultura patronal<sup>13</sup>, entra em um processo de disputa pela terra, mas essa disputa visa resistir para continuar em sua propriedade, não arrendando ou vendendo suas terras. Este tipo de conflito significa o “entrechoque de concepções distintas [...] na luta por uma fração do território capitalista” (OLIVEIRA, 2009, p. 4). Pois os agricultores patronais enxergam a terra como reserva de valor e/ou especulação imobiliária. A resistência dos agricultores familiares significa a “luta por um outro território, não capitalista” (OLIVEIRA, 2009, p. 4), onde a prioridade é a vida.

Os agricultores familiares não são importantes apenas para a produção de alimentos para a população brasileira, são responsáveis pela preservação das áreas rurais, pois possuem a consciência de que não podem desmatar e acabar com a biodiversidade existente em suas propriedades. Os agricultores dependem da natureza para produzir, e não contam com capital suficiente para comprarem insumos agrícolas toda vez que necessitam. Portanto, é da natureza que vem a maioria dos insumos que eles utilizam. Com isso, a maioria dos agricultores têm a consciência de não poluir e nem degradar o ambiente na qual vivem.

As famílias que vivem no meio rural carregam consigo valores, tradições e identidades, que estão presentes nos costumes e são passados de pais para filhos. De acordo com Silva e Mendes (2010, p. 6),

[...] as identidades devem ser consideradas como uma construção histórica, tendo como referenciais os aspectos objetivos e subjetivos. As identidades não devem ser vistas como algo imutável, invariável ao longo do tempo, ou seja, são construídas, sendo desconstruídas e reconstruídas no tempo, ou melhor, através do tempo. Nessa perspectiva, sofrem alterações no tempo histórico, no mesmo e em diferentes lugares, de maneira relacional. Assim, a identidade deve ser entendida não somente como um estado, mas também e, sobretudo, como processo, ou seja, um processo dinâmico de identificação e de reconhecimento com outro.

Dessa forma, o processo de construção das identidades dos agricultores familiares deve, também, ser considerado como mutável, tanto no tempo como no espaço. As identidades são (re)construídas ao longo do tempo, pois os modos de vida presentes no território se inserem num contexto dinâmico de transformações que interferem nas práticas sociais, religiosas, culturais e econômicas. Essas dinâmicas fazem com que a propriedade familiar reúna relações sociais de produção.

---

<sup>13</sup> A agricultura patronal é a agricultura de produção em larga escala, com grandes fazendas e com empregados fixos ou temporários. Acesso em: 15/11/14.  
Também disponível em: < <http://projetoterra7b.blogspot.com.br/2010/08/blog-post.html>>

A identidade dos agricultores familiares está muito ligada à forma na qual eles se estabelecem, sejam em suas propriedades ou em locais onde eles convivem com outras pessoas, seja na cidade, na igreja, ou na escola. A propriedade familiar pode ser caracterizada como uma base territorial, onde todas as relações sociais de uma pessoa podem ser encontradas, sendo uma área de vida social que existe certo grau de coesão social, no qual os agricultores familiares compartilham os conhecimentos, valores, saberes, técnicas, costumes e crenças, num contexto sociocultural interativo. De acordo com Tedesco (1999), o local onde a família se desenvolve é fundamental para a estrutura do conjunto social e para o desenvolvimento do homem. Para o autor, a honra, a terra, a moral, a afetividade, a disposição para o trabalho são requisitos sociais, vividos e concebidos individualmente, porém legitimados no âmbito familiar.

A família é essencial para o bom andamento e desenvolvimento da propriedade familiar, pois ela é a base que dá a sustentação econômica do estabelecimento. É a família que trabalha e gerencia todos os serviços, portanto não devemos desvincular as palavras trabalho e família, pois uma complementa a outra. O trabalho é realizado essencialmente pelos membros da família que residem na propriedade, podendo ser contratado um trabalhador temporário para auxiliar a família nas épocas onde o trabalho familiar não supre a necessidade da propriedade.

Para Mendes (2005, p. 212),

[...] contudo, torna-se necessário ressaltar que o trabalho contratado não substitui o trabalho familiar, apenas complementa um ciclo de existência da família. Sem o uso do trabalho externo não seria possível o cultivo dessa cultura. O emprego de trabalho de terceiros é avaliado a cada ciclo produtivo, uma vez que o valor gasto com o pagamento de salários representa a redução do rendimento familiar. Nesse sentido, Wanderley (2001) considera que a utilização do trabalho assalariado pelos produtores familiares não transforma esse segmento de produtores em empresários rurais.

O trabalho dentro da propriedade familiar é uma das formas nas quais as famílias resistem e se reproduzem como tais, sendo elas proprietárias dos meios de produção e proprietária da terra na qual residem, com isso, as famílias não são subordinadas a nenhum padrão, podendo decidir como e o que produzir sem a interferência de terceiros. Para Mendes (2005, p. 214),

[...] a renda dos pequenos produtores assegura a reprodução de sua família e de sua propriedade. A economia de seus recursos financeiros é feita à base do seu sacrifício e de sua família, possibilitando-lhes a aquisição de insumos agrícolas como estratégia garantir sua integração no mercado, atender às exigências, competir com outros produtores e resistirem à expropriação. O

que está em questão não é simplesmente a luta para assegurar maiores rendimentos, mas a reprodução do patrimônio sociocultural.

Os agricultores familiares produtores de abacaxi realizam as atividades em sua propriedade em conjunto, a família participa de todo processo produtivo, e não somente do cultivo de abacaxi, mas na manutenção da propriedade em si. Nas propriedades visitadas pudemos constatar que ainda há uma separação entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, onde as mulheres ficam responsáveis pelos serviços domésticos, pela confecção dos doces e quitandas, e pela manutenção da horta e do quintal da casa familiar. Já os homens são responsáveis pela manutenção das culturas, cuidando do plantio e da colheita dos frutos, além de zelar pelo trato dos animais e também cuidar da manutenção do quintal familiar.

Com a realização das entrevistas, percebemos que as famílias, que lidam diretamente com o serviço na propriedade, são compostas geralmente pelo pai, pela mãe e pelo filho mais velho. Quando a família é composta por dois filhos ou mais, na maioria das vezes, os filhos mais novos não ficam na propriedade depois da fase adulta, pois eles tiveram condições de estudar e ter outra profissão diferente dos pais, e preferiram seguir outra carreira ao invés de agricultores. Já o filho mais velho, por ter se dedicado a ajudar os pais na propriedade desde novo, não teve a chance de estudar e seguir outros caminhos, e preferiu ficar na propriedade familiar junto com os pais depois da fase adulta.

Das famílias entrevistadas, 27 possuíam 4 membros na família, 15 possuíam 3 membros na família, 13 possuíam 5 membros na família e 5 possuíam 6 membros na família. Desse montante, somente as famílias que possuíam três filhos ou mais, eram as propriedades nas quais haviam sucessores dos pais agricultores. As outras famílias que tinham um filho, e no máximo dois, somente os pais ficavam na propriedade, os filhos seguiam outros caminhos, geralmente indo morar na cidade, ou em Monte Alegre ou em outras cidades próximas para continuar os estudos.

Percebemos que em relação à continuidade do cultivo do abacaxi em Monte Alegre de Minas (MG), o número de pessoas que estão seguindo esta tradição está diminuindo. Do total de entrevistados, somente 30% das famílias possuem filhos que estão morando na propriedade e auxiliando os pais na produção de abacaxi. Esta realidade nos mostra como é importante o papel da família na produção de alimentos e na continuidade de uma tradição, no caso, o cultivo de abacaxi pelos agricultores familiares.

Dessa forma, podemos verificar que, terra, trabalho e família estão intimamente ligados, um não se concretiza sem o outro, são condições para que um estabelecimento familiar consiga produzir, resistir e (re)existir. É preciso que todos esses fatores estejam

conectados, se um não estiver presente, o outro não consegue funcionar com a mesma intensidade. A agricultura familiar é baseada nessa conectividade, no enlace presente tanto na propriedade quanto na família e na realização do trabalho, é uma das formas pelas quais eles conseguem lutar contra o avanço das monoculturas que está havendo em Monte Alegre de Minas.

## **5.2 As estratégias de reprodução familiar: o uso da terra e a diversificação da produção**

Os agricultores familiares de Monte Alegre de Minas são diversificados em relação à produção agrícola, e não focam somente em um produto, cultivam produtos variados. Se houver algum prejuízo em relação a uma determinada plantação, eles não ficam tão prejudicados, e também para poder atender a economia local com uma gama de diferentes produtos.

As famílias que residem no meio rural, de um modo geral, estão procurando diversificar cada vez mais sua produção e comercializar seus produtos diretamente com seus fregueses, e esse fator é tido como estratégia de assegurar os rendimentos necessários para sustentar sua família e manter sua propriedade. As feiras livres existentes no município viabilizam esse mecanismo. Mas para que os agricultores conseguissem mais êxito na comercialização dos seus produtos, seria necessário que se organizassem em cooperativas ou associações para terem auxílio tanto na produção quanto na comercialização. Com isso, teriam um melhor caminho a percorrer, obtendo melhores rendimentos com seus produtos.

Os agricultores familiares articulam uma combinação de produção para o auto-consumo e para a comercialização, como a criação de bovinos, suínos, aves, leite, ovos, queijos, farinhas, polvilho, doces, quitandas, pimenta, jurubeba, hortaliças, abacaxi, mandioca, maracujá, milho, dentre outros alimentos, como estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família.

Assim, os agricultores familiares para continuarem no campo, lutando pela sua sobrevivência e resistência, têm recorrido a uma multiplicidade de estratégias produtivas, que variam de acordo com o tamanho da propriedade, a mão-de-obra disponível e dos recursos financeiros que possuem. Essas estratégias são apresentadas conforme a demanda do mercado e as possibilidades de rendimentos estáveis. Para Mendes (2005, p. 199),

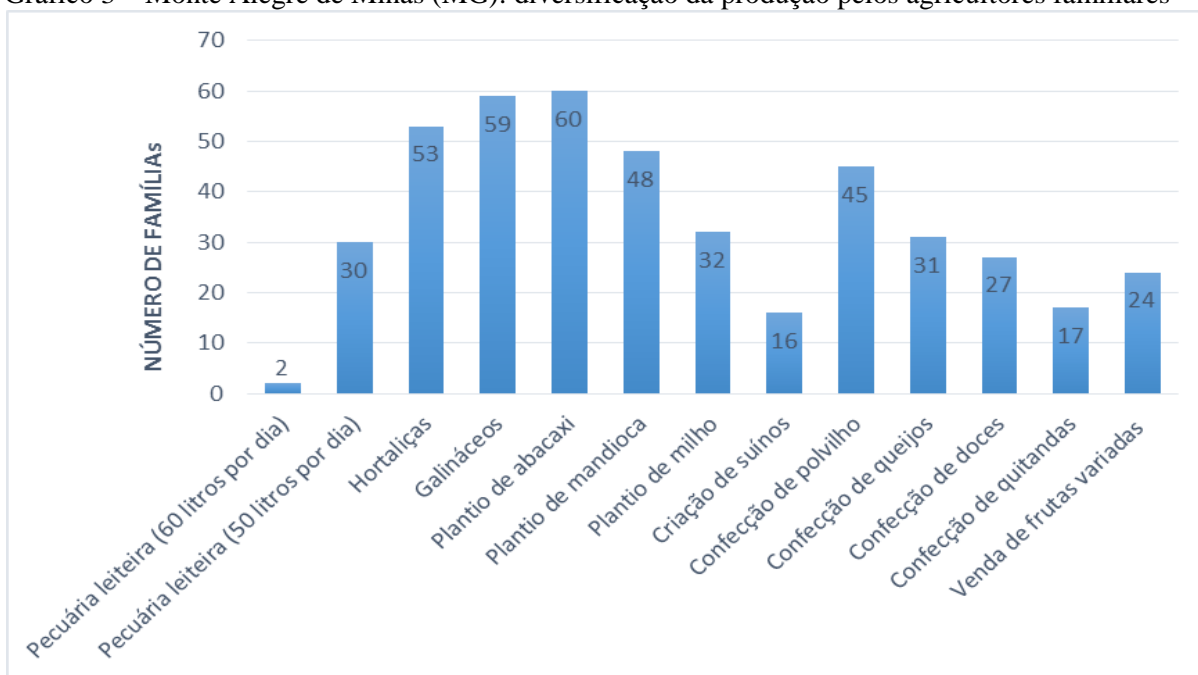
[...] supõe-se que a reprodução da maioria desses produtores seja assegurada pelos rendimentos extra, como aposentadorias e/ou assalariamento de membros da família, uma vez que sua renda bruta, proveniente da comercialização de um pequeno excedente produtivo, é baixa. No entanto, é preciso considerar que a produção para autoconsumo, também, é uma estratégia de complementação de renda agrícola e deve constar em sua contabilidade.

A variedade dos produtos que os agricultores familiares cultivam faz com que ocorra uma amenização frente aos problemas apresentados no comércio, como o baixo preço agregado aos produtos e o alto preço dos insumos agrícolas que eles necessitam adquirir. Com isso, é mais uma estratégia de sobrevivência criada pelas famílias que ainda resistem no campo. De acordo com Mendes (2005, p. 200),

[...] os produtores de subsistência desenvolvem uma agricultura diversificada com poucos recursos, tecnologia, disponibilidade de terra e mão-de-obra (a maioria dos filhos destes produtores migrou). A maior parte de sua produção destina-se ao autoconsumo. Desenvolve-se a criação animal, também para o consumo.

Dentre as famílias entrevistadas, pudemos perceber que eles produzem diversos alimentos além do plantio do abacaxi, e isso acontece pelo fato deste cultivo demandar tempo para sua colheita. As atividades que ganharam mais destaque foram a criação de galináceos, o cultivo de hortaliças, o plantio de mandioca e a confecção de polvilho. Todas as famílias afirmaram que cultivam diversos alimentos para poderem consumir e também comercializar e obter renda (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Monte Alegre de Minas (MG): diversificação da produção pelos agricultores familiares



Os agricultores familiares cultivam alguns produtos para o próprio consumo como milho, hortaliças, mandioca e abacaxi; criam suínos, aves e gado de leite (para produção do leite). O excedente é comercializado. Assim, as necessidades têm que se adequar a esses pequenos rendimentos, somados geralmente a uma renda extra, como a aposentadoria, pois em algumas propriedades, o patriarca da família já está em idade avançada, recebendo o auxílio de aposentadoria<sup>14</sup>, e também alguns serviços prestados fora da propriedade familiar, trabalhando nas propriedades vizinhas e na cidade, como motorista e ajudante de serviços gerais. Geralmente, as pessoas que adquirem os produtos das famílias residem na área urbana do município, comprando os alimentos que são consumidos no dia-a-dia, além das feiras e pequenos mercados.

O cultivo do abacaxi pelos agricultores familiares é uma forma encontrada para conseguirem uma renda extra a cada final de safra, pois este tipo de cultura<sup>15</sup> necessita de tempo para realizar a colheita, variando de um ano e meio a dois anos após seu plantio. Os produtores de abacaxi conciliam este cultivo com outra lavoura, pois precisam de renda para sobreviver e para a manutenção da família e da propriedade. Na foto 6, podemos visualizar a combinação das duas plantações em uma propriedade familiar.

Foto 6 – Monte Alegre de Minas (MG): cultivo de abacaxi a esquerda e cultivo de mandioca a direita da foto em uma propriedade familiar no município



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

O cultivo de mandioca também está sendo uma estratégia de reprodução dessas famílias, pois, diferentemente do abacaxi que exige um prazo para realizar a colheita, porque

<sup>14</sup> Aposentadoria referente à um salário mínimo de R\$ 724,00 em 20/05/2014.

<sup>15</sup> A terminologia “cultura” é utilizada pelos agricultores para referir-se à plantação de lavouras.

os frutos podem estragar, com a mandioca não ocorre esse problema. Ela pode ficar bastante tempo embaixo da terra e sua conservação é garantida. Por este fator, os agricultores familiares estão aderindo cada vez mais ao plantio de mandioca, e também pelo fato de ter maior valor agregado ao produto, pois eles não gastam tanto com insumos agrícolas quanto no plantio de abacaxi. Além de vender o produto *in natura*, as famílias também produzem farinha e polvilho, produção de forma artesanal (Foto 7). Dessa forma, conseguem agregar mais valor ao produto. Para a confecção da farinha e do polvilho, todos os membros da família são envolvidos, e afirmam que não faltam compradores para seus produtos.

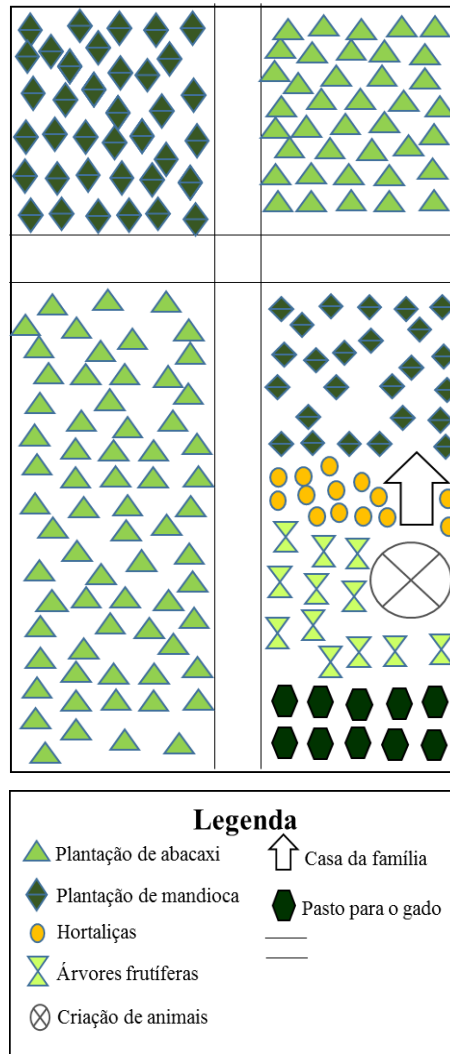
Foto 7 – Monte Alegre de Minas (MG): confecção de polvilho: a) Máquina artesanal utilizada para descascar mandioca; b) Ralador artesanal; c) Polvilho pronto para ser consumido e/ou comercializado



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

No croqui 1 podemos visualizar como as famílias dividem sua propriedade para o desenvolvimento das atividades. Neste esboço está presente o cultivo de abacaxi, de mandioca, de hortaliças, a criação de animais (galináceos e suínos), as árvores frutíferas e pasto para o gado. Este layout foi baseado em uma propriedade do assentamento rural Vale do Sol II, onde o tamanho das propriedades é padronizado, todas as famílias possuem dois alqueires de terra, e boa parte dos lotes são divididos desta forma que se encontra no croqui.

Croqui 1 – Divisão da propriedade familiar no Assentamento Vale do Sol II.



Org.: GUIMARÃES, A.R., 2014.

As famílias do assentamento Vale do Sol II, ao cultivar os produtos em suas propriedades, realizam a rotação de culturas para que o solo não seja desgastado, pois o cultivo contínuo de uma única plantação pode provocar a degradação física, química e biológica do solo e a queda da produtividade das culturas. Também proporciona condições mais favoráveis para o desenvolvimento de doenças, pragas e plantas daninhas.

Os agricultores familiares do assentamento fazem da seguinte forma, onde eles plantaram abacaxi em um certo período, após a colheita, eles adubam o solo e, posteriormente, plantam mandioca em uma parte do terreno, eles não utilizam toda a área que era destinada para o plantio de abacaxi pois o solo precisa descansar, ficar em repouso, para poder recuperar os nutrientes naturais que foram perdidos durante a sua utilização. A rotação de culturas é feita de acordo com o período que as plantas precisam para a colheita. Para a colheita da mandioca, o período é entre 12 e 18 meses, e do abacaxi é de 18 a 24 meses, e

como o agricultor sabe do tempo necessário para a colheita de cada cultura, ele organiza a rotação das terras em sua propriedade.

As famílias conseguem adaptar-se às novas exigências que a sociedade impõe, sempre com muita dedicação e esforço para alcançar o objetivo principal, que é a garantia de sobrevivência da própria família e da sua propriedade. A tradição em cultivar o abacaxi ainda persiste até os dias atuais, principalmente, pelas famílias que moram na zona rural, que vêm muito além da remuneração que essa tradição possibilita. As famílias conseguem enxergar como esse fruto faz parte da história do município, em como ele transformou e ainda transforma o território agrário de Monte Alegre de Minas.

Os agricultores, em sua história, sempre enfrentaram dificuldades, seja em relação ao plantio ou na colheita, pois quando a produção é farta na região os preços diminuem, comprometendo a reposição dos custos de produção. Quando a produção é baixa os preços aumentam, e não há como prever essas situações, porque a agricultura depende dos ciclos naturais, tanto climáticos como biológicos. Além desses fatores, ainda ocorre o aprimoramento das tecnologias e a melhoria das espécies, fazendo com que ocorra a elevação da produtividade e a elevação da produção, provocando uma queda constante do preço dos produtos. Com isso, uma das alternativas encontradas pelos agricultores familiares é a diversificação na produção de alimentos, procurando elevar a produtividade para compensar a queda de preços.

A produção familiar enfrenta um pouco mais de dificuldade que outros agricultores mais capitalizados, pois geralmente as propriedades familiares são menores em extensão territorial, não possuem recursos técnicos e nem capital suficiente para investir na propriedade, mas pelo fato da gestão ser familiar, este fator assegura a reprodução da família e a sociabilidade existente em relação às novas exigências da agricultura moderna (MENDES, 2005).

Devido a estes fatores, nas propriedades familiares prevalece a multiplicidade de mecanismos exercidos pelos produtores, tendo como resultado as estratégias de reprodução das unidades familiares, e o principal objetivo dessas famílias é adequar o sistema produtivo às necessidades de reprodução social.

A territorialidade do abacaxi vai além do território que é destinado para o cultivo deste fruto, as transformações oriundas dessa tradição fazem com que os agricultores familiares, que dedicam boa parte de suas vidas para o cultivo deste fruto, sejam atores importantes nesse processo, ainda que não recebam atenção especial. São, eles, os

responsáveis por essa tradição, por essa territorialidade, por fazerem com que este fruto retrate a história do município.

A partir dessas considerações, compreendemos que a produção familiar em Monte Alegre de Minas é bastante diversificada e importante para a continuidade da tradição e da persistência dos agricultores familiares. Mesmo enfrentando todas as dificuldades para continuarem no campo, plantando outros tipos de cultivos para obterem um pouco mais de renda, a produção de abacaxi ainda é importante para a sua fixação no campo, para a manutenção da família e da propriedade. Além dos agricultores serem importantes para a consolidação histórica do município, ainda conseguem resistir e procuram manter-se nessa atividade como uma forma de lutar contra os diversos problemas que surgem a cada dia.

### **5.3 O nível técnico e as técnicas de produção no plantio do abacaxi**

Os agricultores familiares, para conseguirem produzir em suas propriedades, necessitam ter certo conhecimento sobre o que está sendo cultivado e também capital para investir em sua propriedade, seja para insumos agrícolas ou para investimento em equipamentos e tecnologias, como tratores e ordenhadeiras mecânicas. Mas, de um modo geral, a produção agrícola nestas propriedades não apresentam este tipo de investimento, pois nem todos produtores aderem a financiamentos e nem a assistência técnica.

Em relação à assistência técnica prestada pela prefeitura, alguns produtores relataram que não utilizam este tipo de assistência porque a prefeitura só os auxiliam com tratores, mas para isso, é preciso que o tratorista seja pago por hora trabalhada. Nos dias úteis (2ª a 6ª feira da semana), é cobrado um valor de R\$ 60,00 por dia, e nos finais de semana e feriados, os motoristas cobram um valor de R\$ 80,00 o dia trabalhado, mais o combustível utilizado. Porém, todos os entrevistados afirmaram que é complicado utilizar este tipo de auxílio, pois estes tratores são usados para outros tipos de serviços que a prefeitura necessita realizar. Somente alguns dos entrevistados utiliza este auxílio, e como justificativa, segue o depoimento de um produtor rural, (Entrevistado 1)<sup>16</sup>:

*as máquinas disponíveis “tratores” não são os melhores e pela arrecadação e pelo tanto de emprego e renda que tem no município, se a Prefeitura*

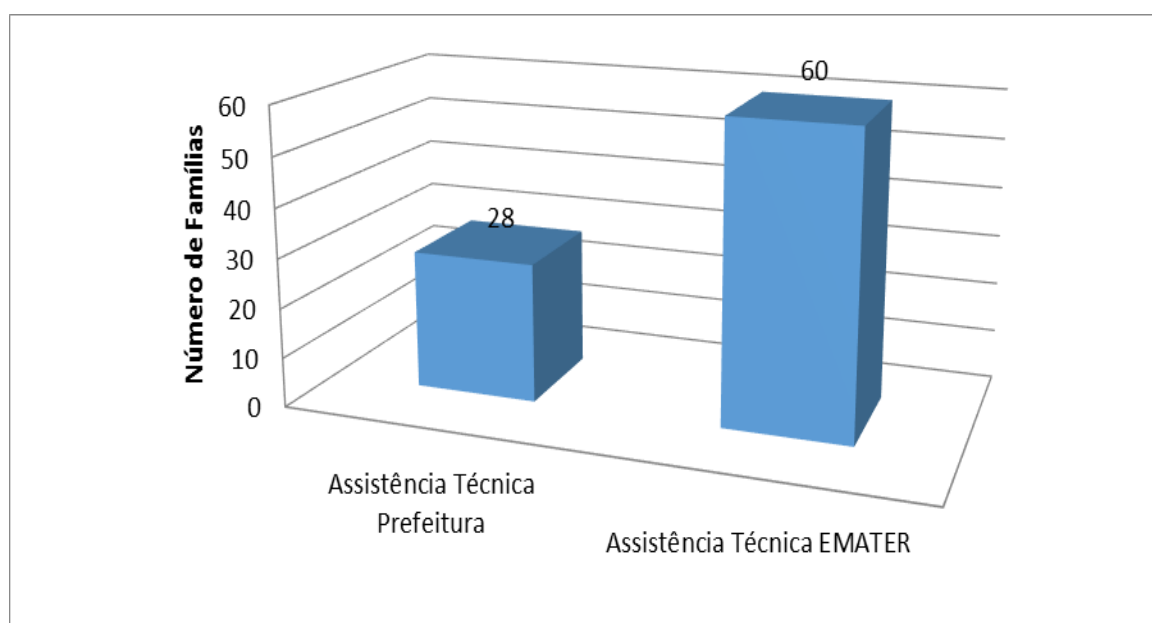
---

<sup>16</sup> Entrevista realizada em maio de 2014. Em todas as citações dos entrevistados, optamos por não revelá-los, identificando-os como entrevistado 1, entrevistado 2, de forma sequencial.

*apoiasse mais os produtores, se incentivasse e disponibilizasse cursos para melhorar os produtores a produzirem com mais garantia, seria bem melhor.*

Sobre a assistência técnica prestada pela EMATER, os produtores afirmaram que eles dão apoio e auxílio, mas que é um pouco complicado agendar uma visita técnica em suas propriedades, pois há somente dois técnicos agrícolas para atender todo o município. Dos entrevistados, todos afirmaram que já utilizaram ou utilizam o auxílio prestado pela EMATER e 28 agricultores familiares utilizam os serviços prestados pela prefeitura (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Monte Alegre de Minas (MG): utilização da assistência técnica pelos agricultores familiares



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org.: Guimarães, A. R., 2014.

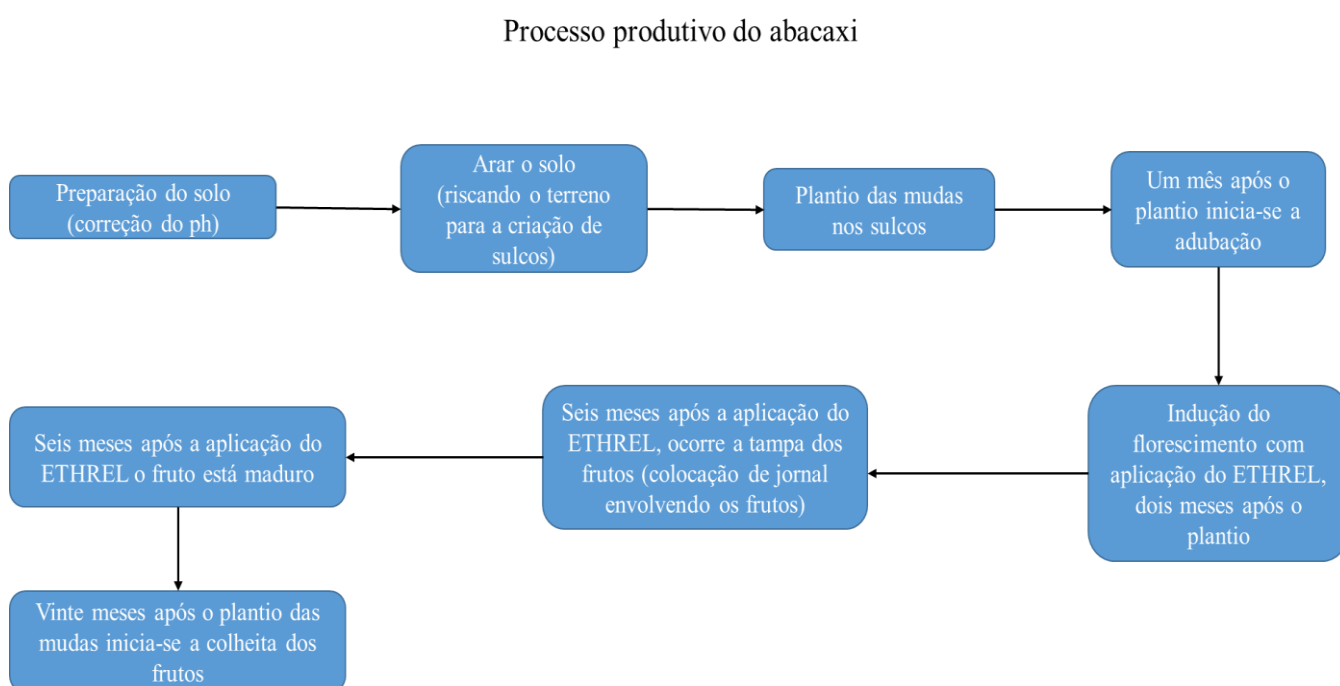
Quanto ao uso de agrotóxicos para o cultivo do abacaxi, 100% afirmaram que utilizam inseticida, fungicida, bactericida e herbicida, todos estes utilizados para combater doenças e pragas dos abacaxizeiros e das lavouras. O consumo dos agrotóxicos, adubos e fertilizantes químicos, corresponde a um investimento elevado, fazendo com que o produtor tenha um gasto maior para cultivar o fruto, ocasionando um aumento na produção, mas o valor agregado ao produto é relativamente baixo, sendo que o preço varia na safra e na entressafra.

Os depoentes afirmaram que o preço varia de acordo com a época do ano. Se o fruto é vendido na época em que o abacaxi está sendo colhido pela maioria dos produtores rurais do município, a fruta é vendida em torno de R\$ 0,50 a R\$ 0,80 diretamente da plantação. Porém, se a fruta é comercializada em uma época em que só alguns produtores

comercializam, o preço pode chegar de R\$ 1,00 a R\$ 1,50 a unidade do abacaxi, ou seja, isso fora do período da safra. Esse valor é comercializado com os “atravessadores” da região, e eles revendem as frutas para os supermercados, as Ceasas, dentre outros estabelecimentos, com um valor um pouco mais alto.

Sobre o cultivo do abacaxi, podemos visualizar no fluxograma 1 como ocorre este processo, desde o seu plantio até a colheita, acompanhando as etapas que o agricultor familiar segue para plantar este fruto.

Fluxograma 1 – Processo produtivo do abacaxi.

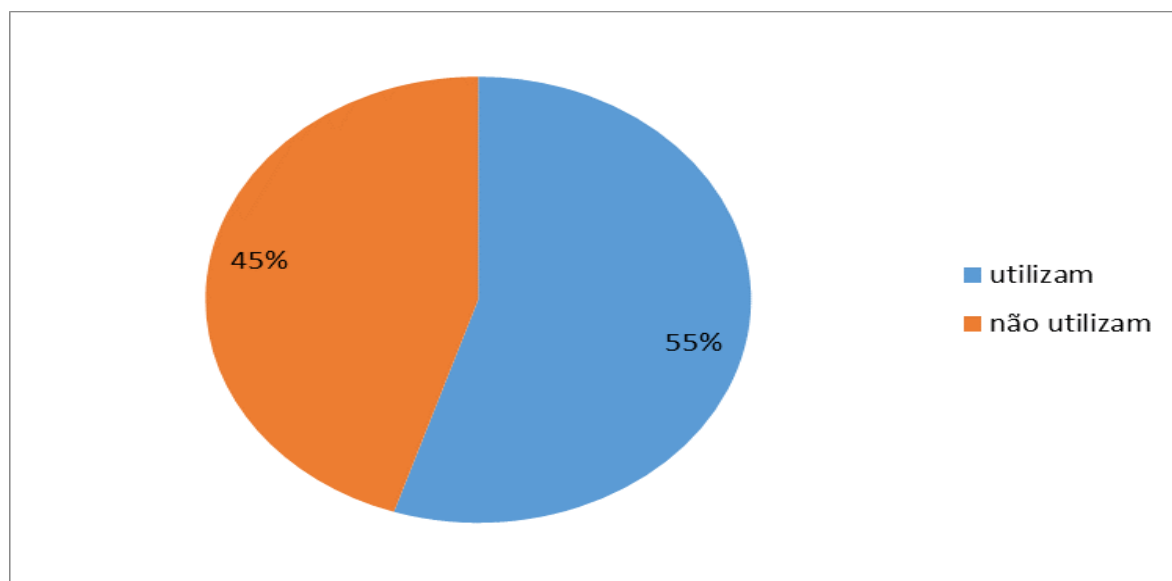


Org.: GUIMARÃES, A.R., 2014.

A aplicação dos agrotóxicos nas lavouras pelos agricultores familiares exige certo cuidado, pois são produtos químicos nocivos ao ser humano e ao ambiente. Por este fato, é preciso ter cautela em sua aplicação, utilizando equipamentos apropriados e destinando corretamente a embalagem dos produtos. Dos produtores entrevistados, 55% afirmaram que utilizam os equipamentos de proteção individual (EPI), como luvas, máscaras e roupas adequadas, e 45% dos entrevistados afirmaram não utilizar os equipamentos pessoais para proteção. Um agricultor familiar nos relatou que já sofreu intoxicação com a inalação dos agrotóxicos, pois na ocasião não estava devidamente protegido para fazer a aplicação dos produtos, e como consequência desta intoxicação, ele teve náuseas, vômito e tonturas. Após

sofrer com os efeitos dos agrotóxicos, este produtor sempre utiliza os equipamentos de proteção pessoal para fazer a aplicação dos produtos químicos nas lavouras.

Gráfico 5 – Monte Alegre de Minas (MG): utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) pelos agricultores familiares

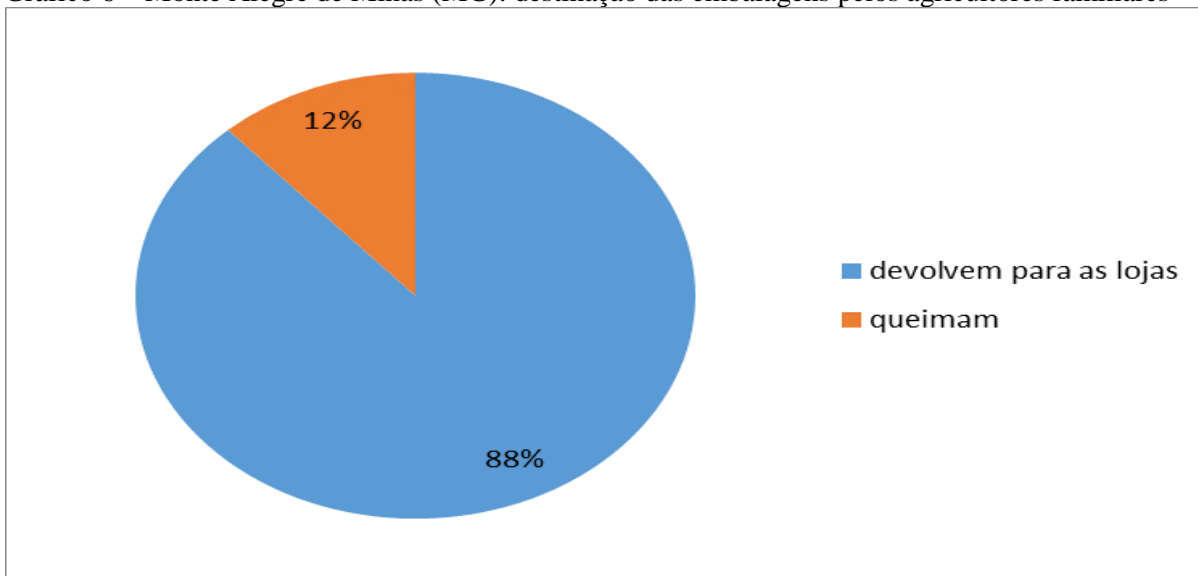


Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org.: Guimarães, A. R, 2014.

A respeito da destinação correta das embalagens dos agrotóxicos, 88% dos agricultores familiares afirmaram que devolvem para as lojas que compraram os produtos, disseram ainda que, ao fazer a compra, os vendedores informam sobre a necessidade de fazerem a devolução, pois as mesmas são podem ser recicladas ou incineradas. E 12% dos depoentes afirmaram que fazem a queima da embalagem, e não ter conhecimento que era preciso devolver os recipientes para as lojas. Geralmente, como os agricultores familiares adquirem uma quantidade relativamente pequena de agrotóxicos, não possuem a preocupação de encaminhar corretamente os recipientes para os locais de origem, ocasionando assim mais poluição ao meio ambiente.

Gráfico 6 – Monte Alegre de Minas (MG): destinação das embalagens pelos agricultores familiares



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org.: Guimarães, A. R, 2014.

Sobre as técnicas e infraestrutura empregadas no processo de plantio e de colheita do abacaxi, os produtores destacaram que é necessário investir em técnicas modernas de produção. E, no caso do abacaxi, uma das inovações tecnológicas importantes para aumentar a produção e produtividade é o processo de irrigação.<sup>17</sup> Essa técnica ainda é pouco utilizada em Monte Alegre devido ao alto preço dos equipamentos. Os produtores disseram que já houve muitos avanços, pois antes, usavam a força animal no preparo do terreno para o plantio e hoje (2014), utilizam a força mecânica, como o trator por exemplo, para a preparação do solo e também para “riscarem<sup>18</sup>” o solo, para que as mudas de abacaxi sejam plantadas. As técnicas de produção podem ser visualizadas pela fala do entrevistado 2:

*No preparo do solo, na maioria das vezes, é necessário o uso do calcário para corrigir o Ph do solo, faço adubação no plantio com mistura de cupiniscida na mistura com o adubo, curvas de nível, riscos para estrondar bem o solo, separação das mudas sadias, e tamanho tanto quanto variedade. Na colheita, às vezes é necessária a utilização de maturador para igualar a coloração das frutas; e apenas carrinhos para colher; mão de obra manual e às vezes encaixar frutos.*

Tanto no plantio como na colheita<sup>19</sup> é necessário a contratação de trabalhadores, e esse número varia de acordo com o tamanho da propriedade. Porém, na fase de crescimento

<sup>17</sup>A irrigação pode ser por meio do sistema de aspersão, dentre eles, pivô central, e aspersão convencional.

<sup>18</sup> Antes de iniciar o plantio, é preciso que o agricultor prepare o solo, utilizando o arado para revolver a terra, que, além de arejar, facilita a permeabilidade do solo. O ato de “riscar” o solo consiste na aração do terreno com a criação de sulcos para efetuar o plantio da muda.

<sup>19</sup> Quando o produtor vende a roça de abacaxi fechada para o atravessador, o atravessador fica responsável pela contratação dos trabalhadores que irão colher os frutos.

dos frutos também é utilizada mão-de-obra contratada, pois é preciso fazer a manutenção da lavoura, capinando e retirando os matos que ficam entre as fileiras da plantação. Também, quando os frutos estão chegando à fase de maturação, é necessária a mão-de-obra desses trabalhadores para envolvê-los com folhas de jornais para proteção (Foto 8), e impedir que o fruto seja queimado pelo sol. Este trabalhador contratado recebe em média R\$ 70,00 o dia trabalhado.

Foto 8 - Município de Monte Alegre de Minas (MG): lavoura de abacaxi. No detalhe, a utilização de jornais para proteger o fruto da incidência dos raios solares



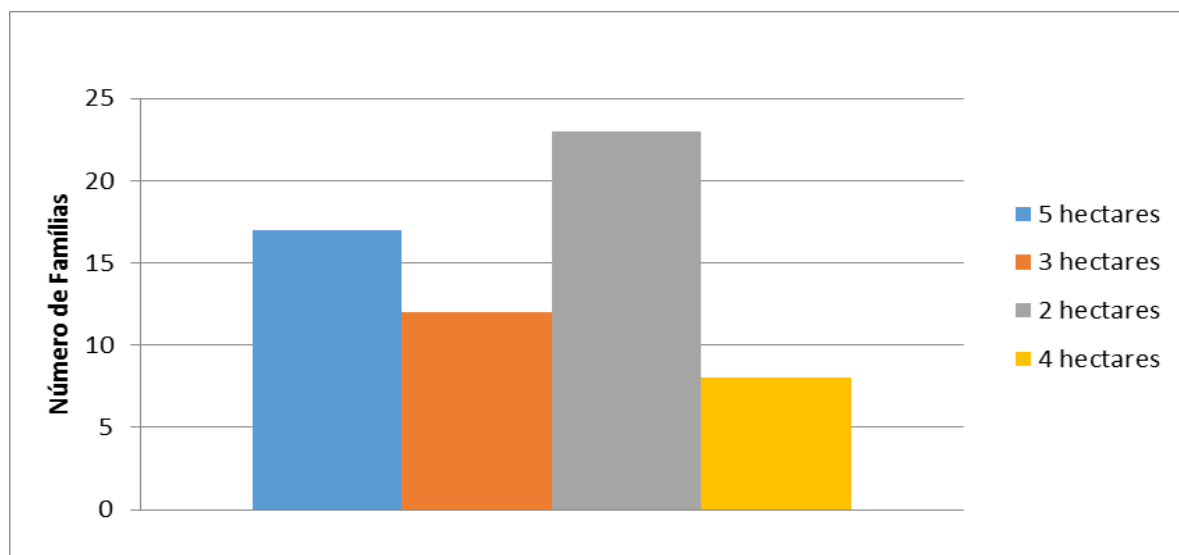
Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

Com relação à mão-de-obra temporária, os agricultores familiares contratam trabalhadores na época do plantio e na época da colheita. A justificativa é que este número depende da área plantada, varia de acordo com o tamanho da área. Mas, em média, são contratados seis trabalhadores, conforme argumenta o entrevistado 3: *não tenho uma média, porque planto duas ou mais vezes ao ano, para uma ideia, um companheiro tira +/- 7.000 mudas por dia e planta +/- 5.000 mudas por dia*. Estes “companheiros” que o produtor rural se refere, dizem respeito aos trabalhadores volantes que moram no município, e residem na cidade de Monte Alegre de Minas. No período que não estão no plantio e na colheita do abacaxi, esses trabalhadores trabalham como pedreiros, serventes, entre outros serviços.

A maior parte dos agricultores familiares plantam em média 2 hectares de abacaxi, correspondendo a 23 famílias. Estes produtores estão plantando abacaxi há bastante tempo,

70% afirmaram que cultivam abacaxi há mais de vinte anos e 30% disseram que plantam este fruto há mais de dez anos.

Gráfico 7 – Monte Alegre de Minas (MG): área destinada para o plantio de abacaxi pelos agricultores familiares



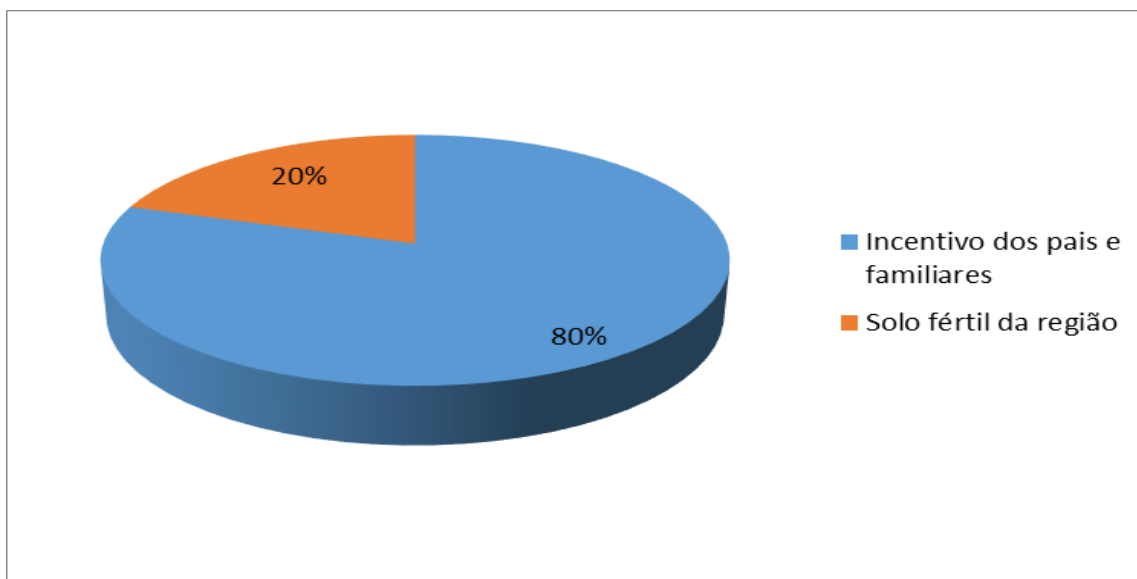
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org.: Guimarães, A. R., 2014.

Com relação às terras que os agricultores produzem, 70% afirmaram que elas são próprias, e 30% dos entrevistados afirmaram que são terras arrendadas ou que eles produzem nas terras dos pais ou avós sem pagar taxa alguma pela utilização. Os produtores que utilizam estas terras para cultivar o abacaxi residem na cidade de Monte Alegre, sempre fazendo o percurso cidade-campo para trabalhar. Os produtores que arrendam as terras para o cultivo do abacaxi exercem apenas essa atividade. Já os que possuem terra própria residem na propriedade e plantam outros tipos de culturas, como o milho, a mandioca, a melancia, hortaliças, criação de animais e a pecuária leiteira. No entanto, o carro chefe da renda é o abacaxi.

Os entrevistados, ao serem indagados sobre o que os levou plantar abacaxi, 80% foi por incentivo dos pais e dos familiares e 20% afirmaram que foi devido ao solo da região que é propício ao cultivo e porque proporciona uma renda melhor (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Monte Alegre de Minas (MG): motivações para plantar abacaxi



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org.: Guimarães, A. R., 2014.

Sobre a comercialização do abacaxi, em geral, é realizada com o fruto ainda no campo, antecipadamente e a granel (chamada pelos agricultores de venda da roça fechada). Leva-se em conta o tamanho e a aparência do fruto, de acordo com os padrões das variedades. Para os grandes mercados consumidores do modo *in natura*, seguem os frutos de primeira qualidade, sadios e com peso igual ou acima de 1,1 kg. Os que não atingem esse padrão são vendidos nos mercados locais, perto das regiões produtoras, ou são destinados à industrialização.

O valor da fruta varia de acordo com a época do ano, pois a sazonalidade interfere no valor em que a mesma é vendida. A melhor época para comercializar a produção é entre os meses de fevereiro a maio, porque ocorre uma diminuição na oferta e um aumento na procura, e isso faz com que, o preço seja elevado. Nos meses de junho a janeiro têm-se os preços mais baixos da fruta, pois é a época de colheita na maioria das propriedades rurais que cultivam o abacaxi, e com isso há oferta no mercado, fazendo com que o valor da fruta seja muito inferior à outra época do ano.

De acordo com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares de Monte Alegre de Minas referentes à comercialização da fruta do abacaxi, todos entrevistados afirmaram que vendem grande parte das frutas (as frutas que alcançaram boa aparência e peso ideal) nas Ceasas de Uberlândia e de Belo Horizonte. Porém, os produtores não vendem diretamente para as Ceasas, mas para os atravessadores, normalmente da cidade de Monte Alegre de Minas.

A outra parte da produção, aqueles frutos que não alcançaram o peso ideal para a comercialização em outras regiões, são vendidos para os comércios locais, principalmente, para os vendedores que ficam “às margens” da rodovia, comercializando a fruta. O depoimento do entrevistado 4 mostra como são comercializadas o abacaxi na região.

*Quando se vende a lavoura fechada, a produção é levada para os Ceasas de Uberlândia ou Belo Horizonte e ainda para várias outras partes do país. Mas, quando essa produção é em menor quantidade, ela é vendida em feiras livres e em barracas às margens da rodovia.*

A comercialização da produção de abacaxi no país depende de alguns fatores para que os agricultores familiares e também os comerciantes consigam preços mais compensadores no mercado, onde a fruta é comercializada *in natura*. São três fatores fundamentais que a fruta do abacaxi precisa obter. Primeiramente, é analisado o peso, sendo que a fruta deve possuir um peso mínimo de 1,1 kg no período de safra e de 800g na entressafra; os frutos não podem estar estragados, nem amassados. Também é analisado o estágio de maturação, que deve variar com a distância do mercado consumidor (EMBRAPA, 2000).

Para que a fruta do abacaxi seja comercializada corretamente nos supermercados, nas Ceasas e nas feiras, é necessário que sigam regras impostas pelo Ministério da Agricultura. Primeiramente, é preciso selecionar as frutas por tamanho, em seguida embalar com embalagens apropriadas, isto pode ser feito em caixas de madeira ou caixas de papelão, porque ajudam a manter a qualidade dos frutos durante o transporte e também na comercialização, além de melhorar a apresentação do produto.

No armazenamento do abacaxi tipo Pérola (Foto 9), pode-se usar os próprios filhotes (mudas de abacaxi da planta principal) para proteger o fruto, e no caso do abacaxi tipo Havaiano (*Smooth Cayenne*), que não tem filhotes, deve-se utilizar capim. Os frutos devem ser colocados em camadas alternadas e deve-se cobrir o caminhão com uma lona, para evitar vento, chuva e sol. Se o destino das frutas for um local distante do local de produção, o transporte deve ser feito em caminhões refrigerados. Porém, por conta dos custos, geralmente o transporte mesmo em longa distância não é feito por caminhões refrigerados.

Foto 9 - Monte Alegre de Minas (MG): abacaxi tipo pérola



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

Percebemos que as dificuldades enfrentadas no processo produtivo pelos agricultores familiares foram elencadas por 90% dos entrevistados, dentre elas estão a comercialização da produção, pois os “atravessadores” compram o abacaxi e na maioria das vezes não pagam ou demoram a pagar; ocorre a falta de assistência técnica por meio dos órgãos públicos e a falta de incentivos da prefeitura municipal para a produção de abacaxi; a incerteza da venda dos frutos na hora da colheita; a dificuldade em arrendar terras de melhor qualidade e próximas à água para a irrigação da lavoura; a falta de mão-de-obra qualificada; e problemas referentes aos insumos para o cultivo, pois grande parte deles não são registrados para o plantio do abacaxi. Os outros 10% dos entrevistados afirmam que enfrentam dificuldades referentes à modernização do cultivo do abacaxi, pois não possuem capital para a implantação de irrigação nas lavouras.

#### 5.4 As políticas de créditos para os agricultores familiares

As famílias rurais, geralmente necessitam de algum subsídio para produzir, pois como a extensão territorial de suas propriedades é limitada, elas não conseguem gerar renda o suficiente para investir em tecnologias e melhoramento do estabelecimento, a renda que elas produzem é para atender as necessidades imediatas, do hoje e do agora. Por este fator, grande parte das famílias agricultoras recorrem à financiamentos, como uma forma de investir em sua propriedade, adquirindo equipamentos, insumos agrícolas, a compra de animais e reformando os pastos para o gado.

Mas nem todos os agricultores familiares conseguem ter acesso aos créditos, pois há várias exigências para conseguir adquirir este financiamento. As exigências, em termos de garantias, têm afastado o produtor desse tipo de crédito, enquanto na verdade, o acesso a esse recurso deveria representar um meio de elevar a produção, juntamente com o acesso à tecnologia, à capacitação, entre outros projetos. Boa parte desses programas tem-se mostrado incipiente diante da realidade da maioria dos produtores. Existem também vários entraves que dificultam a iniciativa externa em aglomerar esses produtores para realização de cursos de capacitação e atualização, pois a maioria dos produtores não tem como se afastar de suas atividades em sua propriedade para fazer a capacitação (MENDES, 2005).

O Governo brasileiro direciona políticas públicas e financiamentos para os agricultores familiares como uma forma de responder as reivindicações das famílias, mas ainda falta melhorar a forma como ocorre a aplicabilidade das assistências técnicas e dos financiamentos, os agricultores precisam de um direcionamento na hora de aplicar o dinheiro em suas propriedades, mas para isso, o técnico responsável também tem que estar capacitado. Carneiro (2005) diz que não é somente disponibilizar a verba, é preciso que o governo também proporcione o conhecimento técnico para os agrônomos que auxiliam os agricultores familiares. Para o autor, o que se verifica é

[...] a ausência de sustentação financeira para a assistência técnica e a extensão rural, com o conseqüente abandono de uma estrutura gigantesca. Para ficar só em um exemplo, o governo federal está direcionando volume expressivo de recursos para a agricultura familiar (R\$ 9 bilhões), mas não há assistência técnica, fundamental nesse tipo de projeto. [...] O setor chama por revitalização. (CARNEIRO, 2005, p. 4).

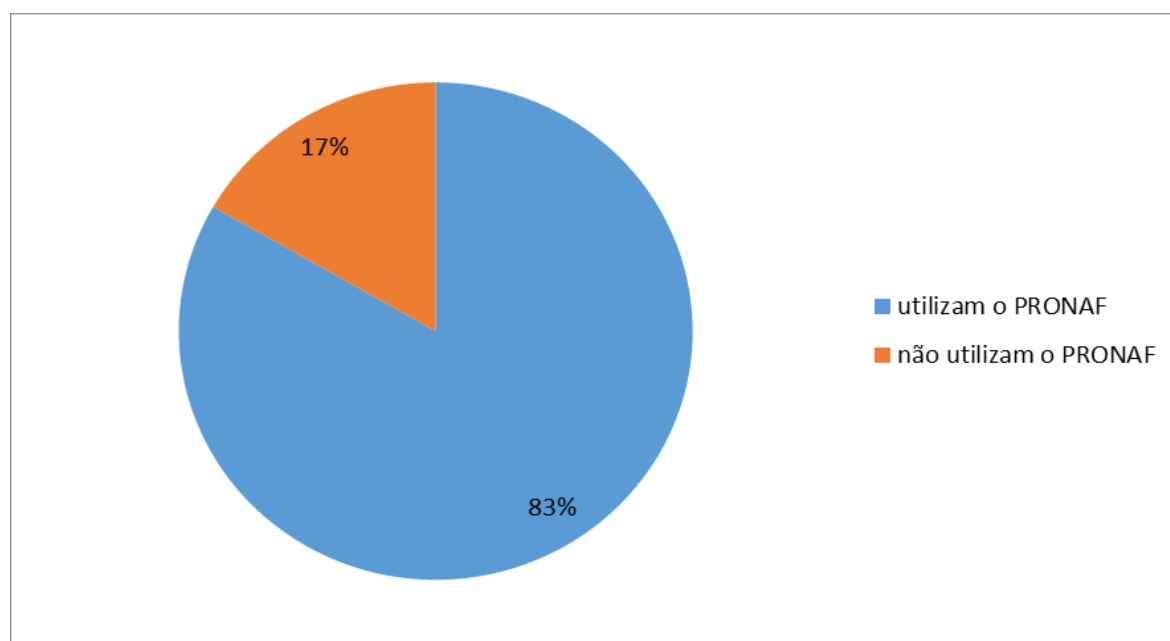
A agricultura familiar no âmbito nacional e também local se dá em condições desvantajosas, pois ainda continua sendo tratada através de políticas compensatórias,

desqualificando sua contribuição socioeconômica e ambiental. O Governo, seja federal, estadual ou municipal, direciona os recursos disponíveis para a agricultura familiar somente para o assistencialismo, não solucionando os problemas existentes nas propriedades rurais (MENDES, 2005). Com isso, o Governo minimiza a importância da agricultura familiar, desconsiderando as particularidades deste segmento no desenvolvimento econômico do país, e também em sua estabilidade econômica e social (CORBUCCI, 2008).

Para solucionar alguns problemas em relação à produção familiar, o Governo brasileiro criou um programa específico para este segmento, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), discutido na seção 3.

Os agricultores familiares produtores de abacaxi, durante a realização das entrevistas, afirmaram que utilizam o financiamento pelo PRONAF para auxiliar no cultivo da fruta, e ainda afirmaram que usam este financiamento por terem um acesso mais fácil e pelo fato de possuir juros baixos, possibilitando a facilidade de pagamento da dívida. Do total já entrevistado, 83% dos depoentes disseram utilizar este tipo de financiamento e 17% afirmaram que não utilizam nenhum tipo de financiamento, possuem recursos próprios para investir em suas propriedades, e ainda disseram que não fazem o financiamento agrícola com medo de não conseguir quitar a dívida e perder suas terras, pois é preciso colocá-las como garantia para ter acesso ao financiamento. No gráfico 9, podemos visualizar a porcentagem de agricultores que utilizam ou não os financiamentos para a produção.

Gráfico 9 – Monte Alegre de Minas (MG): entrevistados que utilizam financiamento agrícola



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org: Guimarães, A. R, 2014.

Os agricultores familiares, diante dessas particularidades, como a baixa renda que o setor agrícola proporciona, a precária assistência técnica prestada pelos órgãos responsáveis, e a dificuldade de ter acesso aos financiamentos, faz com que ocorra uma dificuldade no aumento da produtividade agrícola dentro do estabelecimento familiar, e, conseqüentemente, não ocorre melhoria em suas condições socioeconômicas, destacando a ausência de políticas agrícolas direcionadas para este setor capazes de melhorar efetivamente a vida dos agricultores familiares. E no município, esta situação é um pouco mais agravada pelo fato de haver a ineficiência dos órgãos que prestam este tipo de assistência às famílias.

### **5.5 As condições de vida dos produtores e o nível de escolaridade**

No meio rural, nos deparamos constantemente com disparidades, sejam econômicas, sociais, culturais ou pessoais, pois são pessoas com formações diferentes, vindas de várias regiões, ou criadas na própria região com costumes e crenças locais, que, conforme vão formando suas famílias, estes costumes são passados de geração em geração. Geralmente, os filhos seguem os caminhos dos pais, morando no meio rural, produzindo e se reproduzindo constantemente com sua família, utilizando as técnicas e o aprendizado que os pais passaram, assim, dando continuidade nas tradições e costumes que vieram de seus antepassados.

Atualmente (2014), as transformações que estão ocorrendo no campo, atingem primeiramente as famílias que residem e tiram seu sustento da terra, como por exemplo, a introdução de mais tecnologia nas áreas rurais, que afetou e ainda afeta diretamente os produtores que não tiveram acesso a essa modernização. Mas, a modernização da agricultura teve um fator positivo, de uma forma ou de outra, os agricultores familiares receberam alguns benefícios, como a ampliação da rede elétrica na zona rural. No município de Monte Alegre, todos os estabelecimentos já possuem rede elétrica, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida das pessoas e da produção.

Em relação às famílias entrevistadas, todas as casas possuíam rede elétrica, ocasionando assim a obtenção de utensílios domésticos, como a televisão, a antena parabólica, geladeira, micro-ondas, fogão a gás com acendedor elétrico, freezer, máquina de lavar roupa, ferro elétrico, telefone celular, além de outros utensílios, como secador para cabelos, aparelho de som e de dvd. Percebemos que estas famílias acompanharam a evolução que ocorreu na tecnologia, o que antes era restrito somente para as pessoas que viviam nas cidades, hoje, as

famílias que moram no campo também podem desfrutar desses aparelhos, não sendo privados das transformações que ocorrem nos dias de hoje.

As residências das famílias variavam entre dois e três quartos, dependia do número de filhos que eles tinham, mas no geral as casas eram compostas por sala, cozinha, quartos, banheiro e área de serviço, onde ficavam alguns equipamentos para a manutenção da propriedade.

Na foto 10 podemos visualizar a casa de uma família que reside no Assentamento Vale do Sol II. A casa ainda não foi concluída, pois a família não possui renda para fazer todos os serviços de acabamento. Foi feita apenas com o básico para a moradia, conseguido com os recursos do financiamento obtido com o Banco da Terra em 2001, no valor de R\$ 4.000,00. Neste assentamento haviam algumas casas com parte rebocada por dentro e por fora, e outras apenas por dentro, mas todas tinham o piso de cerâmica.

Foto 10 - Monte Alegre de Minas (MG): residência familiar no Assentamento Vale do Sol II



Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

Na propriedade de um outro agricultor familiar que cultiva o fruto há mais tempo, podemos observar como sua moradia está mais consolidada, a casa já passou por várias reformas, pois sua estrutura é desde a década de 1970, ao lado da casa foi construída uma garagem para o veículo, e ao lado da garagem foi erguido um barracão para guardar os equipamentos utilizados na propriedade (Foto 11).

Foto 11 - Monte Alegre de Minas (MG): residência familiar

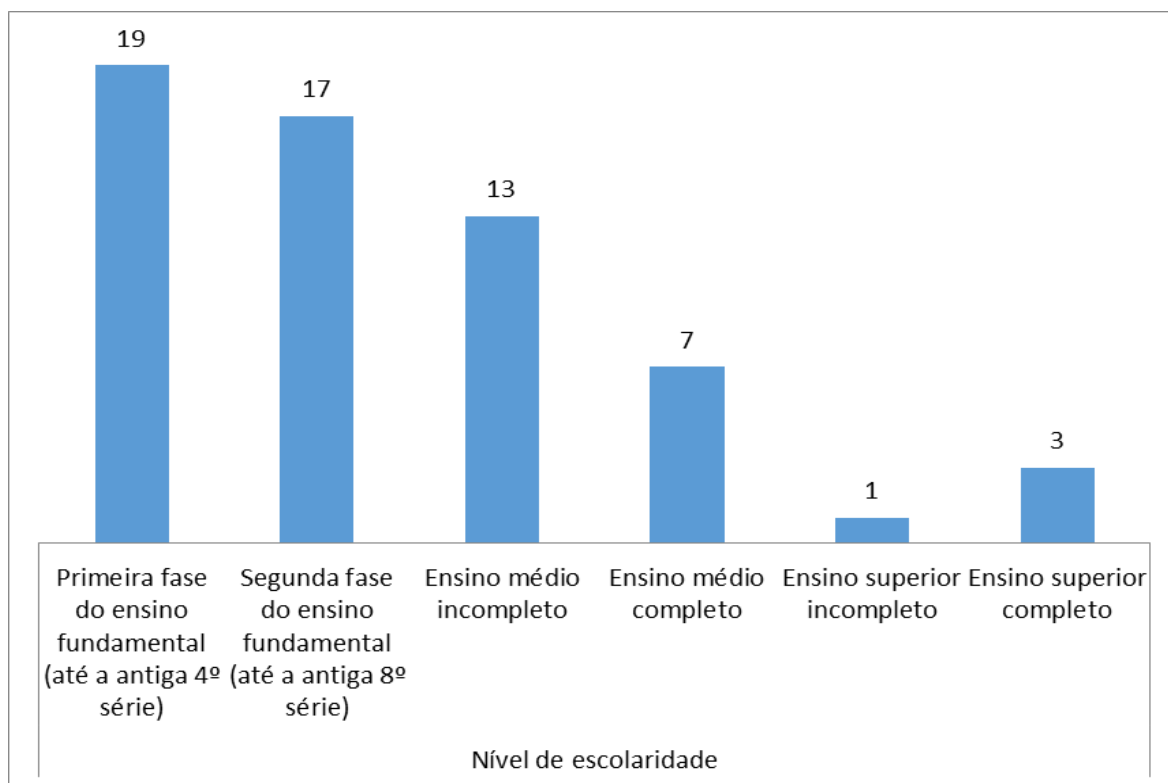


Autora: GUIMARÃES, A. R., 2014.

Os agricultores familiares possuem as condições básicas para a sobrevivência da família e para a manutenção da propriedade. A geração de renda advinda da propriedade familiar proporciona a sustentação da família no campo, além de suprir todas as despesas gastas para a produção de alimentos e de produtos. A renda gerada pelo trabalho familiar varia entre um salário e meio a dois salários mínimos, mas ela consegue sanar todas as necessidades da família e da propriedade, proporcionando as condições básicas para a sobrevivência da família no campo.

Outro aspecto relevante para compreendermos os agricultores familiares do município, é em relação ao nível de escolaridade. O grau de escolaridade varia de acordo com a idade dos entrevistados e as condições que eles tinham na época para estudarem. Assim, do total entrevistado, 31% relataram que estudaram até a primeira fase do ensino fundamental (antiga 4ª série), e afirmaram que não conseguiram concluir os estudos porque tinham que ajudar seus pais com os afazeres da propriedade; 28% afirmaram que estudaram até a segunda fase do ensino fundamental (antiga 8º série); 21% dos depoentes estudaram até o ensino médio, porém não concluíram os estudos; 11% dos entrevistados disseram que conseguiram finalizar o ensino médio, afirmando que os pais priorizavam os estudos para eles poderem conquistar uma melhor qualidade de vida; um entrevistado afirmou que começou a cursar o nível superior, com idade acima de 30 anos, mas que não conseguiu finalizar o curso, por ter outras prioridades em sua vida. E 5% dos produtores afirmaram que fizeram algum curso no nível superior, após os 30 anos de idade, pois acreditavam que com a graduação, teriam um melhor conhecimento na produção de alimentos e poderiam melhorar a produtividade e a manutenção da propriedade, com técnicas e teorias que aprenderam durante o curso. Os cursos de graduação cursados foram: Administração, Agronomia e Geografia.

Gráfico 10 – Monte Alegre de Minas (MG): nível de escolaridade dos agricultores familiares



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Org: Guimarães, A. R, 2014.

Percebemos que o nível de escolaridade dos produtores variam desde o ensino fundamental incompleto até o nível superior completo, alguns tiveram que priorizar o trabalho dentro da propriedade familiar quando crianças, tendo que abandonar os estudos, outros, depois de um certo tempo, optaram por voltar a estudar e concluir o nível superior, tendo em vista adquirir mais conhecimentos para aplicar em suas propriedades.

Assim, ao realizar as entrevistas e analisar a realidade na qual os agricultores familiares vivem, podemos concluir que, mesmo que uma parte dos produtores não tenha finalizado os estudos, (eles) conseguem produzir e cultivar produtos para a família e para a comercialização no município, pois adquiriram o conhecimento do cultivo pelos pais que, desde criança, os acompanhavam no trabalho árduo na propriedade familiar. Os produtores que conseguiram finalizar os estudos também trabalhavam na propriedade com seus familiares, e conciliavam as duas atividades. Assim, ao ingressar na faculdade, já possuíam algum conhecimento sobre determinados assuntos.

Dessa forma, os agricultores familiares conseguem viver e se reproduzirem em suas propriedades, produzindo alimentos e adquirindo produtos que necessitam para sua

vivência, não passando dificuldades para sobreviverem, conseguindo se adaptarem diante dos problemas do dia-a-dia.

## **5.6 O cultivo de abacaxi frente às monoculturas**

A produção de abacaxi em Monte Alegre de Minas é sustentada pela produção familiar, e este cultivo foi passado de geração em geração desde a década de 1950, sendo este fruto importante para a economia do município e também para a continuidade da tradição e dos costumes locais, conforme já destacado. Mostramos também que é importante a valorização do conhecimento que estas famílias têm em relação ao cultivo de abacaxi, pois o saber fazer do cotidiano que elas possuem é essencial para a continuidade da tradição, sendo um fator importante para a reprodução da família enquanto atores essenciais deste processo.

Para Schneider (2003), as famílias possuem um papel ativo nas decisões e estratégias de sobrevivência. Para o autor, “a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas” (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Esse cenário está acontecendo em Monte Alegre; o cultivo de abacaxi vem perdendo espaço para as novas plantações, as áreas, antes destinadas para o plantio de abacaxi, hoje (2014) são destinadas para as monoculturas. Os agricultores familiares, diante das dificuldades enfrentadas, estão optando em arrendar suas terras para os agricultores patronais cultivarem as monoculturas, pois este tipo de plantação necessita de um espaço maior para seu plantio.

Com o passar dos anos, a produção de abacaxi foi diminuindo, e conseqüentemente, mais agricultores familiares foram abandonando este tipo de plantação, fazendo com que uma tradição acabe ficando extinta, pois além da expansão do cultivo das monoculturas, os agricultores familiares não recebem nenhum tipo de auxílio ou incentivo por parte da prefeitura local para continuarem a plantação de abacaxi, e isso acaba desestimulando o produtor e seus familiares. Um exemplo de cultivo que não é mais produzido em grande escala foi o feijão, poucas famílias ainda plantam, mas somente para o auto-consumo. Em 1990 a área destinada para esta plantação foi de 150 hectares, e em 2012, de acordo com a

produção agrícola municipal (IBGE, 2014), não foi destinado nenhum hectare para o plantio desta cultura.

O grande desafio imposto para a reprodução da agricultura familiar refere-se à possibilidade de assegurar-lhe rendimentos e melhoria na qualidade de vida. Pode-se considerar que sua reprodução em maior ou menor grau faz-se assentada sob técnicas tradicionais de produção. Sua integração cada vez mais intensa ao mercado impõe alterações nas técnicas de cultivo, porém é preciso buscar alternativas que agreguem valor sem aumentar o uso de insumos externos à propriedade, valorizando os recursos disponíveis na unidade produtiva. Assim, as várias competências exercidas pelos produtores e o emprego em atividades rurais e não rurais de membros da família são analisadas como estratégias de sobrevivência (MENDES, 2005).

Concomitante ao declínio da produção e plantação de abacaxi ocorreu a ascensão do cultivo das monoculturas, principalmente da soja, do milho e da cana-de-açúcar. Em 1990, as áreas destinadas para o plantio desses cultivos eram de 9.500, 3.000 e 1.100 hectares respectivamente, já em 2013, vinte e três anos depois, foram destinados 45.000, 8.000 e 8.900 hectares respectivamente. Parte da produção dessas lavouras é destinada para agroindústrias instaladas no município, uma delas é a Usina de cana-de-açúcar Central Energia Monte Alegre de Minas, que recebe a produção de cana do município. Percebemos que houve um aumento significativo em relação ao tamanho das áreas destinadas para o cultivo dessas plantações, ocasionando a exclusão do pequeno produtor familiar, pois ele não consegue se inserir nessa dinâmica de produção, e também diminuindo a área de produção dos cultivos que eram tradicionais no município, como o feijão, o arroz e o abacaxi.

Os agricultores familiares lutam para conseguir continuar nessa atividade, pois as dificuldades enfrentadas por eles são muitas, além da pressão existente por parte da expansão de novos cultivos no município. Cada vez mais, os produtores estão deixando de cultivar abacaxi pelos seguintes motivos: este tipo de plantação demanda tempo para colher os frutos, o preço agregado ao produto é relativamente baixo. Por não terem nenhum incentivo para continuarem produzindo, estão se dedicando a outros cultivos, como o plantio de mandioca, de maracujá e de melancia.

Dessa forma, ao analisarmos a realidade na qual os agricultores familiares, produtores de abacaxi estão vivendo, compreendemos que estão resistindo contra o avanço do agronegócio no meio rural, estão lutando para permanecer em suas terras e continuarem sua produção. Mesmo com todas as dificuldades citadas, eles persistem em cultivar o abacaxi. É importante salientar que a produção do abacaxi, tanto para os produtores quanto para o

próprio município possui um papel econômico e social importante, por causa da produção, dos empregos gerados, dos comércios na cidade voltados para a demanda da produção de abacaxi, das agroindústrias processadoras de abacaxi. Além de ser importante para a economia, para a história, para a identidade e para a cultura dos montealegrenses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário brasileiro passou por transformações significativas, como a modernização da agricultura. Mas, a principal delas diz respeito aos agricultores familiares, pois com a concentração de terras nas mãos dos latifundiários, estes não conseguiram competir com os grandes proprietários e acabaram perdendo suas terras. Com isso, boa parte dos agricultores familiares tiveram que sair do campo, abandonando suas raízes e seus costumes, sendo excluídos de todo o processo de modernização que estava sendo proposto para o país.

A agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG) se insere no contexto da agricultura brasileira, pois é importante tanto do ponto de vista econômico, quanto para a geração de alimentos para a população local, além de ter significativa importância no cultivo do abacaxi, que foi uma das principais culturas no município até a década de 1990. Os agricultores familiares são os responsáveis por parte da produção deste fruto no município. Hoje (2014) existem 600 pequenos agricultores familiares que plantam este fruto, sendo essas famílias importantes para a tradição em cultivar abacaxi, passando esse costume de geração em geração.

Em 1980, quando o cultivo de abacaxi alcançou seu auge, com uma produção de mais de 140 milhões de frutos colhidos, proporcionou ascensão social para diversos produtores, e também atraiu novos agricultores que começaram a plantar este fruto, que na época o seu rendimento era maior que nos dias atuais. Devido a isso, o município de Monte Alegre de Minas (MG) foi reconhecido nacionalmente como a “Capital Nacional do Abacaxi”, sendo um importante exportador deste fruto, tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Na presente pesquisa, a preocupação central que orientou o estudo foi compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG). Pudemos perceber que essa realidade não diz respeito somente a este local e, sim, em todo o território brasileiro, onde existem agricultores familiares que estão sofrendo com a expansão das monoculturas, pressionando os agricultores familiares a deixarem suas terras ou arrendarem para os grandes produtores que cultivam essas plantações.

Os agricultores familiares, produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas (MG), enfrentam dificuldades tanto no processo de plantio e colheita, quanto no de

comercialização, pois no município não há um Cooperativa que possa dar apoio aos agricultores. Grande parte deles cultivam o abacaxi com os ensinamentos que receberam dos seus pais e conversa entre amigos, a assistência técnica prestada pelos órgãos públicos é precária. Com isso, os produtores de abacaxi são prejudicados por não terem acesso a todas as informações necessárias para o plantio. Para a venda do abacaxi, eles precisam realizar todas as etapas sem ajuda nenhuma, dificultando, talvez, o seu crescimento econômico em relação à venda dos frutos.

Ao ser realizado o trabalho de campo, pudemos constatar que os agricultores familiares lidam com alguns problemas, tanto no âmbito pessoal como profissional, dentre eles podemos citar o baixo preço dos frutos em relação ao seu alto custo de produção; a qualidade e regularidade do processo produtivo; o baixo nível técnico dos agricultores familiares; a falta de acesso as informações sobre o cultivo do abacaxi, como preços, produção e mercado; altos preços dos produtos industrializados, como os insumos agrícolas e os maquinários; o baixo nível de instrução dos agricultores familiares; a falta de uma assistência técnica mais presente no dia-a-dia do agricultor; e a falta de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares.

É preciso que os órgãos públicos deem mais atenção para os agricultores familiares, pois este segmento ainda carece de ajuda, principalmente no plantio dos frutos e na sua comercialização. É nesta etapa que eles saem mais prejudicados, não tendo auxílio nenhum para a venda dos frutos. Com isso, o preço dos frutos vendidos não é suficiente para pagar o custo da produção.

Os agricultores familiares entrevistados afirmaram que está cada vez mais difícil produzir abacaxi, por falta de políticas públicas voltadas ao pequeno produtor e também por conta das oscilações dos preços do abacaxi, do alto custo de produção. Embora, os entrevistados não afirmem que desejam mudar a atividade principal de sua propriedade, percebeu-se certa atratividade pelo cultivo da mandioca.

É importante considerar que, a produção de abacaxi, tanto para os agricultores familiares que plantam o fruto, quanto para o próprio município, possui um papel econômico e social importante, por causa da produção, dos empregos gerados, dos comércios na cidade voltados para a demanda da produção de abacaxi, das agroindústrias processadores de abacaxi. Além disso, faz parte da identidade e da cultura dos montealegrenses. Em relação à agricultura familiar, com base na área estudada, é possível afirmar que a produção de abacaxi tem papel relevante para sua reprodução no município. Essa situação mostra a importância dos agricultores familiares para a produção de alimentos no país.

A produção de abacaxi pelos agricultores familiares ultrapassa os limites do cultivo em si, este fruto representa as tradições e o modo de vida dessas famílias, pois eles possuem conhecimentos sobre esta planta que foi passada de geração em geração, principalmente pelo fato do abacaxi ser um dos principais frutos cultivados no município a mais de cinco décadas, participando da cultura dos moradores e dos produtores. A territorialidade do cultivo do abacaxi expressa e demonstra uma história de tradição, de conquistas e lutas pelos agricultores familiares, que mesmo sendo pressionados pelas monoculturas, ainda resistem e lutam para continuarem sua (re)produção no campo.

Com isso, algumas perguntas foram levantadas no decorrer deste estudo, permitindo a abertura para pesquisas futuras. Compreendemos, por fim, que as discussões feitas nesta pesquisa não se encerram com as análises realizadas, mas abrem caminho para novos debates. As questões que deixamos sem resposta, por hora, foram: Quais os problemas ambientais oriundos da produção de abacaxi no município? Por que os agricultores familiares não criam uma Cooperativa para o beneficiamento do abacaxi para evitar a venda dos abacaxis aos “atravessadores” do que diretamente ao mercado consumidor? Qual a relação campo - cidade a partir da produção de abacaxi? Estas questões remetem a novas reflexões e não foram objetivos desse trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 94-104.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e uso de solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11. n. 2. p.73-78, 1997. Disponível em:  
<[www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02\\_08.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf)> Acesso em: 10 out. 2013.

ALENTEJANO, Paulo Roberto; ROCHA-LEÃO, Otávio. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51 – 67, 2006.

ALMEIDA, Emerson G. de; FERREIRA, Willian R. A entrevista enquanto diálogo assimétrico na geografia dos transportes: uma reflexão sobre o mototaxismo em Ituiutaba (MG). In: RAMIRES, Julio Cesar de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 75-90.

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O debate contemporâneo sobre os paradigmas. In: \_\_\_\_\_. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 129 – 146.

AMIN, Mário M.; BOULHOSA, Rafael L. **Uma análise da posição competitiva do Brasil no mercado internacional de Abacaxi *in natura***. 2008. Disponível em:  
<<http://www.sober.org.br/palestra/12/03O163.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

AQUINO, João Rufino de; SCHNEIDER, Sérgio. 12 anos de política de crédito do **PRONAF** no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, VIII, 2010, Porto de Galinhas(PE). **Anais...**Porto de Galinhas(PE): ALASRU, 2010.páginas 1-8.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BERGAMASCO, Sonia M.P. P.; NORDER, Luiz Antonio C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Aplicação do crédito rural no PRONAF**. 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual operacional do crédito rural PRONAF**. 2002.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BUAINAIM, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 12 maio 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVEIRA José M. da; TEÓFILO, Edson. O programa Cédula da Terra no contexto das novas políticas de reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. In: LEITE, Pedro Sisnando (Org.). **Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: MDA/NEAD, 1998. p. 157-174.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). **II Seminário sobre o rural brasileiro: a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro**. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001. p. 1-16.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. 1998. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CARNEIRO, Lucas. Extensão rural e agronegócio. **O Popular**. Goiânia, 2005. Agricultura, Suplemento do Campo, p. 4.

CARVALHO, Simone P. de et al. **Panorama da produção de Abacaxi no Brasil e comportamento sazonal dos preços de Abacaxi “Pérola” comercializados na CEASA – GO**. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/669.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2013.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, p. 205-316, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo; Cortez, 1991.

CORBUCCI, Regina. Agricultura familiar e crise: quadro contemporâneo. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA. 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia. 1995. p. 39-43.

D'INCAO, Maria da Conceição. **O “boia-fria”**: acumulação e miséria. Vozes, Petrópolis, 1979.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-Am**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89 – 104, abr. 1998.

DENARDI, Reni Antônio. **Agricultura familiar e políticas públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <<http://www.emater.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

DEPONTI, Cidonea M. Teoria social e o lugar da família na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. XLV, 2007, Londrina (PR). **Anais...** Brasília: SOBER, 2007. p. 1-15.

DIDONET, Agostinho Dirceu. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. 2003. Disponível em: <<http://www.sectec.go.gov.br/artigos-publicacoes.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2003.

EDUARDO, Márcio F. Território, trabalho e poder: por uma Geografia relacional. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11790/8295>>. Acesso em: 10 maio 2013.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/home>> Acesso em: 10 abr. 2014.

ENGEL, Amália S. **O papel das pequenas cidades frente à re-estruturação da Rede Urbana no Triângulo Mineiro**: Monte Alegre de Minas. 2004.70 f. (Monografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. 1996.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil Redescoberto. Projeto de cooperação técnica. Brasília. 2000. Também disponível em: <[http://www.deser.org.br/biblioteca\\_read.asp?id=3](http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3)> Acesso em: 08 set. 2013.

FERREIRA, Ana Paula da S. de O. **Territórios em conflito**: a Comunidade Macaúba/Catalão(GO) e a territorialização da atividade mineradora. 2012. 169f. Dissertação. (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Goiás/CAC, Catalão, 2012.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger. A reforma agrária e o Pronaf nos anos FHC (1995-2002).In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLI., 2003. Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003. p. 56-89.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43. p.239-254, 2001.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no limiar do século XXI. In: \_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19-41.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005. p. 173-224.

\_\_\_\_\_. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em educação do campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006. p. 27-39.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário Estatístico de Minas Gerais – 2000 - 2001**. Belo Horizonte (MG).

GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n.2, p. 95-103, 2004. Disponível em:  
< <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2>> Acesso em: 10 mar. 2014.

GIACOMELLI, Eloys J. ; PY, Claude. **O abacaxi no Brasil**. Campinas: Fundação Cargil, 1981. 101p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arlinda Schmidt . Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1º semestre, 2005. Disponível em: <[www.ead.fea.usp.br](http://www.ead.fea.usp.br)> Acesso em: 10 maio 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10 ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2007.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARLEY, John. Brian. A nova história da cartografia. **O Correio da Unesco**, São Paulo, UNESCO, ano 19, agosto, n. 8, p.5, 1991.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 354 f. (Doutorado em

Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

IBGE. **Censos Agropecuários**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 10 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1980**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1985**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 30 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Censos Demográficos de Minas Gerais de 1970 a 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Produção Municipal de Minas Gerais 1990/2005**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 15 maio 2014.

IPEADATA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA. [on-line]. **Monte Alegre de Minas**. Disponível em <<http://ipea.gov.br/ipeadata/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1998.

LOCATEL, Celso Donizete; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Mudança de paradigma e a nova concepção de desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISAS – AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, II, 2006. Santa Maria/RS **Anais...** 2006. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t31.pdf> > Acesso em: 10 abr. 2014.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 137-155.

LUDWIG, Antonio C. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)/INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Edição Especial para o Fórum Social Mundial. 2005.

MANN S.A.; DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. **IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1. p. 6- 25, 1987.

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 381 – 390.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S. A, 2007.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Marta Inez M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.; MARQUES, Marta Inês M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004. p. 145-156.

MARQUES, Mario O. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. 5. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MATIAS, Lindon Fonseca. **Por uma cartografia geográfica**: uma análise da representação gráfica na geografia. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: < [www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/teses/Por%20uma%20Cartografia%20Lindon.pdf](http://www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/teses/Por%20uma%20Cartografia%20Lindon.pdf) >

MATOS, Patrícia F. de. **O meio técnico-científico-informacional e a (re) organização do espaço agrário em Catalão(GO) – 1980 a 2004**. 2005. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

\_\_\_\_\_. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 2011. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) –, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279 – 291.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, Ano 13, nº. 22, v. 2, n.22, p.290-322, 2º semestre de 2011. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/UdiFamilia/Desktop/2456-9242-1-PB.pdf> Acesso em: 05 mar. 2014.

MENDES, Estevane de Paula P.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509 – 537.

MENDES, Estevane de Paula P. **A produção familiar em Catalão (GO)**: a Comunidade Coqueiro. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, BRASIL. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em: 25 abr. 2014.

MONTEIRO, Rafael de M. **Relações de poder, territórios e territorialidades:** as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás/CAC, Catalão, 2013.

NORDER, Luiz Antonio C. **Assentamentos rurais:** casa, comida e trabalho. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur, Edições, 2009.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. **Pesquisa e Planejamento.** Rio de Janeiro, v. 1. n. 2. p. 171-234, 1971.

PESSÔA, Vera Lúcia S. Alternativas econômicas para a agricultura familiar: uma reflexão sobre as “novas” atividades (agrícolas e não agrícolas). In: MENEZES, Ana Virgínia C. de et al. (Org.). **Organização e dinâmica do espaço agrário regional.** São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2003. p. 111-124.

\_\_\_\_\_. **Geografia e pesquisa qualitativa:** um olhar sobre o processo investigativo. 13p. (Texto apresentado no V Encontro de Grupos de Pesquisa – UFSM, Santa Maria, nov. 2009).

PETRI, Setembrino; FÚLFARO, Vicente José. **Geologia do Brasil (Fanerozóico).** São Paulo: USP, 1983. 631 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de M. C. França. São Paulo: Ática, 1980.

RAMIRES, Julio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Pesquisas qualitativas: referências para a pesquisa em geografia. In: MARAFON, Glaucio José et al. (Org.) **Pesquisa qualitativa em geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 23 – 35.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Presidente Prudente, 2008. 410 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

Disponível em:

<<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

REINHARDTE, Domingo Haroldo; SOUZA, Luiz Francisco de S.; CABRAL, José Renato S. **Abacaxi: Produção e aspectos técnicos**. Embrapa Mandioca e Fruticultura (Cruz das Almas, BA) – Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000.

ROSA, Marcelo Nascimento de; NASCIMENTO, Aline Cristina; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A vida em defesa da Terra de Trabalho – A luta pela terra em Catalão-GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. UBERLÂNDIA (MG), XXI, **Anais...** Uberlândia: IG, 2012. p. 1-11. Disponível em:

<[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1387\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1387_1.pdf)>

Acesso em: 10 abr. 2014.

SAMBINELLI, Eliane Aparecida. **Uma análise do Banco da Terra para o produtor rural na região de Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente, 2002. 58f. Monografia. (Bacharelado em Ciências Econômicas)- Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo/ Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Presidente Prudente, 2002.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123 – 138.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS-ENG, XI., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis:UFSC, 2000. p.46.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record. 2008.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo e Território**: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/campoterritorio/>> Acesso em: 10 de maio de 2014.

SCHNEIDER, Sérgio.; MATTEI, Lauro.; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio.; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, 2004. p. 21-50.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluratividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 100-192, fev. 2003.

SILVA, Daniele Fabiane da; CLEPS JUNIOR, João. A territorialização da Reforma Agrária de Mercado em Minas Gerais e a problemática da implantação do Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Horizonte Científico**: revista eletrônica da Universidade Federal de Uberlândia. v. 6, n. 1, p. 01-30, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/14524/8538>> Acesso em: 10 maio 2014.

SILVA, Juniele M.; MENDES, Estevane de Paula P. Agricultura familiar e cultura: identidades e territorialidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ENG, 2010. p. 1-8. CD-ROM.

SILVA, Cláudio Ricardo da. **Irrigação na cultura do abacaxizeiro**. Abril de 1998. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/abacaxi.htm>> Acesso em: 10 dez. 14.

TEDESCO, João C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista Políticas Públicas**, Salvador, v.2 n.1 p. 1-11. 2002 – AATR (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia). Bahia, 2002. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas - MS, v. 2, n. 2, p. 21-42 set.2005. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>> Acesso em: 10 maio 2014.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 317 – 336.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 1, p. 21-56.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – CAMPUS CATALÃO**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/Mestrado**

**Título da Pesquisa:** A PRODUÇÃO DE ABACAXI: estratégias de reprodução social no município de Monte Alegre de Minas (MG)

**APÊNDICE A** – Roteiro de entrevista com os agricultores familiares produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas (MG)

Mestranda: Alessandra Rodrigues Guimarães

**PARTE I – Identificação do produtor, da propriedade e da produção**

**A - O Produtor:**

1. Nome:
2. Tamanho da propriedade:
3. Número de filhos:
  - 3.1. Onde moram?
  - 3.2. Profissão dos filhos?
  - 3.3. Grau de escolaridade dos filhos?
4. Grau de escolaridade do produtor:

**B - Propriedade:**

5. Situação do produtor:
 

( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) parceiro ( ) ocupante
6. De que forma adquiriu a propriedade?
 

( ) herança ( ) compra ( ) concessão de uso
7. Há quanto tempo está na propriedade?
8. Qual a principal fonte de renda?

**C - Produção:**

9. Quais os produtos cultivados na propriedade?
10. Que área ocupa cada um?
11. Quais produtos são cultivados para o consumo da família?

12. Quanto é comercializado e quanto destina-se a consumo próprio (uma média)?  
 \_\_\_\_\_ % é comercializado \_\_\_\_\_ % é para o consumo da família
13. O que estimulou a se dedicar a essas atividades produtivas para comercialização?
14. Qual a quantidade produzida?
15. Quem compra esses produtos?  
 consumidores diretos  supermercados  CEASA  feiras  
 outros:
16. Qual é o valor alcançado pelo produto?
17. Possui transporte próprio? Qual?
18. Em caso de negativo, quem faz o transporte e qual o custo?
19. Tem acesso as informações (preço, mercado, exigências do consumidor, demandas...)?
20. Como obtém essas informações?
21. Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê?
22. Faz o cultivo do abacaxi?  
 Sim. Quanto tempo?  
 Não
23. Por que entrou para a produção de abacaxi?
24. Qual o tamanho da área cultivada pelo abacaxi?
25. As terras são arrendadas ou próprias?
26. Possui algum financiamento para produzir o abacaxi?  
 Sim  Qual?  
 Não  Por que?
27. Como é a assistência técnica prestada aos produtores de abacaxi pela Prefeitura?
28. Quais as tecnologias e infraestruturas empregadas no processo de plantio e da colheita?
29. Qual é a maior dificuldade na produção de abacaxi na atualidade?
30. Na sua visão, qual a importância do abacaxi para Monte Alegre de Minas?

#### **D - Força de Trabalho**

31. Familiar

Número de pessoas:

Grau de parentesco  filhos  irmãos  esposa

Idade  menos de 10 anos  11 a 20 anos  21 a 30 anos  31 a 40 anos  41 a 50 anos

mais de 50 anos

Qual período do ano em que trabalham?

Qual tipo de serviço executam?

32. Assalariados permanentes

Número de pessoas:

Origem:

Forma de contratação:

Forma de pagamento:

Qual o tipo de serviço realizam?

33. Assalariados temporários

Número de pessoas:

Origem:

Forma de contratação:

Forma de pagamento:

Período do ano em que trabalham:

Tipos de serviços que realizam:

**E - Tecnologia, utilização de recursos e assistência técnica**

34. Utiliza mudas selecionadas?

Sim. Quais?

Não. Por quê?

35. Possui máquinas e equipamentos próprios?

Sim

Não. Por quê?

36. Utiliza agrotóxicos?

Sim. Que tipo e para que finalidade?

Não

37. Como é feita a aplicação do agrotóxico?

38 Utiliza equipamentos para a proteção pessoal? Como luvas, máscaras e roupas adequadas?

39. Já houve algum caso de intoxicação?

40. Onde as embalagens são descartadas?

41. Faz ou já fez análise do solo?

42. Faz correção do solo?

43. Utiliza alguma forma de conservação do solo (curva de nível,...) ou de outro recurso natural?

44. Possui irrigação? De que tipo?

45. Conta com assistência técnica:

Sim  Não. Por quê?

45.1. Quais órgãos?

45.2. Como é feita essa assistência?

46. O produtor utiliza financiamentos para suas atividades?

Recursos próprios

Financiamentos       SIM       NÃO

Instituição: \_\_\_\_\_ Juros (%) ano

Por quê?

#### **F – Outros rendimentos da família**

47. Formas de renda (Porcentagem da renda total):

a) Com salário de membros da família:

Emprego permanente:

Emprego temporário:

b) Área cedida a terceiros:

c) Aposentadoria:

d) Outras fontes (Quais?)

48. Trabalha fora da propriedade?

Não

Sim. Quando?

Em qual atividade?

Quanto recebe em média?

#### **G - Dados sobre a organização política dos produtores**

49. Você é filiado a alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?

50. Quanto aos movimentos sociais, você participa algum? Em caso de negativo, por quê não participa?

#### **H- Dados sobre os aspectos culturais e de lazer**

51. O Sr. e sua família participam das atividades culturais ? Quais?

52. Há atividades de lazer? Quais? O Sr. e sua família participam?

**ANEXO**



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Alessandra Rodrigues Guimarães		
E-mail:	alessandraufu@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor	-		
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:	MG      CNPJ:      -
Título:	A PRODUÇÃO DE ABACAXI: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)		
Palavras-chave:	Cultivo de abacaxi. Agricultura familiar. Territorialidades. Monte Alegre de Minas (MG).		
Título em outra língua:	THE PINEAPPLE PRODUCTION: reproduction strategies of family farming in Monte Alegre de Minas (MG)		
Palavras-chave em outra língua:	Pineapple production. Family farming. Territoriality. Monte Alegre de Minas.		
Área de concentração:	Geografia e Ordenamento do Território		
Data defesa:	27/02/2015		
Programa de Pós-Graduação:	Geografia		
Orientador (a):	Prof. Dr <sup>a</sup> . Vera Lúcia Salazar Pessoa		
E-mail:	vspessoa.salazar715@gmail.com		

**3. Informações de acesso ao documento:**

Liberação para disponibilização?<sup>20</sup>  total  parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique:

\_\_\_\_\_

Outras restrições: \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) autor (a)

<sup>20</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.